



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Inês Filipa Pereira Gouveia

SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO
UM LABORATÓRIO, COM SEDE EM POMBALINHO

Setembro de 2021

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, orientada
pelo Professor Doutor Adelino Gonçalves e apresentada ao Departamento de
Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de
Coimbra

«Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo.
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer,
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura.

Nas cidades a vida é mais pequena
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro. [...]"

“O Guardador de Rebanhos”, Poemas de Alberto Caeiro. Fernando Pessoa, 1946



Nota à edição:

Esta dissertação segue o novo Acordo Ortográfico.

Utiliza a Norma Chicago Autor-Data para referência bibliográfica.

A simbologia "M.x" indica o mapeamento que existe na página esquerda, ao longo da dissertação.

Para uma melhor compreensão do projeto, sugere-se o acompanhamento dos desenhos em anexo.

Agradecimentos

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós.
Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”

(Antoine de Saint-Exupéry)

Aos meus pais pelo apoio desmedido e pelo sacrifício diário que tornou este sonho realidade, em especial ao meu pai pela paciência e pelos ensinamentos.

Ao meu irmão, pela compreensão infindável e carinho, que me faz quer ser o melhor exemplo possível.

Ao Fábio, pelo amor e dedicação.

Ao professor Adelino Gonçalves, pela dedicação, entusiasmo e incentivo constante.

Às minhas amigas e companheiras de curso, pelas memórias que guardarei para sempre!

Por fim, à Câmara Municipal de Soure e à Junta de Freguesia de Degraças e Pombalinho, em particular à Dr.^a Paula Gonçalves, da Biblioteca de Soure e à Ivânia Monteiro da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego.

O meu eterno agradecimento!

Palavras – Chave: Património e Desenvolvimento | Comunidade | Identidade |
Coesão Territorial | Aldeias de Calcário.

Resumo

Há muito que o interior-rural perdeu a sua imagem de «bom povo» promovida pela ditadura salazarista, este começou a emigrar procurando melhores condições, deixando o interior despovoado e descaracterizado, que hoje conhecemos, e para o qual é preponderante procurar soluções para atenuar estes problemas.

É sobre este problema que esta dissertação se debruça, tendo como objeto de estudo as terras de Sicó, que engloba seis municípios da Região Centro Litoral de Portugal – Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure – unidos pelo Maciço de Sicó, para o qual é proposta uma estratégia de desenvolvimento integrado. Em 2019, a associação de desenvolvimento local, Terras de Sicó, em parceria com os municípios, criaram a Rede de Aldeias do Calcário (RAC), composta por seis aldeias, uma de cada município – Ariques, Casmilo, Chanca, Granja, Poios e Pombalinho – escolhidas por melhor caracterizarem o contexto cársico, através do património construído vernáculo, e por ainda terem uma população ativa que mantém vivas as expressões culturais e sociais ligadas ao território.

A estratégia aqui defendida encara o património numa nova perspetiva dos processos de patrimonialização, com uma abordagem *bottom-up* e inscreve-se numa estratégia global para a RAC, delineada em grupo no âmbito do seminário «*De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?*». Nela foram definidas linhas estratégicas de intervenção, e esta dissertação, trata a valorização dos patrimónios de Sicó. Nas últimas décadas, houve uma consciencialização de que as abordagens doutrinárias ao património não são suficientes para responder às necessidades atuais. Por isso, esta dissertação ensaia um entendimento dinâmico do património, como construção social e veículo para a coesão do território. Com a sua materialização num equipamento-sede na aldeia de Pombalinho – o Laboratório do Património – com funcionamento em rede com todas as aldeias da RAC, através de pequenos equipamentos de apoio.

Em suma, esta dissertação reflete sobre as necessidades deste território e, como esta abordagem ao património pode definir programas de investimento, atendendo às especificidades do território, ensaiando a sua concretização no equipamento do Laboratório do Património.

Keywords: Heritage and development | Community | Identity | Territorial Cohesion
| Limestone Villages.

Abstract

The interior-rural has long-lost its image as a "good folk" promoted by the Salazar dictatorship, this began to emigrate looking for better conditions, leaving the interior unpopulated and uncharacterized, which we know today, and for which it is preponderant to seek solutions to mitigate these problems.

It is on this problem that this dissertation focuses, having as object of study the lands of Sicó, which encompasses six municipalities in the Central Coastal Region of Portugal– Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure – the Sicó Massif, for which an integrated development strategy is proposed. In 2019, the local development association, Terras de Sicó, in partnership with the municipalities, created the Limestone Village Network (RAC), composed of six villages, one of each municipality – Ariques, Casmilo, Chanca, Granja, Poios e Pombalinho – chosen to better characterize the karst context, through the vernacular-built heritage, and because they still have an active population that keeps alive the cultural and social expressions linked to the territory.

The strategy advocated here sees heritage from a new perspective of the patrimonialization processes, with a bottom-up approach and is part of a comprehensive RAC strategy outlined as a group in the framework of the seminar 'Back to rural or how to strengthen the cohesion of the regional city?'. It defined strategic lines of intervention, and this dissertation deals with the valorization of Sicó's assets. In recent decades, there has been an awareness that doctrinal approaches to heritage are not sufficient to meet current needs. As such, this dissertation rehearses a dynamic understanding of heritage, as social construction, and vehicle for cohesion of the territory. It has its materialization in head-to-head equipment in the village of Pombalinho - the Heritage Laboratory - networked operation with all RAC villages, through small support equipment. This results from the rehabilitation of a vacant building, contributing itself to the implementation of the strategy defended, through the valorization of the vernacular heritage.

In a statement, this dissertation reflects on the needs of this territory and, as this approach to heritage can define investment programmes, considering the specificities of the territory, rehearsing its implementation in the equipment of the Heritage Laboratory.

Lista de Abreviaturas

ADCMMM	Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego
ADSIÓ	Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó
CEE	Comunidade Económica Europeia
EAV	Equipamento de Apoio à Visitação
HUL	Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
LAC	Liga de Amigos de Conímbriga
LEADER	Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
PGU	Planos Gerais de Urbanização
QCA	Quadro de Apoio Comunitário
RAC	Rede de Aldeias do Calcário
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

Agradecimentos.....	4
Resumo.....	6
Abstract.....	8
Lista de Abreviaturas	10
Introdução	14
I. Problema	38
Património(s): um agente de coesão territorial e social.....	40
O discurso político do património: autorizado e autoritário.....	44
Emergência de novos paradigmas na gestão do património	64
II. Contexto	84
Sicó, território de ação	86
Valores de Sicó.....	86
Arquitetura Vernácula: Uma Paisagem Cultural Calcária de Sicó.....	108
III. Proposta	128
Valorização do(s) património(s) de Sicó - Laboratório do Património na Aldeia de Pombalinho	130
Aldeia de Pombalinho	136
Um centro de identidade em Pombalinho – Plano de Ação	144
Laboratório do Património	152
Considerações Finais	176
Bibliografia	182
Índice de Imagens	198
Anexos	206

Introdução

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito da iniciativa *De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?* em curso desde setembro de 2020 e a decorrer ao abrigo de um protocolo de cooperação institucional, celebrado entre a Terras de Sicó e a Universidade de Coimbra, através da Escola de Arquitetura da Universidade de Coimbra. A investigação e a estratégia que ela apresenta foram desenvolvidas nas unidades curriculares de Seminário de Investigação e Atelier de Projeto IIC, do Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Adelino Gonçalves e conta com o envolvimento de vários docentes e investigadores Universidade de Coimbra (UC), e estudantes do Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada da UC.

As terras de Sicó são o território de ação desta iniciativa e, por consequência, também é o desta dissertação. O problema central são as assimetrias do território nacional, com o litoral desenvolvido, industrializado, povoado e jovem, e o interior com muitas áreas de baixa densidade *física e relacional* (Ferrão, 2000: 48).

Estes territórios marginalizados, são igualmente, reconhecidos pela sua riqueza cultural, fruto de uma estreita relação do Homem com o lugar, que ao longo de gerações desenhou uma paisagem cultural singular, assente em distintos valores, proporcionados pela sua fauna e flora, pelo património construído e pelos saberes e tradições, que expressam a adaptação e as vivências de uma comunidade a um determinado meio. Todos estes valores patrimoniais, potenciam um desenvolvimento holístico e integrado de um território, e ao mesmo tempo, estimulam uma relação proativa dos locais com o lugar, avigorando sentimentos de pertença e identidade.

Posto isto, o território de Sicó está compreendido num maciço cársico que lhe confere características geomorfológicas, biológicas e hidrológicas muito particulares. A par com estas características, ressaltam igualmente o património natural, com uma grande área inscrita na Rede Natura 2000 – o sítio Sicó/Alvaiázere – e o património cultural, nomeadamente com diversos bens do património arqueológico, como são exemplos a *Villa* Romana do Rabaçal ou a *civitas* romana de Conímbriga, do património arquitetónico e do património construído vernáculo.

Cada um destes valores constituem um património axiomático que regista as diversas formas de ocupação dos povos que habitaram Sicó, as suas adaptações e usos deste território, e que ajudam a construir uma narrativa cultural e histórica.

No período medieval, esta região foi um ponto estratégico na linha defensiva¹ estabelecida por D. Afonso Henriques, à época conhecida como região de Ladeia. Esta era uma região chave no plano de conquista projetado por D. Afonso Henriques, que pretendia estender o território para sul. Ainda hoje, existem exemplares desses castelos e fortalezas, nomeadamente, o Castelo de Soure e de Penela, salvaguardados e divulgados pela Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.

O património rural e cultural de Sicó demonstra as condições agrestes e severas às quais os íncolas desta região eram subjugados, em parte devido à sua morfologia cársica, às quais os habitantes se foram adaptando e criando ferramentas próprias para ultrapassar as dificuldades de fixação, de que são exemplo os sistemas de armazenamento de água e os muros de pedra seca, um dos bens mais característico deste território e que é neste momento alvo de uma candidatura a inscrição na lista de Património Mundial da UNESCO, num projeto promovido pela Terras de Sicó e pela Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros.

Este sistema patrimonial, confere a esta região um conjunto diversificado e importante de valores, capazes de proporcionar um desenvolvimento integrado e sustentável do território de Sicó, se este for devidamente introduzido no desenvolvimento local. De facto, há muito que o património é tido como um eixo-chave para o desenvolvimento sustentável da sociedade, em particular no contexto das áreas rurais do interior, que concentram alguns dos maiores problemas da coesão territorial e social de um país.

¹ A linha defensiva do Mondego, foi uma zona de fronteira entre o reino Cristão, a norte do país, liderado por D. Afonso Henriques, e o reino Muçulmano, estabelecido a sul do país. D. Sesnando Davides foi uma figura incontornável na solidificação das estruturas que constituíam esta linha. Ainda que este fosse um território instável, a convivência e as trocas culturais entre as diferentes comunidades foram inevitáveis, criando um espaço síntese entre as duas, que deixou marcas que prevaleceram através das construções, da gastronomia e dos saberes e tradições.

Desde o final da década de 1980, com a “invenção do mundo rural não agrícola[...]” (Ferrão, 2000: 47), investiu-se na valorização dos patrimónios históricos e culturais destas áreas, nomeadamente de aldeias, como se fossem um reduto de identidades a preservar para fazer face aos processos homogeneizadores da globalização. No entanto, como os principais problemas destes territórios perduram, significando uma limitação dos impactos obtidos, é importante discutir o método.

As abordagens utilizadas anteriormente obtiveram implicações adversas no território, seguem uma orientação há muito dominante, de cariz *top-down*, e são dominadas pela sobrevalorização da imagem em detrimento dos valores atribuídos aos bens patrimonializados, “...conferindo ao património uma atração artificial através de um condicionamento [...] que o torne visível e desejável, próprio ao consumo (cultural).” (Choay, 2009: 46). Como resultado, o património transforma-se numa alegoria, num produto comercial encenado para um turismo de massas, e não propriamente o resultado de uma construção coletiva, baseada na partilha de valores.

Face a esta situação, entende-se atualmente que a abordagem ao património deve ser outra, de índole *bottom-up*, em que o envolvimento da comunidade e o incentivo à sua participação nos processos de valorização dos bens patrimonializados, são fatores cruciais para um desenvolvimento sustentável e para a coesão do território. Não querendo isto dizer que as atividades turísticas não são importantes e/ou que são apenas e/ou sempre depredadoras, mas sim defender o papel inclusivo e sustentável que as atividades turísticas devem desempenhar, em vez de exclusivo, de forma a trazer benefícios para o desenvolvimento sócio territorial e para a revitalização do tecido económico e social dos lugares.

Antes de mais, é essencial compreender que o problema do território está intrinsecamente relacionado com a evolução do mundo urbano e do mundo rural português, com as políticas às quais se sujeitaram e com a sua posição face ao contexto internacional. Os problemas resultantes do modelo de desenvolvimento enraizado desde a primeira metade do século XX, centrado no litoral e nos núcleos urbanos mais desenvolvidos, fazem parte do contexto em que devem ser pensadas as abordagens às paisagens culturais. Estas abordagens têm de ser sensíveis às especificidades dos lugares, positivas ou negativas, em vez de considerarem todo o território como se ele fosse uma «realidade plana» ou sem «rugosidades».

As primeiras iniciativas de organização do território datam do final do século XIX, num período em que o país era dominado pela forte presença do rural, e como tal, era decisivo inverter esta imagem de atraso económico e técnico, através de sucessivos impulsos modernizadores, que marcaram uma política de *fontismo*. As obras públicas dedicadas à criação de infraestruturas de transportes e comunicações, de apoio à indústria, à agricultura e ao comércio, eram entendidas como a base no desenvolvimento da economia do país.

Esta regeneração do país trouxe diversos benefícios para a sociedade, contudo trouxe igualmente aspetos negativos. Enquanto o mundo rural tendia cada vez mais a ser observado pela sua realidade arcaica, a cidade era vista como o palco do progresso, um centro de prestação de serviços em contínuo crescimento, conseqüentemente, a relação simbiótica rural-urbano tornou-se cada vez mais interdependente e assimétrica.

Face a esta expansão das cidades, formulou-se uma linha política urbanística, alicerçada a partir das teorias higienistas, da qual surgiu a figura de Plano Geral de Melhoramento²(1864) obrigatória para Lisboa e Porto, e de possível elaboração para outras cidades e vilas, evidenciando uma predisposição para concentrar as atenções políticas para o planeamento urbano nestes dois polos, ambos localizados no litoral. Assim se mantiveram estes princípios de política até 1934, ano em que foi criada a figura de Plano Geral de Urbanização (PGU) com o Decreto n.º 24802 de 21 de dezembro, instituído por iniciativa de Duarte Pacheco³ que estabelecia a obrigatoriedade da sua elaboração para as sedes de todos os concelhos e para as localidades com mais de 2500 habitantes que tivessem um aumento populacional apreciável entre dois recenseamentos.

A conceção dos PGU foi determinante para a concretização de uma política de planeamento urbano em Portugal, com expressão em todo o território, e representa a “[...]primeira iniciativa estruturada com bases jurídico-administrativas para controlar o desenvolvimento urbano.” (Gonçalves, 2017: 62).

² A figura de Plano Gerais de Melhoramentos foi criada com o Decreto n.º 10, de 31 de dezembro, publicado apenas no Diário de Lisboa, Folha Oficial do Governo português, em 13 de janeiro de 1865.

³ Duarte Pacheco (1900-1943) - Político visionário e modernista que assumiu o cargo de Ministro das Obras Públicas em 1926 e deixou uma marca importantíssima na história do urbanismo português.

De acordo com Margarida Souza Lôbo (1995: 145), o período de maior produção de PGU decorreu entre 1944 e 1954 e dividiu-se em dois momentos: um primeiro, entre 1944 e 1948, com propostas de um urbanismo que “...reflete o regime então vigente, [e] associa um urbanismo formal [...] com uma versão tardia da cidade-jardim, numa ambiguidade entre a ruralidade prevalecente e a inovação tipológica da moradia isolada ou geminada”; um segundo momento, pós I Congresso Nacional de Arquitetos, em que “...a cidade radiosa faz a sua aparição”, as áreas de intervenção dos planos aumenta e surgem as disposições baseadas no zonamento e nos índices de ocupação do solo.

Nesta época, em virtude da escassez de quadros técnicos das câmaras municipais e, sobretudo, de não estar ainda instalada uma cultura de gestão do território dos municípios, muito menos transparente, com a possibilidade de urbanizar e edificar dada a proprietários de terras em 1965, com a chamada “lei dos loteamentos”⁴, as dinâmicas de urbanização ganharam um grande fôlego, por lhes ser concedida permissão para urbanizar em terrenos não abrangidos pelos planos. Esta situação, a par com a industrialização progressiva a partir da década de 1950, ainda que com uma expressão reduzida e muito localizada, despertou dinâmicas de crescimento que intensificaram o êxodo rural, quer a nível interno, com a migração da população rural em direção ao litoral, como a nível externo, com a emigração para o Brasil e para alguns países europeus.

O impacto do modelo de crescimento urbano que desde então se foi consolidando, tem ainda de ser visto a par da política para o património cultural, sobretudo para o património arquitetónico e urbano e a forma como foi sendo posta em prática com os planos urbanísticos. De facto, os PGU, previam também a integração de regulamentos para a “...salvaguarda da estética, do carácter arquitetónico, pitoresco e histórico das urbes” (Art.14º, Decreto-lei nº 24802).

⁴ Decreto-lei nº 46673 de 29 de novembro de 1965, que concedeu às autoridades administrativas responsáveis, os meios legais que as habilitaram a exercer eficiente intervenção nas operações de loteamento urbano.

A abordagem ao património urbano seguia a ideologia do Estado Novo, que pretendia criar uma identidade nacional que, no que diz respeito aos núcleos urbanos mais antigos, passava pela preservação e, por vezes, recriação de características históricas das suas áreas mais antigas e dos monumentos históricos.

Esta visão do património, a partir de uma natureza protecionista e passiva, a partir do valor de antiguidade (Riegl, 1903), assente na criação de regulamentos, consolidou-se até muito recentemente. Instalou-se, a ideia de que a abordagem à questão do património na gestão urbana, deve ser entendida meramente como uma questão administrativa e regulamentar e não, também, como uma política proativa com ações que integrem o património, com e para as pessoas.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, a desvitalização do mundo rural acentuou-se, observando-se uma recuperação económica assistida dirigida, maioritariamente, para a infraestruturização do país. Apesar do reforço no planeamento regional e ordenamento do território, que deram os seus primeiros passos na década de 1970, não se evitou a marginalização do interior e do mundo rural, uma vez que esse planeamento era essencialmente de natureza urbana e, como tal, o mundo rural não tinha condições para responder aos requisitos desse modelo de desenvolvimento.

Aliás, como defende a este respeito João Ferrão (2000: 47/8) nos “*...anos 80 assiste-se à invenção social de uma nova realidade: o mundo rural não agrícola*” que é “*...socialmente construída a partir da ideia de património.*” Deste modo, instalou-se uma «desruralização» do território que levou à desvalorização da principal componente económica do mundo rural, derivada da agricultura, e à sua reconfiguração numa ótica de “cultura rural”, enquanto modo de vida, e com usos e funcionalidades de carácter essencialmente turístico.

O património no espaço rural emerge neste contexto, de uma preocupação em corrigir as assimetrias do território. Para isso foram criadas políticas públicas, programas e projetos para fazer face aos problemas do interior e das áreas rurais, economicamente deprimidas e necessitadas de ações de revitalização.

Todavia, essas políticas e programas, de que é exemplo o Programa das Aldeias Históricas⁵, tiveram como pressuposto uma abordagem «monumentalizante», *top-down*, que entende o mundo rural como um registo do passado, merecedor de visitas eminentemente turísticas, ou seja, foram abordagens pensadas para o exterior, em que as exigências externas ganham maior importância do que as respostas às necessidades intrínsecas de cada lugar. Promoveram, portanto, uma proliferação de visitas aos espaços rurais com o desígnio de presentear as populações urbanas, que sazonalmente frequentam estes lugares, com motivos e atividades lúdicas e de lazer. Dadas as fragilidades que continuam a existir atualmente no mundo rural, estas estratégias são um exemplo claro de como a regeneração das aldeias, tendo como agente mobilizador apenas o turismo, resultam em reduzidos ganhos económicos e sociais para as próprias aldeias, resultando somente numa recriação de uma ruralidade, por vezes, exacerbada.

A debilidade destas medidas e programas públicos, reside no facto de não existir um envolvimento das populações residentes no desenvolvimento de estratégias para o território, podendo ter um efeito perverso, por contribuir para um sentimento de perda de identidade e autenticidade destas terras, decorrente da transformação do espaço rural num espaço de consumo, sem um desenvolvimento integrado para a economia local, criando-se “[...] *um rural que sobrevive para ser consumido ou para ser palco de múltiplos consumos.*” (Reis, 2012: 4).

A partir desta leitura crítica da abordagem à questão do património, a presente dissertação tem como objetivo compor uma estratégia pensada para o território de Sicó como um todo, assente no conceito de património como força motriz no desenvolvimento e coesão territorial e social, com uma visão dos processos de patrimonialização pensados numa abordagem *bottom-up*, em que a participação da comunidade é um fator crucial e incentiva a um reforço do sentido de identidade e pertença.

⁵ O programa das Aldeias Históricas enquadra-se no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Regional (PPDR), que por sua vez, integra o subprograma Desenvolvimento Rural e Local (Despacho Normativo n.º 2/95). Com o objetivo de contrariar o despovoamento do interior rural, promover e recuperar o património local e nacional e diversificar a oferta turística, estimulando a criação de emprego e a melhoria das condições de vida, teve a sua primeira ação-piloto, na zona centro, na Beira Interior. Segundo Peixoto (2002: 6) este programa resulta de uma preocupação em criar símbolos de uma ruralidade por vezes, fantasiada, de um património que se tornou uma “ideologia territorial”, num país que teve uma drástica urbanização.



Figura 1- Flyer do Colóquio “De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?”



Figura 2- Alunos e professores, da Escola de Arquitetura da Universidade de Coimbra que participaram no colóquio, realizado no dia 24 de setembro de 2020.

A estratégia proposta integra-se numa Visão Global de Sicó como cidade-regional, delineada em grupo. Esta procura inverter o fluxo que se tem observado ao longo de séculos, que contribui para um litoral sobrelotado e um interior despovoado, a partir da criação de um sistema urbano-rural, incentivando as pessoas a mudar-se da cidade para o campo, de forma a alcançar um equilíbrio territorial. Esta Visão enquadra uma estratégia de atuação das aldeias, configurando-as como Polos de multifuncionalidade, Aglutinadores sociais, e por fim, como Centros de saber e de experiência. A partir desta base, definiram-se objetivos estratégicos e eixos de intervenção para a implementação e concretização da estratégia global, a fim de responder às necessidades do território de Sicó e criar sinergias para o reforço da coesão territorial e social da região de Sicó.

Numa fase seguinte, elaborou-se um Plano de Ação para cada uma das aldeias que integram a RAC, na qual se propõem ações que permitam a capacitação das comunidades e o reforço da atratividade das aldeias, quer para a visitação quer para a fixação de pessoas. Através da implementação de diferentes programas funcionais nas aldeias e da requalificação do espaço público, todas as propostas contribuem para a valorização da marca «aldeia de calcário», de que são exemplo: a proposta aqui defendida, que tem como tema o “Património e Desenvolvimento” e que culmina na criação de um Laboratório do Património, sediado na aldeia de Pombalinho e com funcionamento em rede com as outras aldeias; o Centro S nior do Pombalinho, também na aldeia de Pombalinho; o Complexo Multifuncional – Centro de Identidade em Ariques; a Escola Alternativa – Aprender na Aldeia e o CRCD do Casmilo, que se alia ao associativismo, ambos, na aldeia do Casmilo; o HUB de desportos de natureza na Chanca; o Laboratório de Sicó e o Apoio   peregrinação, que resulta da reabilitação do Paço dos Jesuítas, na Granja; a Requalificação da Associação Poiense e dos edifícios envolventes em Poios; e, o Turismo de Aldeia em Ribeirinho.

O processo de elaboração desta dissertação iniciou-se a partir de um colóquio intitulado “De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?” que teve lugar no dia 24 de setembro de 2020, no Centro de Negócios de Ansião, ao qual se seguiu uma semana de campos de estudo das aldeias da RAC, entre os dias 28 de setembro e 2 de outubro, onde foi possível recolher dados importantes para a realização de um diagnóstico de cada aldeia e do próprio território.



Figura 3 - Fotografias da apresentação do Estudo Prévio dos Planos de Ação, realizada a 22 de fevereiro de 2021, na Câmara Municipal de Soure.

Nessa semana e desde então, foi possível contactar com atores-chave do território, como as Câmaras Municipais, através de autarcas e de técnicos, e com moradores e associações locais como, é exemplo a Estrela Poiense, de Poios, e o Centro Recreativo, Cultural e Desportivo de Casmilo. Além destes, foi também possível a discussão e partilha de ideias com os escritórios Território XXI e a H-Land, que estão a desenvolver trabalhos dedicados à classificação de Sicó como Área de Paisagem Protegida e à valorização das aldeias da RAC através de uma estratégia de reabilitação.

A par com isto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de modo a compor a estratégia integrada para Sicó, mas também para compreender algumas abordagens na temática do ordenamento do território e acerca da coesão territorial, bem como, alguns dos paradigmas atuais que dizem respeito às políticas do património. Foi, igualmente, indispensável recorrer a outras fontes bibliográficas para uma leitura intrínseca deste território de Sicó, no âmbito da geografia e geomorfologia, dos recursos endógenos e dos valores culturais e sociais.

Foi também possível a participação em conferências e aulas abertas promovidas pelo Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada (mRUI) e pelo Mestrado em Reabilitação de Edifícios, com temas como: Sicó: a «Dimensão cultural e natural da sua paisagem», conduzida pelo geógrafo Carlos Silva, importante para a leitura geomorfológica, biológica e cultural deste território; «Urbanismo e ruralidade. A evolução do povoamento das terras de Sicó» dirigida por José Ruivo, arqueólogo e diretor do Museu Monográfico de Conímbriga, que se revelou pertinente no sentido arqueológico, histórico e cultural, do qual foi possível ter uma visão do processo de romanização a que este lugar foi sujeito; e, «Estratégias de cooperação territorial no âmbito do turismo cultural: dos Castelos e Muralhas do Mondego à Rota Carmelita», por Ivânia Monteiro, coordenadora da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego, relevante na descoberta das potencialidades e recursos de Sicó e de como as associações de desenvolvimento local, representam um papel crucial no desenvolvimento de estratégias territoriais.



Figura 4 - Alunos do departamento de Arquitetura em visita à exsurgência Olhos de Água do Rio Anços.



Figura 5- Alunos do departamento de Arquitetura, no moinho de vento, património da região de Sicó.

No decurso dos trabalhos, promoveram-se ainda apresentações participadas pelos técnicos das câmaras municipais. Numa primeira etapa, foram apresentados os resultados da 1ª fase de trabalho de perceção crítica do território, aos técnicos, aos moradores, às associações locais e aos escritórios Território XXI e a H-Land.

Já numa segunda fase, foi apresentado um Estudo Prévio dos Planos de Ação, em reuniões de todas as Câmaras Municipais e com a participação dos técnicos que têm acompanhado os trabalhos desde início, devido à situação pandémica estas foram realizadas pela plataforma Zoom, à exceção de Pombalinho, que se realizou presencialmente no dia 22 de fevereiro de 2021, na Câmara de Soure, na qual foi possível criar um *feedback* entre os programas propostos e as consequências que poderiam gerar no território.

Foram realizados encontros com alguns habitantes durante as visitas às aldeias, que permitiram verificar a pertinência das propostas, e conversas com elementos-chave para o desenvolvimento deste trabalho, nomeadamente com a Biblioteca Municipal de Soure, com a Rede de Castelos e Muralhas do Mondego e com a Junta de Freguesia de Degraças e Pombalinho.

Posto isto, esta dissertação organiza-se em 3 partes, antecedida por uma introdução e finalizada com uma conclusão. A primeira parte aborda o problema desta dissertação, isto é, o Património e o Desenvolvimento, focando-se nas áreas rurais. Esta parte é composta por dois capítulos, o primeiro dos quais discute as políticas e doutrinas do património e as suas relações com o desenvolvimento do território, questionando a abordagem cristalizadora e conservacionista que está na base de um pensamento patrimonial dominante, e da qual a UNESCO e o ICOMOS têm elaborado normas e orientações de atuação.

O segundo capítulo foca-se na emergência de uma nova perspetiva dos processos de patrimonialização, refletindo sobre o papel decisivo do património na definição de políticas públicas de desenvolvimento sustentável pensado numa abordagem *bottom-up*, em que a participação dos locais é crucial na aplicação e concretização de estratégias. Alguns dos autores-chaves na definição deste capítulo foram: Laurajane Smith que observa o património como uma construção social, deixando claro que este é algo que se constrói em comunidade e que, como tal, se pode transformar; Françoise Choay sublinha que a visão doutrinal conduziu a uma

massificação do património ao vê-lo como um potencial económico, e para inverter essa tendência, apela a uma mudança de atitude, através de uma utilização ética do património em que o envolvimento da comunidade é essencial; por fim, Francesco Bandarin aborda igualmente o novo entendimento do património, refletindo sobre o papel que a cultura passou a desempenhar e como esta pode ser um instrumento decisivo para dar respostas às necessidades atuais da sociedade.

A segunda parte, composta por dois capítulos, é dedicada a uma apresentação crítica do território de ação desta dissertação, as terras de Sicó, focada nos valores da região que permitem reforçar a estratégia para a RAC.

O primeiro trata dos valores naturais e culturais da região de Sicó, identificando os valores mais importantes deste território de que são exemplo as grutas e canhões, os castelos medievais e as Villæ e cidades romanas, mas, também, os patrimónios menores, como o queijo do Rabaçal, os moinhos de vento, o carvalho cerquinho, as exurgências, entre outros. O segundo capítulo, dedica-se à compreensão da arquitetura vernácula e de como esta é fundamental na definição de uma paisagem Cultural para Sicó, demonstra a forma como o Homem moldou estas terras para criar um meio mais aprazível para a sua fixação, é realçado, sobretudo, a tipologia das habitações desta região, os muros e moroiços, as cisternas e os moinhos de vento. Desta segunda parte, destacam-se primeiramente os autores Carlos Silva e Lúcio Cunha, na compreensão dos recursos naturais e entidades neste território e quais as suas implicações no desenvolvimento deste lugar, e seguidamente os autores Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e João Leal, no entendimento da arquitetura vernácula e como se deve intervir sobre ela, evitando situações de *pastiches*.

A terceira parte dedica-se à apresentação da Proposta, o Laboratório do Património, que terá uma atuação em rede no território de Sicó. Este Laboratório integra um Plano de Ação para a aldeia de Pombalinho, no qual são definidos objetivos e intenções com vista à melhoria das condições de habitabilidade dos locais e capacitar a aldeia, tornando-a mais atrativa para novos habitantes. Este plano incorpora ainda dois programas, o Laboratório, como já referido, e o Centro Sénior de Sicó, que contribuirão mutuamente para reforçar o dinamismo de Pombalinho.

O Laboratório do Património dedica-se à valorização, salvaguarda, gestão e divulgação dos valores naturais e culturais da região de Sicó, agrupando várias componentes a parte pedagógica e de investigação, a produção e gestão de conhecimento e valores, mas é ao serviço da comunidade que ganha o seu papel primordial, com o intuito de aproximar os locais e os técnicos, procurando soluções e estratégias adaptadas à realidade local.

A materialização deste Laboratório culmina num projeto de arquitetura, resultado da refuncionalização e reabilitação de um edificado devoluto, a antiga Casa Paroquial de Pombalinho, e do espaço envolvente do Terreno do Paço dos Almadás, projeto este que é ele próprio a concretização de uma primeira ação em prol da valorização do património vernáculo de Pombalinho e, conseqüentemente de Sicó.

I. Problema

Património(s): um agente de coesão territorial e social.

“...o vocábulo «património» tornou-se uma palavra-chave da nossa sociedade mundializada: veiculado pelas instâncias supranacionais e nacionais [...] e, obviamente por todos os tipos de meios que manipulam as populações do nosso globo.” (Choay, 2009: 11)

Até há pouco tempo, o conceito de património foi dominado por uma atitude conservacionista, centrada na proteção e conservação dos objetos patrimonializados, com políticas *top-down*. Todavia, atualmente assiste-se a uma mudança de paradigma, em que o património é visto como uma ferramenta política, capaz de gerar oportunidades e de reforçar a identidade social de um lugar e, por essa via, ser um motor de desenvolvimento sustentável.

Esta dissertação entende o património nesta perspetiva, como uma construção social (Smith, 2006), baseada nos valores que a sociedade atribui às coisas, sejam elas um produto do Homem ou da natureza, compreendendo que este não se restringe a uma «coisa» intangível e estática. Por essa razão, interessa perceber como as pessoas e as instituições (públicas ou privadas) se relacionam com o património e como se relacionam entre si através dele. No que diz respeito aos valores, esta dissertação dedica-se sobretudo, aos valores que formam o património cultural, neste caso, do território de ação de Sicó.

Esta nova visão integrada do património, começa a surgir nas políticas e nas recomendações internacionais por via da cultura, considerada um pilar no desenvolvimento sustentável, no reforço das identidades sociais, na autoestima e na resiliência das comunidades.

A primeira vez que a cultura integrou a discussão dos princípios de orientação das políticas públicas, foi na Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (1998), desde aí a cultura está na ordem do dia nas discussões sobre desenvolvimento integrado e sustentável, atualmente está presente na Agenda 2030, ainda que de uma forma pouco explícita e claramente vinculada ao conceito económico (turismo).

Um sinal deste progresso surge com a publicação de vários documentos dedicados a esta temática, nomeadamente: os da série *Re-Shaping Cultural Policies* (2015, 2018), que salientam as relações entre o desenvolvimento sustentável e a cultura, em todas as suas vertentes; e o *Culture: urban future* (2016), preparado para a Conferência Habitat III, evidencia, sobretudo, como o património urbano tem vindo a conquistar um papel cada vez mais preponderante na discussão e definição de políticas públicas, segundo Bandarin (2019:4) o “[...] urban heritage has acquired an increasingly important status in all regions of the world not only as a «category»[...] but also as an object of public policies and of private investment.”.

Mas é na adoção da Nova Agenda Urbana (2016) que se cria as bases para serem exploradas novas perspetivas acerca do papel da cultura. Reconhece-se a cultura e a diversidade cultural como um porto seguro e uma fonte de enriquecimento para a humanidade, bem como, uma força motriz para o desenvolvimento das sociedades.

Deste modo, defende-se que o património e a sua função nos processos de transformação da sociedade e das cidades, não passa, de todo, pelo seu “congelamento”, mas sim pela sua integração na vida das comunidades, e um meio no reforço da identidade dos lugares. No fundo, trata-se de considerar o património cultural como uma ferramenta-chave para o desenvolvimento sustentável das sociedades, com base numa abordagem integrada, *bottom-up*, com as pessoas e para as pessoas.

Contudo, este entendimento está em construção e é preciso entender que durante muito tempo, o discurso dominante assentava numa construção política *top-down*, em linha com uma doutrina internacional, e que se foi traduzindo na criação de instrumentos de política e legislação específica para cada país.

O discurso político do património: autorizado e autoritário

O conceito de património provém do latim *patrimonium*, que significa herança paterna ou bens de família. No contexto arquitetónico e cultural em termos gerais, tem o mesmo sentido e resulta da partilha de valores atribuídos a algo que, por esta mesma razão, se entende como símbolo de identidade de um determinado grupo civilizacional. Por isso, a sua preservação é um desígnio político, pois o património cultural funciona como um legado que une e identifica uma comunidade.

Naturalmente, este «desejo» de proteção e salvaguarda do bem patrimonial, com o desígnio de o transmitir de geração em geração de forma intocável, orientou a criação de diversas abordagens de conservação.

Segundo Choay, há dois processos históricos na Europa que incitam o início de uma doutrina para a conservação dos bens patrimoniais: o Renascimento e a Revolução Industrial. Foram processos que resultaram em transformações significativas na sociedade em diversas áreas, nomeadamente na política, na economia e, conseqüentemente, na cultura. No primeiro caso, no Renascimento, há uma redescoberta de referências do passado que se traduz num interesse particular pelos valores da antiguidade clássica. A História ganha uma nova concepção, é vista como um processo de construção sequencial e causal da sociedade. Por sua vez, na Revolução Industrial há um despoletar de um sentimento nacionalista incentivado pelas transformações provocadas pelo crescente industrial, que conduziu a uma proteção e salvaguarda de edifícios marcantes da identidade nacional.

Estes dois momentos iniciam uma série de perspetivas e reflexões sobre os significados e os valores das construções do passado, procurando estabelecer modos de abordar a conservação, a preservação e o restauro dos objetos de interesse patrimonial, que evoluíram para a imposição de normas através de instrumentos legislativos, portanto, numa abordagem *top-down*. Neste processo, merece um relevo particular Alöis Riegl⁶ pelo discurso que construiu acerca da conservação e restauro

⁶ Filósofo, jurista e historiador da Escola de Viena, foi presidente da Comissão austríaca dos Monumentos Históricos em 1902.

dos *monumentos históricos*⁷ assente numa teoria de valores, que perdurou até hoje. A reflexão deste historiador foi desenvolvida enquanto presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria (1902), ao reorganizar o quadro legal da salvaguarda do património.

A teoria de Riegl (1903) era dominada por ideias relativas aos valores atribuídos aos monumentos e não por princípios orientadores da intervenção nos monumentos, ou seja, a sua visão do património era dominada por questões de ordem política, filosófica e sociológica. Assim, considerava que cada monumento é um caso singular, não podendo portanto existir uma regra universal e inviolável para a sua proteção, uma vez que cada um se inscreve num diálogo entre os valores individuais e coletivos, num contexto social e cultural.

Contudo, as reflexões de Riegl, que ainda hoje constituem uma base conceptual dos valores atribuídos aos monumentos, estavam longe de reger as práticas do património no seu tempo, centradas nos aspetos físicos dos monumentos em si e que, de acordo com Françoise Choay (1992:174), foram “[...] práticas de conservação que permaneceram mais ou menos idênticas durante quase um século [...]” – concentrando-se, essencialmente, em monumentos religiosos e civis – e práticas de restauro que seguiam devotamente os princípios proferidos por Viollet-le-Duc.

É neste contexto que é organizada a primeira Conferência Internacional sobre a Conservação Artística e Histórica dos Monumentos, na qual se produziu o primeiro ato doutrinal internacional dedicado à salvaguarda do património, a Carta de Atenas para o Restauro de Monumentos Históricos (1931), na qual são adotadas um conjunto de resoluções para a conservação e restauro de edifícios antigos, abrangendo questões de ordem organizacional e de método, tanto no que diz respeito às intervenções nos monumentos, como ao papel das instituições na proteção dos monumentos e dos sítios históricos. Claramente, e em linha com as teorias dominantes e desenvolvidas desde a segunda metade do século XIX, este documento

⁷ As noções de «monumento» e «monumento histórico» foram definidas por Alöis Riegl, em 1903. O termo «monumento» refere-se ao “[...]conjunto de artefactos deliberadamente concedidos e realizados por uma comunidade humana, sejam quais forem a natureza e as dimensões [...] no sentido de fazer lembrar à memória viva [...]” (Choay,2009: 16), tem um carácter de memorial, isto é, funciona como um símbolo, um dispositivo identificador. Enquanto, «monumento histórico» é uma criação *ex nihilo*, é algo que se escolhe entre um corpus de preexistências, pelo seu valor histórico, estético, entre outros. Contudo, o substantivo património, substitui e elimina o uso dessas duas noções, consagradas por Riegl.

expressa o objetivo de proteger de forma exclusiva os monumentos, os museus e as obras de arte.

No mesmo ano desta carta, Gustavo Giovannoni defendia já que para conservar a identidade das culturas e das sociedades era importante “[...] manter vivo o lugar que as prende aos seus passados respetivos. Este é o papel que atribui à cidade antiga.” (Choay,2009: 194), e para isso, era necessário “[...] a definição de princípios e de meios que assegurassem a coesão da «cidade integral» ao longo do seu desenvolvimento.” (Gonçalves, 2018: 27). Entendia que o valor cultural das áreas mais antigas deveria ser parte integrante nos processos de desenvolvimento urbano, de forma a conciliar os dois tecidos urbanos, a cidade velha e a cidade moderna, criando um organismo urbano único.

Porém, contrariamente a estas reflexões de Giovannoni “[...]o entendimento do valor cultural da cidade velha não evoluiu apenas no sentido de se estabelecer como um «objeto autónomo de uma disciplina autónoma»”, constitui-se como uma base ideológica e de orientação comum na gestão da salvaguarda patrimonial, traduzindo-se numa «regressão epistemológica», nas décadas de 1950 e 1960 (Gonçalves,2018: 28). Desde então instalou-se uma visão bipolar da cidade que a entende como uma realidade constituída por uma zona central mais antiga, comumente designada como *centro histórico*, e pelas restantes áreas construídas, que de um modo geral, desde as primeiras décadas do século XX se ampliaram em áreas urbanizadas tanto em contiguidade como em «*mancha de óleo*».

Esta «regressão» motivou a um novo documento com o mesmo carácter doutrinal e com a mesma perspetiva *top-down* do anterior, a Carta de Veneza (1964), ainda assim esta acaba por marcar uma evolução no conceito de património, influída em parte pelas reflexões de Giovannoni. Já Francesco Bandarin (2019: 7), considera que a Carta de Veneza é “...*the keystone of modern heritage policy*”. Ela introduziu um novo campo de ação ao estabelecer logo no 1º artigo, que “*O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais [...]*”, ou seja, enuncia uma nova visão do património arquitetónico, não só material e associado aos objetos arquitetónicos, mas também englobando os lugares, os ambientes e as vivências dos mesmos.

Ainda hoje, esta carta é considerada um importante documento doutrinário e técnico, mantendo uma atualidade e servindo de base para a produção de outros documentos definidos pelo ICOMOS e pela UNESCO.

Na década de 1970, começou a emergir uma preocupação crescente pelo património cultural e natural que, devido às transformações sociais e económicas, começava a ser ameaçado. Atendendo a esta preocupação, que se constituía como um *“empobrecimento efetivo do património de todos os povos do mundo”*, organiza-se a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), ou simplesmente Convenção do Património Mundial, que resultou da defesa da ideia de que o património cultural e o património natural constituem valores insubstituíveis e únicos, não só para as comunidades, mas também para todos os *“povos do mundo”*.

Nesta mesma década, em 1975, teve lugar um momento particular: a declaração deste ano como Ano Europeu do Património Arquitetónico, do qual surgiu a Carta Europeia do Património Arquitetónico, no Congresso sobre Património Arquitetónico Europeu que teve lugar em Amesterdão. Neste documento é expressa uma grande preocupação pelos *“[...] valores culturais, sociais e económicos dos monumentos, conjuntos e sítios, no meio urbano e rural, herdados do passado”* por se estarem a degradar a um passo acelerado. Por isso, é defendido o conceito de *“conservação integrada”*, para criar a ideia de um património cultural comum da Europa e encorajar o seu desenvolvimento a partir de uma ação comum planeada, de proteção do património arquitetónico apoiada na sua integração.

Ainda assim, essa *“conservação integrada só pode ser bem-sucedida com a cooperação de todos”*, uma vez que a salvaguarda dos bens patrimoniais depende da sua integração na vida quotidiana e do seu reconhecimento por parte dos cidadãos, como tal, deve-se desenvolver o sentido de participação e o envolvimento de todos nas decisões que dizem respeito a um bem comum, ainda que, este seja um bem transitório. Começa, portanto, a existir a noção de que a sobrevivência desses bens só está assegurada pela formação e educação das pessoas e, por essa razão, considera-se que a informação ao público deve ser cada vez mais desenvolvida.

Esta ideia de que o património arquitetónico só sobreviverá se for apreciado pelos «povos do mundo», vai assinalar uma era marcada pela industrialização do património, de um desmesurado culto do objeto, que resulta num declínio cultural.

A este respeito, Choay defende que esta mundialização dos valores patrimoniais, conduziu a uma “museificação” e comercialização do património, que se deve em primeira instância à ação promovida pela UNESCO no âmbito da Convenção do Património Mundial, por incentivar à proteção do património como gerador económico, associado ao setor do turismo.

Sendo que, o discurso doutrinário caminhou segundo esta nova direção, da exploração turística do património, e consciente que esta exerce uma influência significativa sobre o ambiente humanizado e sobre os sítios e monumentos, foi preponderante equacionar os efeitos, quer positivos, quer negativos, da atividade turística, como tal, a criação da Carta Internacional do Turismo Cultural (1999) veio, de alguma forma, mostrar a sua preocupação defendendo que “...os projetos, atividades e desenvolvimentos turísticos devem alcançar resultados positivos e limitar os impactes negativos que possam prejudicar o património...”. Todavia, ainda assim, o seu foco era a satisfação e animação dos turistas e não as consequências que estes impactos tinham nas comunidades locais.

O património tornou-se assim “[...] *uma riqueza fóssil que se pode gerir e explorar como o petróleo*” (Choay, 2009: 47) da qual adveio uma expansão de museus e novos formatos de museus que permitissem uma maior interação com o público, criando um modelo de contacto com o passado que apresenta uma visão “higienizada” e “inautêntica”, em que a veracidade do passado é esquecida em prol de uma maior atração, e que se rege apenas pelo aumento das receitas. Tornando o património num produto económico próprio para consumo, de que são exemplo o Programa das Aldeias Históricas.

Tal como Choay, também Smith acredita que o problema dos discursos doutrinários, aos quais ela denomina de “*authorized heritage discourse*”, reside num discurso dominado pelo valor económico do património, que generaliza o seu significado, privilegiando os objetos materiais esteticamente agradáveis e os sítios de importância nacional, mantendo-os intocáveis com a incumbência de os manter preservados para as gerações vindouras, em detrimento dos valores imateriais como as vivências, as memórias e as tradições e saberes. Smith defende que o património “[...]is not so much a ‘thing’ as a set of values and meanings.”, e embora ele seja uma construção do passado, deve ser observado como um conjunto de valores, uma

construção social, e que está sujeito às alterações culturais e sociais do presente, deixando claro que é algo que se constrói e se transforma.

Ainda que, o discurso político autorizado e autoritário (“Authorized Heritage Discourse” (Smith, 2006)), tenha caminhado num sentido ascendente, o seu “peso” institucional é de tal forma significativo, que acaba por inibir e condicionar outros movimentos de cariz *bottom-up*, autorizando apenas alguns vocacionados para uma visão *top-down*, que consideram os processos técnicos e de gestão do património meros objetivos técnicos a cumprir, e não parte integrante de um processo cultural. Há uma certa dificuldade em transpor o favoritismo do património monumental, reconhecendo igualmente os patrimónios “menores” que constroem uma identidade cultural das comunidades.

Como tal, é premente a adoção de uma nova abordagem, no sentido de reforçar o papel das comunidades na preservação do seu património, que segundo Choay (2009: 50) tem “[...] três frentes de luta a efetuar: primeira, a da educação e a da formação; seguidamente, a da utilização ética das nossas heranças edificadas [...]; e, finalmente, a da participação coletiva na produção de um património vivo”.

Em suma, o património é hoje reconhecido como um instrumento político muito poderoso e cada vez mais, a sua gestão e proteção deve ser encarada como um processo coletivo e participado, em que a interação com as comunidades é crucial no desenvolvimento de modelos territoriais mais humanos, inclusivos e sustentáveis, mas para isso, é essencial consciencializar os locais para a importância dos seus bens patrimoniais. É igualmente crucial, o papel dos arquitetos na definição desses modelos territoriais de desenvolvimento, uma vez que, são estes que ensaiam a sua concretização, mas para isso é importante observar o território como um sistema complexo, que tem relevo e especificidades, às quais se deve responder.

A (re)visitação do mundo rural: Programas de apoio ao desenvolvimento em espaço rural, o exemplo das Aldeias Históricas e sucedâneos.

A partir das décadas de 1960 e 1970, emerge no seio da União Europeia uma atenção especial para a problemática dos espaços rurais, denotando uma consciência das disparidades do território entre o litoral mais desenvolvido, dinâmico e jovem, e

o interior menos desenvolvido, envelhecido e empobrecido. Face a estas assimetrias começam a ser desenvolvidas políticas estruturais de apoio ao desenvolvimento regional, orientadas para as áreas rurais mais desfavorecidas, assentes na ideia de que o património desempenha um recurso disponível, passível de viabilizar a revitalização da economia destas áreas, por via da sua valorização turística.

Em Portugal, ainda que o regime político e a sua posição no contexto internacional afetasse significativamente o acompanhamento das organizações anteriormente mencionadas, bem como os movimentos culturais que se foram gerando na Europa, manifestava-se igualmente uma crescente preocupação pelo mundo rural, expressa nos Planos de Fomento, sobretudo no primeiro e terceiro, no qual se reflete sobre a necessidade de atenuar as tensões que pesam no rural, identificando o turismo como uma atividade que deve atuar como motor de desenvolvimento económico.

Se na ditadura salazarista há um culto pela ruralidade, vista como um ideal na prática social e política do regime e que ficou marcada por um crescimento populacional, mais tarde, com a entrada de Portugal na CEE, na década de 1980, o modelo de desenvolvimento adotado, centrado na industrialização e no mundo urbano, provocou uma progressiva desagregação do território com grande prejuízo para o mundo rural, uma vez que, este não tinha as ferramentas necessárias para responder aos requisitos dos programas desde então implementados.

Nesse sentido, eram necessárias políticas e estratégias que fizessem face aos problemas do interior, marcado pela ruralidade, com uma população tendencialmente idosa, empobrecida e desmotivada. Como tal, a utilização do conceito de património operou como âncora nestes programas e intervenções no rural, pois estes territórios foram perdendo o seu carácter essencialmente produtivo e, por isso, era urgente criar alternativas funcionais para assegurar a sua vitalidade. Uma das vias que se começou a explorar na década de 1990, tinha um carácter essencialmente turístico e visava promover um desenvolvimento económico e social destas áreas.



Figura 6 - Aldeia de Marialva, da Rede de Aldeias Históricas.



Figura 7 - Aldeia de Candal, da Rede de Aldeias do Xisto.

Neste período foram criados os Quadros de Apoio Comunitário, instrumento criado no âmbito do LEADER, com o objetivo de incentivar a aplicação de estratégias de desenvolvimento nas zonas rurais da Comunidade Europeia, e do qual se definiram três fases, o QCA I, QCA II e QCA III.

Numa primeira fase, com o QCA I (1989-1993) apostou-se na infraestruturização do país, com ênfase no planeamento e ordenamento do território. Na segunda fase, no QCA II (1999-1994), há uma preocupação em corrigir os desequilíbrios regionais, reforçando a sua expressão no desenvolvimento rural e local. Por último, na terceira fase, o QCA III (2000-2006) evidencia uma preocupação maior sobre a questão do interior, identificando-o como uma área economicamente deprimida e carecendo de ações de revitalização. Foi neste contexto que foram criados, os Programas das Aldeias Históricas.

Estes programas tinham o propósito de responder às questões de desenvolvimento dos espaços rurais, com a implementação de iniciativas que pretendiam atenuar ou contrariar os efeitos do êxodo rural e do envelhecimento da população, procurando criar intervenções de revitalização socioeconómica, fixar populações e reforçar o investimento público e a promoção turística.

Alguns exemplos destas iniciativas são o programa das “Aldeias Históricas” (1994) e alguns sucedâneos como as “Aldeias do Côa” (1999), as “Aldeias do Xisto” (2000), as “Aldeias do Douro Vinhateiro” (2001), as “Aldeias de Água” (2002), as “Aldeias do Algarve” (2003) e as “Aldeias de Montanha” (2013).

Os planos de revitalização destas aldeias foram desenvolvidos a partir de uma ideia de valorização do património, mas apontando sempre para o turismo como um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento e revitalização do território das áreas rurais. Porém, há uma tendência de criar estratégias que têm como pressuposto primário responder às exigências exteriores, devido à crescente procura por parte das populações urbanas de espaços que proporcionem descompressão, física e psicológica, e capazes de criar atmosferas “autênticas”. Estes espaços encontram-se naturalmente nas zonas mais rurais, conduzindo a uma adaptação forçada destes territórios às exigências da população dos meios urbanos, com um desenvolvimento muito superior, condenando as aldeias “... a ser o recreio das pessoas da cidade.” (Reis, 2012: 5).

As intervenções realizadas no âmbito do Programa das Aldeias Históricas dirigiam-se a ações de infraestruturização básicas, a arranjos urbanísticos e de monumentos históricos, à criação de produtos e equipamentos turísticos, assim como, à divulgação, publicidade e realização de atividades de animação turística, exclusivamente destinados ao deleite turístico.

Deste modo, uma vez dirigindo-se à valorização dos núcleos intervencionados para a visita turística, o programa não conseguiu cumprir os objetivos delineados, nomeadamente relativos à fixação das populações locais. De facto, como mostra a evolução demográfica do país e, sobretudo, do interior, não se inverteu a tendência decrescente, resultando em cada vez menos habitantes e envelhecimento da população. Em parte, este problema intensificou-se com a inflação do mercado imobiliário nestes aglomerados, provocado pela dinamização turística, que originou um obstáculo à reprodução social, criando assim dificuldades à formação de novas famílias. A somar a isto juntou-se, posteriormente, a dificuldade de acesso a serviços, públicos e de interesse coletivo, nomeadamente de saúde, sociais e de educação.

Assim, dadas as fragilidades que continuam a existir atualmente no mundo rural, estas estratégias são um exemplo claro de como a regeneração das aldeias, tendo somente como agente mobilizador o turismo, resultam em reduzidos ganhos económicos e sociais para as próprias aldeias, emergindo apenas uma recriação de uma ruralidade, por vezes, exacerbada e distante dos problemas que nelas se instalaram.

Neste quadro assiste-se a um rural como um lugar de encenações, histórias, recriações e ilusões apetecíveis para as populações urbanas, criando áreas comercializáveis, em que as paisagens, outrora fator de diferenciação, se tornam numa estratégia de *marketing*. Assim, é encenado um rural sem o envolvimento das pessoas, na criação de estratégias apropriadas a cada lugar, tratando-se de uma decisão meramente política e técnica, que não considera as necessidades dos íncolas, gerando uma perda do sentimento de comunidade, de pertença e de identidade, que esvazia ainda mais os espaços rurais.

Se, por um lado, “[...] o conceito de património evoluiu no sentido de integrar bens de diversas tipologias, incluindo imóveis de natureza rural e vernacular, e bens imateriais da cultura, portanto afastando-se da perspetiva monumentalista e elitista.” (Carvalho, 2012: 49), por outro lado, o modo como as estratégias de valorização e proteção foram aplicadas e elaboradas no âmbito destes programas, acabaram por desvincular o território rural.

Em suma, as abordagens ao património em espaço rural nas décadas anteriores, por via da sua “turistificação”, acabou por lhe retirar a identidade ou, pelo menos, reduzir a importância de valores, costumes e relações entre as “gentes” de cada lugar, face aos valores atribuídos a símbolos nacionais ou reconhecidos pelas massas.

É assim precípuo adotar uma nova diretriz dos processos do património, pensados numa abordagem *bottom-up*, assentes numa discussão dos valores culturais como construção social, e que deve ser feita com as pessoas e para as pessoas, há igualmente a necessidade de valorizar os patrimónios “menores” ou os bens culturais “mais populares” essenciais na construção de identidades, por isso mesmo, as políticas do património devem ser sensíveis a estes bens, independentemente da sua categoria ou classe, integrando lógicas de funcionamento em rede, quando assim o justificar, bem como os agentes locais (públicos ou privados) e as pessoas.

Emergência de novos paradigmas na gestão do património

“While the idea of heritage was born two centuries ago as the result of an enlightened «top-down» vision of an intellectual and political élite, it is now increasingly a «bottom-up» expression of social values and social choice.” (Bandarin, 2019: 6)

O “*discurso autorizado do património*” naturalizou as práticas essencialmente conservacionistas e dedicadas aos aspetos materiais dos bens patrimonializados. Orientadas para públicos específicos, de uma cultura essencialmente ocidental, transformaram os valores individuais de uma comunidade em valores universais, privilegiando um discurso monumentalizante e excluindo os patrimónios locais e a participação ativa dos atores que com eles se relacionam.

Face a este contexto, é de extrema importância repensar as abordagens ao património, começando por observá-lo como uma multiplicidade de valores e significados sociais e culturais, e encarando os diferentes bens culturais como fatores de desenvolvimento integrado, com as pessoas e para as pessoas.

Nas últimas décadas, os limites que definiam o conceito de património expandiram-se, abrindo o espectro da sua natureza e permitindo perceber que ele pode constituir-se numa importante ferramenta política, social e cultural, capaz de promover um desenvolvimento económico, social e cultural de um território. O recurso desta ferramenta são memórias coletivas ou sociais, mas a sua ação é dirigida pelo desígnio do desenvolvimento com o intuito de unir um coletivo e de lhe dar estabilidade e continuidade.

A consciência crescente do fosso que afastava as abordagens tidas como doutrinárias, das necessidades e expectativas da sociedade atual, conduziu a uma discussão das práticas patrimoniais e à defesa da criação de novos argumentos de política, mais inclusivos e democráticos, que reconheçam o património como uma construção social e um veículo para o desenvolvimento social, político e económico.

A Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica (2011) é um exemplo da evolução da doutrina do património neste sentido, ao defender “a necessidade de melhor integrar e enquadrar as estratégias de conservação do património urbano nos objetivos mais abrangentes de desenvolvimento sustentável, [...] que visam preservar e melhorar a qualidade do ambiente humano”, reconhece que o património assume um papel decisivo nas mudanças da sociedade contemporânea, constituindo-se como um recurso social, cultural e económico crucial na promoção de um desenvolvimento e na coesão social.

A adoção da HUL tem vindo a contribuir para a disseminação de abordagens multidisciplinares na gestão e planeamento dos recursos patrimoniais, tendo em conta o binómio população/território, no sentido de promover um desenvolvimento integrado e sustentável, adaptado às necessidades da sociedade do séc. XXI.

Esta visão integrada do património reconhece o papel crucial da cultura na discussão de políticas para a criação de estratégias de desenvolvimento sustentável, ideia já enunciada na Conferência de Estocolmo (1972). Contudo, só com o reconhecimento da cultura como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, a par com o económico, o social e o ambiental⁸, é que foi possível criar novos entendimentos acerca da integração da cultura e do património como âncoras para a construção de lugares mais resilientes, inclusivos e sustentáveis, posteriormente refletidos na Nova Agenda Urbana da ONU, resultante da Conferência Habitat III que teve lugar em Quito, em outubro de 2016.

No ano anterior, com a publicação do Relatório *Re-Shaping Cultural Policies*, já tinha sido dado um passo em prol de um desenvolvimento assente numa articulação da cultura com o desenvolvimento sustentável, ou seja, outro sinal de uma crescente consciencialização de que a cultura e o património são fundamentais no desenvolvimento das sociedades atuais, e desempenham um papel muito importante

⁸ No âmbito do 3º Congresso Mundial da United Cities and Local Governments (UCLG), realizado a 17 de novembro de 2010, na Cidade do México é aprovada a Declaração política “Cultura: o quarto pilar do desenvolvimento sustentável”, que reconhece a cultura como uma âncora para o desenvolvimento, esta é assim uma adição aos três pilares do desenvolvimento sustentável (inclusão social, crescimento económico e equilíbrio ambiental), definidos na década de 1980 e consagrados no Relatório de Brundtland.



Figura 8- Alunos do Departamento de Arquitetura a descascar o milho.



Figura 9 - Atelier de elaboração de queijo artesanal do Rabaçal.



Figura 10 - Atelier de fazer pão em forno de lenha.

na capacitação das comunidades locais e na criação de identidades individuais e sociais.

Assim, é claro que a cultura deve desempenhar um papel central na sociedade do século XXI. De facto, passou a ocupar firmemente políticas e estratégias na construção de visões e abordagens holísticas e inclusivas para o território. Nestas visões, o património cultural revela-se uma oportunidade face às situações contemporâneas de cariz social e económico. É entendido como um instrumento essencial nas políticas de desenvolvimento sustentável, que tende, cada vez mais, para a adoção de estratégias de gestão inteligente dos recursos patrimoniais, em que a participação local é essencial, para o reforço do sentido de pertença e de identidade comunitária, através da identificação das pessoas com os valores do território.

Esta abordagem ao património, entendida como uma construção social, em constante metamorfose e procurando um significado para o presente através dos bens do passado, é igualmente defendida e promovida pela Association of Critical Heritage Studies. Esta associação entende o património como gerador do futuro, parte de um processo cultural e social em que as relações experienciadas nos locais são fatores imprescindíveis para o entendimento e valorização da significância cultural dos bens patrimoniais, como já defendido na Carta de Burra (1979), ou seja, como construção de um entendimento de toda a matriz de valores reconhecidos nos bens culturais.

Aliás, as experiências vivenciadas no local proporcionam o contacto com vínculos entre o passado e o presente, permitindo a partilha de tradições e saberes que esculpem uma determinada comunidade. Assim, a partilha deste património imaterial, com uma escala local, de que é exemplo o modo artesanal de produção de produtos endógenos tais como o queijo, o mel, o pão ou, no que respeita à humanização do território, a construção de muros de pedra seca, constitui uma oportunidade para restabelecer equilíbrios, promovendo uma reutilização de recursos, conhecimentos, técnicas e saberes tradicionais, entretanto desvalorizados. Para isso, é indispensável incentivar um diálogo educacional, criativo e formativo, de partilha e cooperação local, e integração do visitante ou de outro público-alvo.

O sentido do património não está unicamente na posse ou na contemplação, mas, com uma importância fundamental, também na transmissão de conhecimento e memória(s) associadas aos bens culturais, que permitem uma compreensão do presente e projetar o futuro.

A Carta de Burra, publicada em 1979 e sucessivamente revista até à sua versão atual, de 2013, incentiva precisamente esta visão do património, ao introduzir o conceito de «significância cultural» antes referido, e que corresponde a uma evolução importante do conceito de património, outrora preso à ideia de monumentalidade e dirigido às massas, para uma dimensão local, reconhecendo e respeitando a diversidade de expressões e significados culturais.

Também Laurajane Smith (2006) defende este entendimento do conceito de património, enquanto processo cultural e social que se rege por valores imateriais e que identifica como sendo: a identidade; a intangibilidade; a memória; a performance; o lugar; e, por fim, a dissonância. Segundo Smith (2006: 83) todos estes valores intrínsecos, quando interligados, conferem ao património “[...] *a sense of action, power and agency.*” configurando um património vivo e vital, capaz de transformar uma comunidade.

A identidade a que a autora se refere relaciona-se com a escala local, com a comunidade, dado que os atores locais são os primeiros intervenientes na valorização e salvaguarda do património. Os bens culturais funcionam como testemunhos narrativos da ocupação e do uso de um lugar por parte de uma comunidade e, por isso, são parte integrante na sua identidade.

A intangibilidade do património diz respeito ao seu carácter imaterial, dado que este é constituído por memórias, relações sociais, emoções e sensações, que se criam entre o objeto patrimonial, o lugar e o indivíduo. Esta noção transporta para o conceito de memória, assente na partilha de valores, de saberes e tradições que são transmitidos de geração em geração, e como tal, auxiliam na transformação da sociedade e na visão que esta tem perante os bens patrimoniais.

A performance alude à componente educativa do património, no sentido de transformar os lugares em sítios vivos e enriquecedores para o local como para o público que o visita, ainda que, esta visita seja realizada de forma equilibrada sem comprometer o local e a comunidade.

O lugar é, portanto, um fator-chave, pois as relações que se criam e mantêm ao longo do tempo decorrem em espaços concretos e são essenciais na percepção do património. Há, muito que se tem uma ideia clara de que os lugares não são imutáveis e que as transformações que neles ocorrem são fundamentais no crescimento das sociedades. Por isso, a mudança dos lugares pode e deve ser um projeto. Não deve ser, um fruto do acaso e o património cultural pode ser um «lugar seguro», um «fio condutor» na mudança.

A visão do património de um lugar reflete, inevitavelmente, um grupo social, económico, cultural e religioso, em certa medida, acaba por ser o espelho do poder que esse possui, sendo capaz de reproduzir valores, experiências sociais e culturais que alimentam esse grupo/comunidade.

Por fim, a dissonância identifica as discrepâncias que cada indivíduo cria, perante a observação de determinado bem. Cada ser é único e, como tal, sentirá experiências, sensações e emoções individuais, que conduzem a interpretações e compreensões díspares e particulares, acerca do significado e do que representa esse bem, “... *all heritage is someone’s heritage and therefore logically not someone else’s [...]*” (Smith, 2006: 80).

Portanto, como a autora Anna Rochi (2020: 67) defende as ações de valorização do património devem evoluir tendo em conta as necessidades das pessoas, gerando benefícios nas comunidades através de processos de autoidentificação e valorização dos bens. Isto significa que o património é constituído por um conjunto de valores que se interrelacionam, materializando uma série de ações e significados em constante mutação, que incluem atividades de partilha de conhecimentos, recordações e valores, capazes de criar relações sociais, que de modo explícito e, por vezes, implicitamente, transformam os lugares. Esta ideia foi igualmente adotada, ainda que não referida do mesmo modo, noutros contextos e por outros autores, de que é exemplo a Carta de Burra, anteriormente referida. O que fomenta um património vivo é a analogia que se gera entre “[...] *‘where we have come from’ in terms of the past, but also ‘where we are going’ in terms of the present and future.*” (Smith, 2006: 84), por consequente, é um processo que decorre de uma vontade de renovação do senso cultural, social e político.

Posto isto, há uma perceção progressiva de que o património é um instrumento político, indispensável na definição de estratégias de desenvolvimento. Segundo Watler Rossa (2020: 14) há muito que os termos património e desenvolvimento perderam o seu carácter de oxímoro, e hoje caminham no mesmo sentido, de forma a promover sociedades inclusivas, igualitárias e sustentáveis.

Assim, é essencial entender o património para além das teorias padronizadas, e pensar nele não apenas com base na sua dimensão física ou como algo estático do passado, mas sim como um processo cultural, na qual a experiência vivida no lugar, permite uma partilha de memórias e de tradições, valorizando-as.

Entidades de desenvolvimento local com abordagens bottom-up: a Oficina del Historiador e a Rede dos Castelos e Muralhas do Mondego.

Dentro desta nova abordagem ao património, mais holística e preocupada com a integração das comunidades na valorização dos seus valores, merecem relevo duas organizações: a Oficina del Historiador, com atuação na cidade de Havana, em Cuba; e a Rede de Muralhas e Castelos do Mondego, que se destaca pela sua atuação no território em estudo nesta dissertação.

Tal como esta dissertação, estas duas entidades, ainda que com escalas diferentes, defendem um método holístico, inclusivo, de cariz *bottom-up* na gestão do património, reconhecendo que as ações aplicadas nessa gestão devem ter benefícios diretos nas comunidades locais, por essa razão, a interação da Academia com os locais, através do incentivo à sua participação, na criação de estratégias e políticas, são basilares para alcançar esse fim.

A Oficina del Historiador é um exemplo notável nesse âmbito, uma entidade institucional que tem como pressuposto o património, enquanto ferramenta política imprescindível na promoção de um desenvolvimento sustentável local. Embora diga respeito a uma realidade distinta da que é objeto de estudo nesta dissertação, tanto no que diz respeito à sua geografia – Cuba – como ao facto de a sua ação incidir no meio urbano – o centro histórico de Havana – é um caso inspirador no que diz respeito ao método de valorização do património cultural.

Foi fundada em 1938, como órgão municipal autónomo, para dar continuidade ao trabalho incitado pelo Dr. Emilio Roig de Leuchsenring⁹, dedicado à preservação, divulgação e promoção dos valores históricos e culturais de Cuba, em particular, da cidade de Havana. Inicialmente, esta oficina teve funções meramente institucionais, em que a salvaguarda e a ação no património era concretizada através de atividades culturais e científicas ou publicada em textos e procedimentos legislativos, mas sempre expondo uma vontade de acompanhar as ações diretas de restauração e recuperação do património.

Com a morte do Dr. Emilio Roig de Leuchsenring, a continuidade da obra desta instituição foi assegurada pelo Dr. Eusebio Leal Spengler (1967), que impulsionou a identificação do Centro Histórico de Havana como Património Cultural da Humanidade, pela UNESCO, em 1982, contribuindo significativamente para o prestígio e visibilidade do trabalho da Oficina del Historiador.

A partir de 1993, em virtude da adoção de um diploma legal que reforçou a capacidade da Oficina no cumprimento dos seus objetivos, estabeleceu-se as bases para um novo modelo de operação na gestão do património cubano. Desse modo foi concedida à Oficina del Historiador a função de atuar diretamente no planeamento urbano para o desenvolvimento integrado do Centro Histórico de Havana, mais concretamente de uma “Zona prioritária de conservação”, que correspondia sensivelmente a metade da área do município. O diploma em causa, o Decreto-lei n.º 143 de 30 de outubro de 1993 também alterou o estatuto legal da Oficina del Historiador, que deixou de estar subordinada ao município, para se subjuar diretamente ao Conselho de Estado da República de Cuba, permitindo assim um aumento substancial de recursos para financiar as suas ações.

⁹ Dr. Emilio Roig de Leuchsenring foi um historiador cubano, conhecido como o primeiro historiador de Cuba. Foi o responsável pela fundação da Oficina del Historiador na cidade de Havana, na qual realizou um trabalho decisivo, durante cerca de trinta anos, em prol da preservação e da reabilitação do património dessa região, valores estes essenciais na história e na identidade dessa comunidade. A sua obra enquanto presidente da instituição consistiu em reabilitar o centro de Havana, cujo Centro histórico e o sistema de fortificações militares, foram, posteriormente, declaradas Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1982. Foi ainda membro do Conselho Nacional de Arqueologia e Etologia; do Colégio Nacional de Jornalistas; da Comissão de Monumentos, Edifícios, Lugares Históricos e Artísticos de Havana; da Ordem dos Advogados de Havana; e de outras instituições relevantes.

Uma das ações mais relevantes desta entidade, foi a revitalização do Centro Histórico de Havana, assente na promoção de um desenvolvimento integrado, com princípios fundamentais que expressavam um desejo nacional, mas, antes de mais, um interesse de âmbito local, com ações diretas na recuperação e salvaguarda do património, tangível e intangível, reabilitando o território a partir de um plano integral que procurava uma resposta aos perigos a que estava sujeito e que conciliasse a conservação dos valores com as necessidades do desenvolvimento.

Além deste domínio de intervenções, também visava a preservação do carácter residencial do centro, garantindo a permanência da população residente através da melhoria das condições de habitabilidade, assim como na renovação da infraestruturação técnica e de serviços sociais e públicos. Com o mesmo objetivo, também era defendida a criação de novos postos de trabalho e fontes de rendimento, promovendo uma economia local que garantisse o desenvolvimento sustentável do centro histórico. Ao nível da gestão do processo, defendia-se ainda a reinvenção das capacidades técnicas e administrativas locais, tornando-as mais competentes e aptas a uma participação ativa, nas decisões e processos sociais e culturais do território e, por último, a consolidação de uma identidade, baseada nos valores e tradições, mas reconhecendo, da mesma forma, as transformações e progressos recentes.

A forma holística como esta entidade entende o território, na gestão e planeamento do processo de desenvolvimento, não apenas associado ao espaço físico, mas, assumindo que as atividades sociais em geral, são capazes de gerar as condições particulares para um desenvolvimento integral e sustentável, ou seja, como uma «sociedade territorial», que permite a eficácia das estratégias e ações empregues.

Igualmente exímia, foi a atitude desta Oficina perante a emergência da ideia do turismo como “locomotiva” de desenvolvimento, durante a década de 1990. A Oficina del Historiador adotou como premissa a possibilidade de catalisar os efeitos do turismo para a revitalização integral do local, ou seja, assumindo que o turismo não seria a única substância, muito menos a fundamental, para a concretização do objetivo essencial que era incontestavelmente o desenvolvimento do território, portanto o setor do turismo resumia-se a um mero meio para atingir a concretização desse objetivo.

A ação de revitalização do Centro Histórico de Havana é um exemplo de uma experiência benéfica no desenvolvimento local da região e, deve o seu reconhecimento, ao método da Oficina del Historiador, cujo sucesso deriva, essencialmente, do seu sistema aberto à negociação com os cidadãos, mantendo uma relação estreita entre a equipa de profissionais e os próprios locais, obtendo assim uma perspetiva real sobre as necessidades locais básicas, que conduz a um processo mais eficaz e inclusivo do que aqueles derivados de decisões «superiores», concebidas e aplicadas por atores não locais.

Igualmente a fazer um trabalho considerável em prol de um desenvolvimento integrado, aberto à comunidade e em interação com as entidades locais, destaca-se a Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas do Mondego (RCMM), que apesar, da sua menor escala em comparação com o exemplo da Oficina del Historiador, apresenta um método semelhante, apoiado na valorização dos valores patrimoniais no desenvolvimento de um território. Além disso, merece relevo o facto de a atuação desta agência decorrer precisamente no território de estudo na presente dissertação, em Sicó, no qual tem um impacto substancial na criação de dinâmicas e interações conjuntas de cariz cultural, social e económico.

A RCMM é uma entidade recente, criada em 2011 no âmbito do programa Mais Centro, Eixo 2 – Programa Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (QREN, 2007-2013), e conta com um conjunto treze parceiros. O objetivo primordial é valorizar o património histórico desta região, reconhecendo-o como força motriz para um desenvolvimento dos setores da cultura e do turismo, a partir da construção de sinergias e do envolvimento de parceiros e entidades, tais como os municípios e locais, unidos no sentido de criar um produto diferenciado, competitivo e inovador, capaz de gerar novas dinâmicas de desenvolvimento.

Aliás, esta rede foi desenhada a partir do reconhecimento dos valores ancestrais que uniam este território, nomeadamente da linha defensiva criada aquando da Reconquista Cristã, que fazia a fronteira entre o mundo cristão e o mundo muçulmano.

Os castelos que formavam essa fronteira eram justamente o de Coimbra, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penela, Soure e a Atalaia de Buarcos (Figueira

da Foz), só mais tarde, se associaram o Castelo de Pombal, de Germanelo, de Santiago da Guarda e Ega, que consolidaram ainda mais esta linha, na qual a instabilidade e os conflitos eram uma constante, assim como as convivências e as trocas, gerando uma grande diversidade cultural. Além dos municípios mencionados, a RCMM trabalha em cooperação com outras entidades institucionais públicas de que é exemplo o Instituto Pedro Nunes, a Universidade de Coimbra, a Direção Regional da Cultura e do Centro e a Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal.

Nos últimos anos, a Rede tem contribuindo com um conjunto de iniciativas e projetos de índole cultural, tendo sempre presente o envolvimento da comunidade, em prol da dinamização e desenvolvimento de Sicó, através de ações de sensibilização, concursos escolares, projetos de envolvimento comunitário, exposições itinerantes, eventos musicais e culturais. Alguns exemplos dessas iniciativas são: o “Música & Muralhas” lançado em 2012, um dos primeiros projetos da rede, com o intuito dar a conhecer a RCMM, criando afinidades com os locais, mas também oferecer uma nova funcionalidade aos monumentos que se encontravam esquecidos e desvalorizados; a “Ciência Viva nos Castelos” um projeto na qual os visitantes são convidados a participar em “estações de aprendizagem” dedicadas à história, à arqueologia, à biologia, à geologia e à matemática, conhecendo *in loco* os monumentos e as atividades que aí se faziam, todavia, a partir de 2017 este programa foi descontinuado, substituindo-o “À Descoberta”.

Para além destes, há outros projetos com um carácter menos permanente, mas igualmente importantes para a consolidação da Rede como a “Caixa de Memórias” dedicado aos idosos, o “Rei e a Rainha do Mondego” e o “O Meu Monumento” pensados para os mais novos.

Tanto a Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas do Mondego como a Oficina del Historiador são exemplos bem-sucedidos de iniciativas de desenvolvimento local, com estratégias de cariz *bottom-up* que obtiveram incidências favoráveis no território, comprovando como a gestão do património, a diversidade cultural e a inclusão dos atores locais se podem converter em geradores de desenvolvimento territorial, socialmente e economicamente, sustentáveis, tal como esta dissertação defende.

II. Contexto

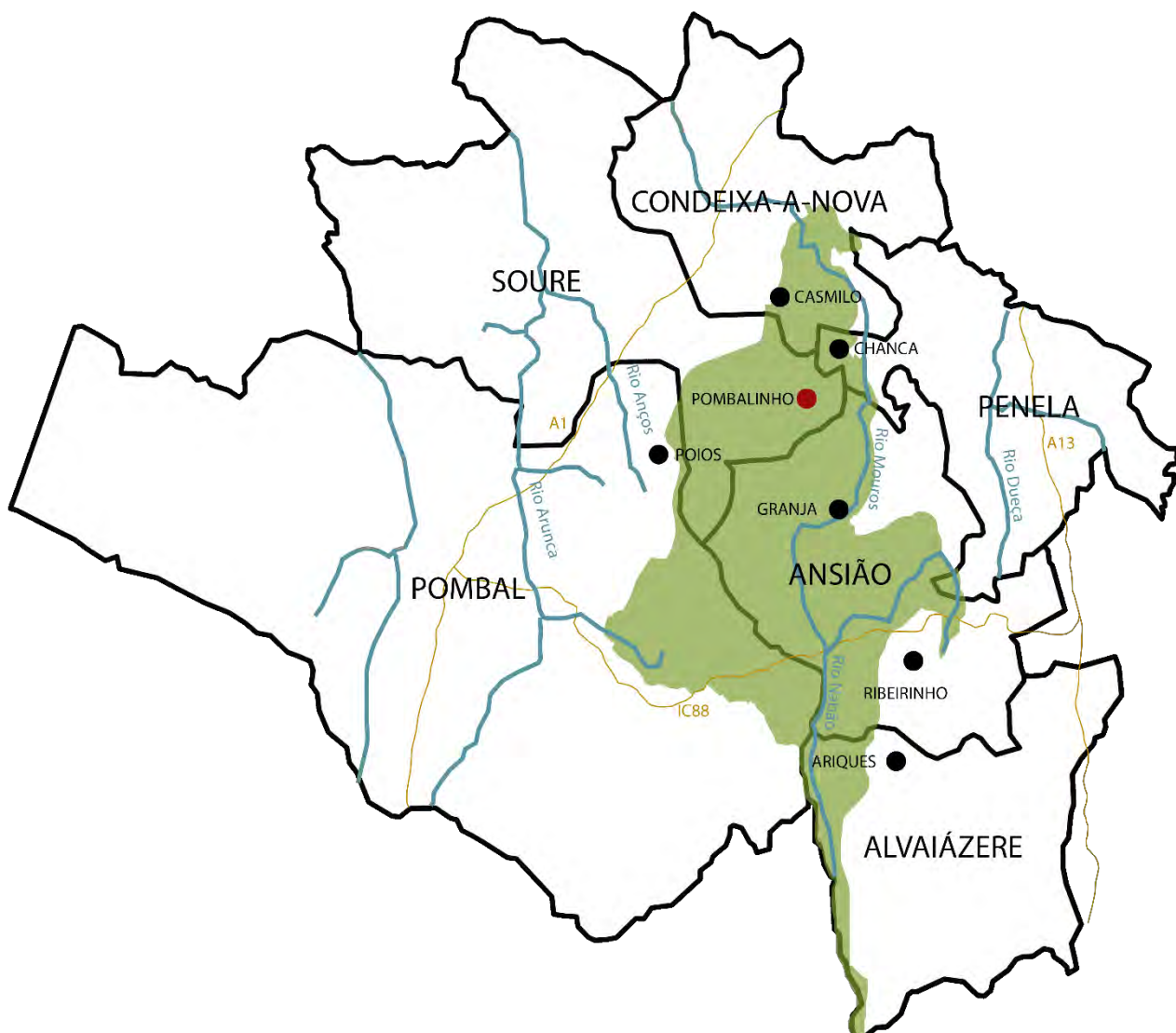


Figura 11 - Território de Sicó, com a identificação das aldeias da RAC.

Sicó, território de ação

As terras de Sicó, como já referido, situam-se na Região Centro de Portugal e são delimitadas pelo maciço calcário de Condeixa / Sicó / Alvaiázere. À semelhança de outros maciços calcários em Portugal, também este apresenta um fraco dinamismo demográfico, económico, social e cultural.

Desde o final do século XIX, intensificando-se a partir da década de 1950, que as terras de Sicó têm apresentado um decréscimo demográfico, resultado de uma redução progressiva da taxa de natalidade, mas essencialmente, devido à emigração “[...] *primeiro para longe, terras de outras linguagens... muitas vezes para não voltar*” (Silva, 2011: 43).

Todos os concelhos de Sicó, sofreram com este período de emigração e, muitos poucos conseguiram recuperar deste decréscimo. Desse modo, os setores primário, secundário e terciário deterioraram-se e perderam a capacidade de atrair e fixar populações pela criação de emprego, tornando algumas das aldeias deste território apenas “núcleos dormitórios” e outras somente vazias.

Nos últimos anos, o marketing do turismo, essencialmente ligado ao turismo de natureza, tem vindo a captar muitos visitantes, mas apesar de este território ser muito apreciado pela beleza das suas paisagens, pelo seu vasto património, pela tranquilidade, pela gastronomia e pela qualidade dos seus produtos endógenos, não foi suficiente para aumentar a população. De qualquer forma, tem contribuído para tornar este território atrativo e dinâmico.

Valores de Sicó

Património Geomorfológico

A serra de Sicó é um sistema cársico muito fraturado, que resulta em geoformas e geossítios de grande importância patrimonial. As serras e montanhas foram sempre barreiras naturais e por essa razão, eram escolhidos os seus cumes pelos Homens, para aí se fixarem, procurando segurança. Com o evoluir dos tempos, as populações foram ocupando as zonas mais baixas e estes “espaços serranos” foram ficando abandonados.



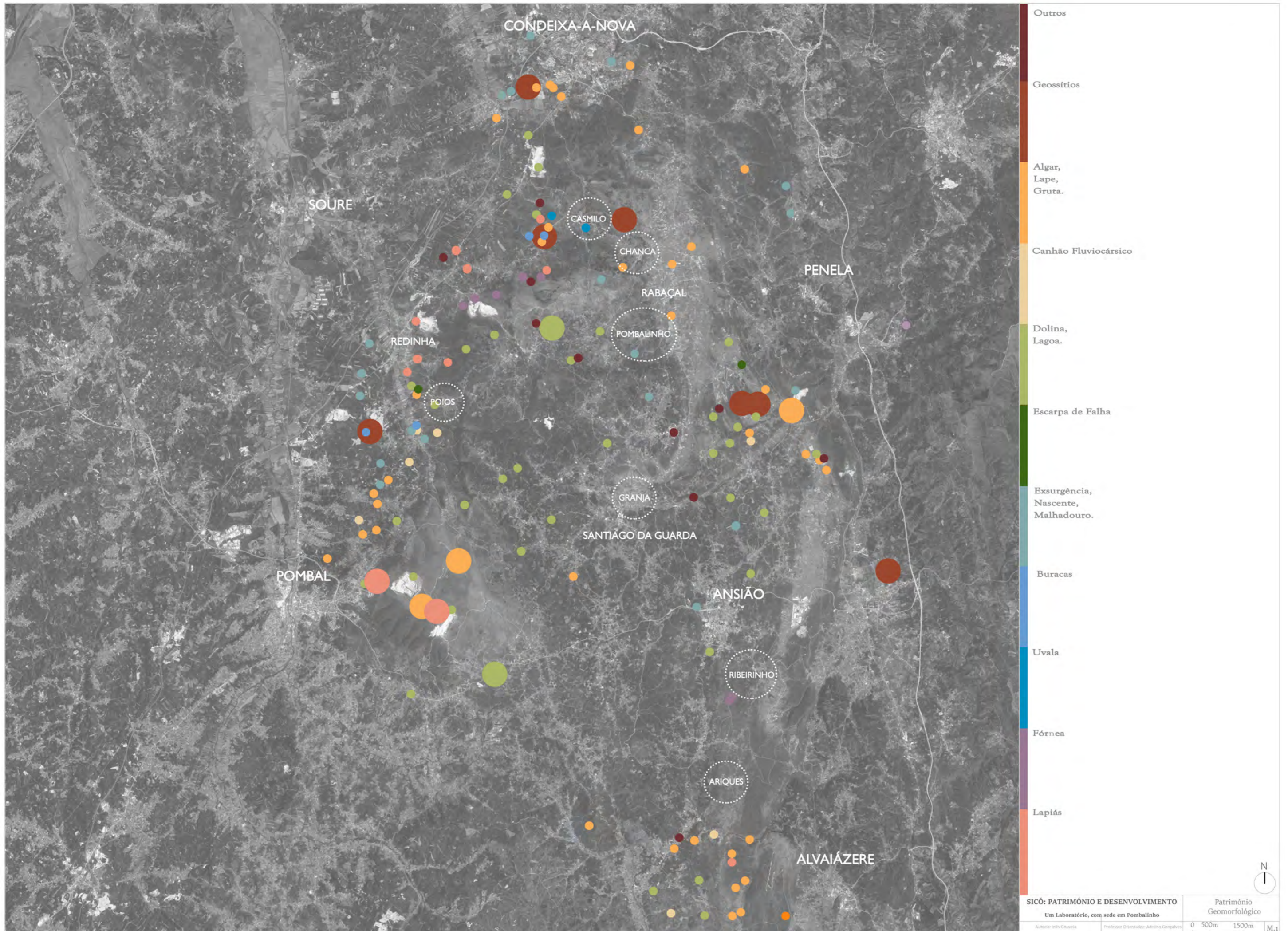
Figura 12- Campo de Lapiás, Vale das Buracas.



Figura 13- Buracas do Casmilo.



Figura 14- Gruta do Soprador do Carvalho.



Atualmente os espaços montanhosos ganharam uma nova funcionalidade, ligada ao lazer e ao desporto e à usufruição dos seus elementos naturais. Hoje são um fascínio dos habitantes da cidade que os utilizam como “[...] *turismo “anti-stress”*” (Silva, 2011: 77).

Neste território ressaltam variadíssimos fenómenos de interesse geomorfológico, como é possível observar no mapeamento anterior destinado ao património geomorfológico (M.1), que se constituem como momentos de atração. Alguns exemplos destes sítios são a Escarpa da falha da Sr.^a da Estrela, o Geossítio do Vale das Buracas do Casmilo, o Canhão Cársico do Vale do Poio Novo, o Canhão Cársico do Rio dos Mouros e o pequeno Canhão do Vale da Mata.

As fórnias, outro fenómeno existente em Sicó, são geoformas cársicas em anfiteatro que oferecem a este território paisagens cénicas de grande valor, destacando-se as “Pseudo-Reculée” da Serra do Rabaçal, a “Pseudo-Reculée “do Vale da Grota e a Reculée do Casmilo.

Outro fenómeno são os campos de lapiás e existem vários no Maciço. Trata-se de geoformas cársicas de superfície que, se parecem com pequenos “desertos de pedras”. O Campo de Lapiás do Casmilo é um dos mais bonitos do Maciço de Sicó, e é por isso muito apreciado por aqueles que o visitam. Para além disso, situa-se próximo de outras geoformas de interesse patrimonial acima descritas. O Campo de Lapiás da Serra de Sicó é igualmente relevante, com uma forma piramidal, constituindo-se num ponto apreciado para os turistas de natureza.

As Grutas e Algares são mais um dos patrimónios geomorfológicos do Maciço. Segundo os espeleólogos existem em Sicó mais de duas centenas deste tipo de fenómenos, porém, por serem cavidades subterrâneas, não são visitáveis (sem condicionantes de maior) como acontece em outras grutas do nosso país, de que é exemplo as Grutas de Mira de Aire.

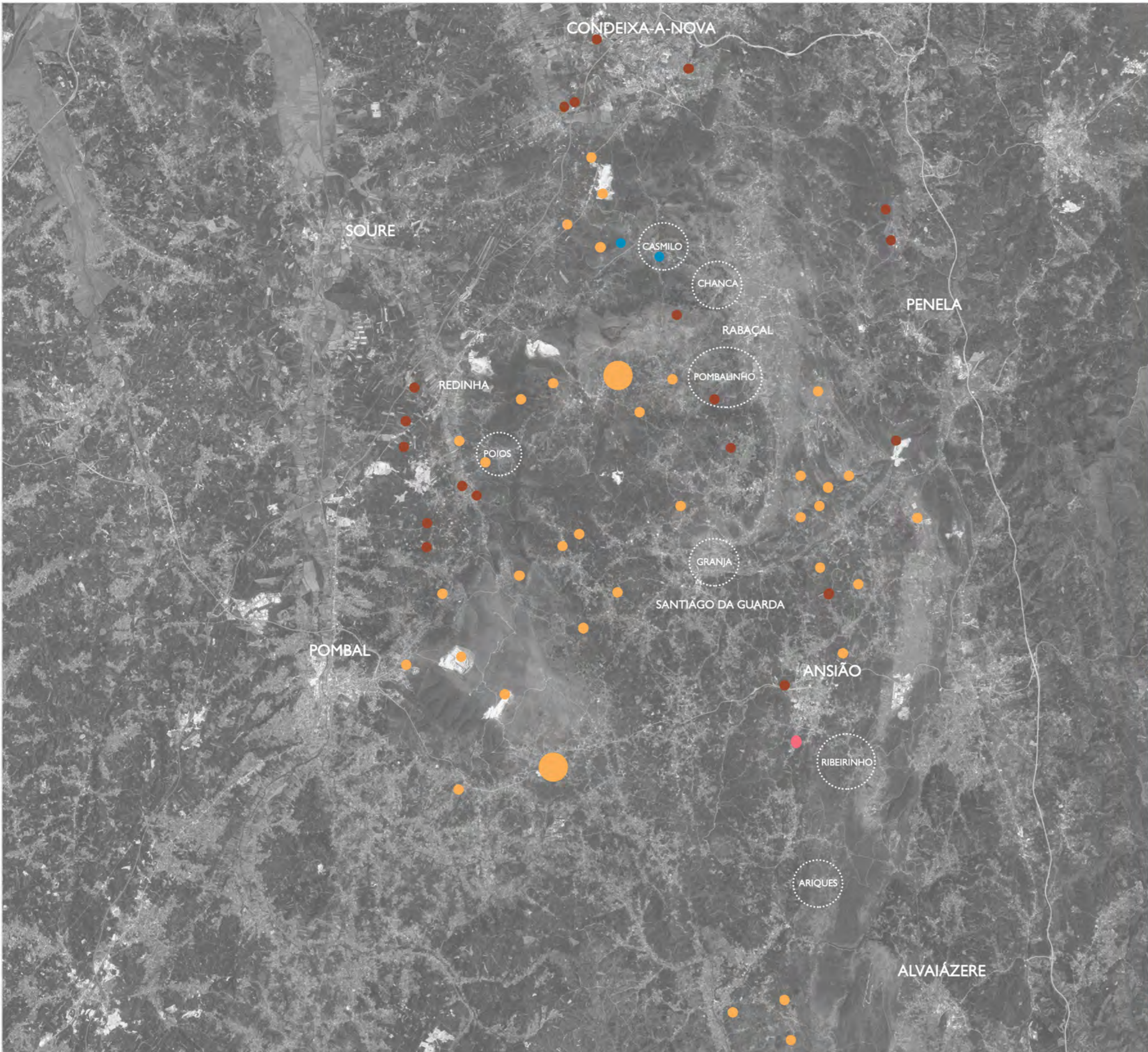
A Gruta do Soprador do Carvalho, também designada Gruta Talismã, é uma das maiores cavidades subterrâneas do nosso país e está localizada no sistema espeleológico do Olho do Dueça (nascente do Rio Dueça, com 90m de desenvolvimento). Estas, simultaneamente, com a Gruta do Algarinho, constituem um dos complexos criptocársicos maiores do sistema subterrâneo do Maciço e um dos maiores conhecidos em Portugal, com cerca de 9 km de galerias.



Figura 15 - Exsurgência Olhos d'Água do Anços.



Figura 16 - Dolina da Sr.^a da Estrela.



Exurgência,
Nascente,
Malhadouro.

Dolina,
Lagoa.

Uvala



Património Hidrológico

As grutas e algares são alimentados pelos cursos de água subterrâneos. Se por um lado a circulação de água à superfície é reduzida em todo o maciço, por outro as águas pluviais ativam a rede de canais de circulação hídrica em profundidade, provocando as exurgências tão características dos maciços de calcário. Estas exurgências são vitais no abastecimento de água para a agricultura e para a rede pública.

Existem em grande número no Maciço de Sicó, como se pode analisar no mapeamento relativo ao património hidrológico (M.2), e têm um carácter quase permanente, só secando em verões muito secos e prolongados.

Alguns exemplos deste fenómeno são: a exurgência de Alcabideque que, além do seu valor como património hidrológico, apresenta também um valor histórico relacionado com o período romano, do qual resta a torre do Castellum e os vestígios do aqueduto para Conímbriga, fazendo dela uma das exurgências mais visitadas; a exurgência dos Olhos de Água do Anços, localizada em Pombal, nascente do Rio Anços, é considerada uma das mais importantes exurgências do maciço, com uma cavidade subaquática de 63 m de profundidade, é ainda um sistema por desvendar; a exurgência da Fonte do Alvorge, situada no Vale do Rabaçal, foi até há poucos anos utilizada pela comunidade como lavadouro público e na qual ainda se observam vestígios dessa atividade; a exurgência dos Olhos de Água do Dueça; e a exurgência dos Olhos de Água de Ansião, uma exurgência temporária, que se encontra no limite urbano de Ansião, motivo que levou à criação de um parque de lazer, pensado para permitir um maior usufruto desse património natural.

Em Sicó há um número pouco significativo de dolinas, mas há várias pequenas lagoas perenes ou estacionais, que resultaram da antropização de antigas dolinas. Existem ao todo cerca de doze dolinas e destas destacam-se: a Dolina de Cima, a Dolina da Ateanha, a Dolina do Peixeiro, a Dolina da Senhora da Estrela, a Dolina do Casmilo, que na verdade é uma “uvala” com várias dolinas, e a Dolina da Serra de Janeanes.



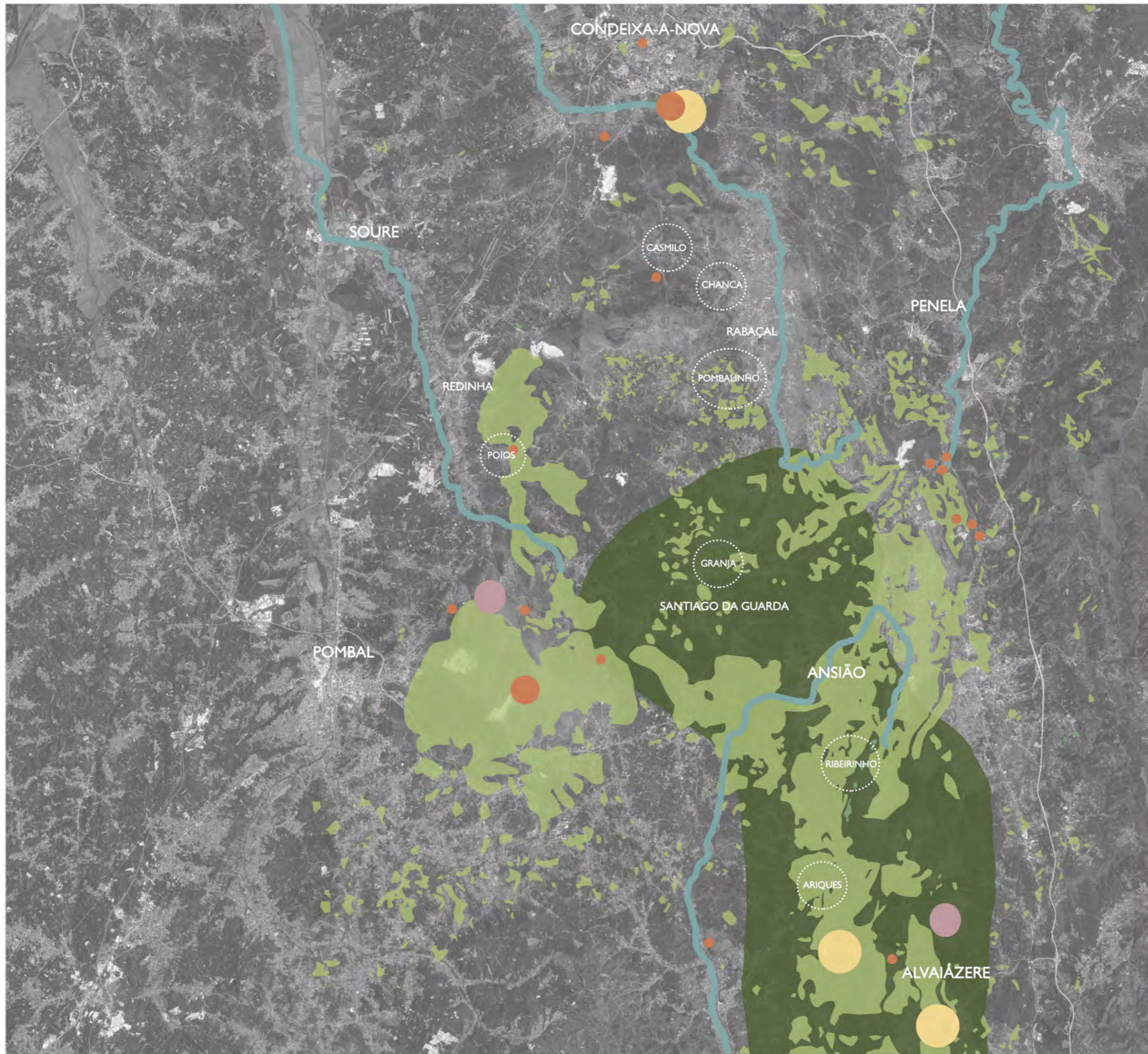
Figura 17- Colónia de Morcegos em Sicó.



Figura 18 - Carvalho-Cerquinho.



Figura 19- Rosa Albardeira.



Rios

Habitat

Parque Ecológico

Abrigos de Morcegos

Matas

Árvores de Interesse Público

N

SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO		Património Natural e Biológico	
Um Laboratório, com sede em Pombalinho			
Autoria: Inês Gouveia	Professor Orientador: Adalino Gonçalves	0 500m 1500m	M.3

A vegetação de Sicó é influenciada por vários fatores, desde logo a escassez de água, derivada da litologia cársica, que origina uma estrutura estratificada muito fissurada e fraturada, que impede a retenção de água à superfície. O declive das vertentes é outro fator, já que, favorece o arrastamento dos depósitos da cobertura, ou seja, origina solos com uma camada muito reduzida, provocados pela constante escorrência de água.

No entanto, algumas espécies conseguem adaptar-se às características do maciço, por exemplo, o carvalho português ou carvalho cerquinho, que aqui representa a maior mancha da Europa, com uma área de aproximadamente 30 mil hectares, salvaguardado pelo Parque Ecológico Intermunicipal de Algarinho (Penela) – Gramatinha (Ansião) – Ariques (Alvaiázere), ilustrado no mapeamento alusivo ao património natural e biológico (M.3). Mas também existem outras espécies como o sobreiro, a azinheira e a oliveira. A madeira destas árvores, é muito resistente às intempéries climáticas e aos declives vertiginosos.

Estas eram o principal revestimento arbóreo do maciço, mas o seu corte desmesurado ao longo de séculos, para a construção de habitações e outros fins, como o fabrico de caravelas e naus no período dos Descobrimentos, contribuiu para que essa mancha tenha diminuído significativamente.

Na Primavera é muito frequente encontrarem-se nos matos várias espécies de orquídeas mediterrâneas e rosas albardeiras, bem como outras plantas, como a erva-de-Santa-Maria e o tomilho, que contribuem para o paladar característico do queijo do Rabaçal.

Acerca da fauna, importa referir que para além dos animais característicos do nosso país, que encontramos um pouco por todo o território, existe em Sicó a maior colónia de Morcegos-de-Peluche do país.



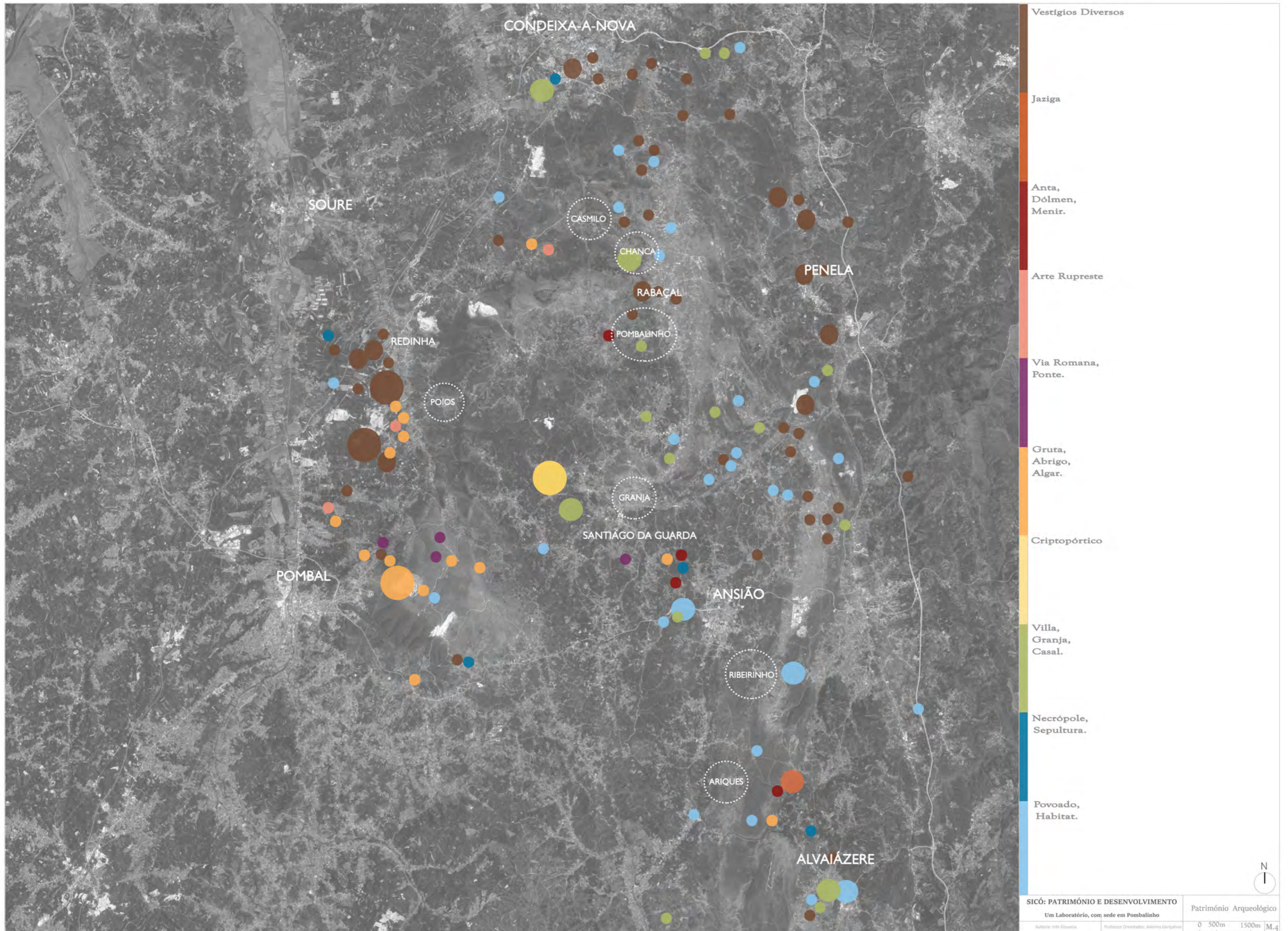
Figura 20 - Villæ Romana do Rabaçal.



Figura 21- Complexo Monumental de Santiago da Guarda



Figura 22 - Villæ romana do Rabaçal.



- Vestígios Diversos
- Jaziga
- Anta, Dólmen, Menir.
- Arte Rupreste
- Via Romana, Ponte.
- Gruta, Abrigo, Algar.
- Criptopórtico
- Villa, Granja, Casal.
- Necrópole, Sepultura.
- Povoado, Habitat.

“Sabemos com alguma segurança que as Terras de Sicó foram “palco” da vida de muitos homens e mulheres [...], aqui deixaram testemunhos das suas vidas e das suas mortes.” (Silva, 2011: 237)

- Período romano

No período da ocupação romana na Península Ibérica, estas terras foram ocupadas com importantes *Villæ*, que funcionavam como casas de campo de famílias abastadas. Ainda que, haja cerca de duas dezenas de *Villæ*, bem como, de outros vestígios arqueológicos como se observa no mapeamento referente ao património arqueológico (M.4), apenas as *Villæ* do Rabaçal e de Santiago da Guarda estão suficientemente escavadas para se tornarem objeto de estudo.

A *Villa* Romana do Rabaçal é um desses exemplos. Implantou-se no Vale do Rabaçal, por volta do século IV d.C., e é considerada uma das *villæ* mais bonita e rica exploração rural romana da Lusitânia.

Surgiu num período de grande instabilidade, causada pela invasão dos povos bárbaros, obrigando Conímbriga e outras cidades romanas a levantar as cinturas muralhadas. Muitos ícolas refugiavam-se nas áreas rurais construindo *villæ* e, no caso do Rabaçal percebe-se que deveria pertencer a alguém com um poder económico e social importante, já que não se limitou a construir uma mera *villa*, mas uma obra de arquitetura esplêndida, que perdura até aos nossos dias como uma das mais belas que foram encontradas.

Também a *Villæ* de Santiago da Guarda se constitui como um exemplo de interesse. Não se sabe ao certo quando foi edificada e pensa-se que a sua construção tenha resultado de outras anteriores, dado os seus vários níveis altimétricos dos seus pisos e a variedade de processos de reconstruções, repavimentações e readaptações. Dá a ideia de que esteve durante toda a sua vida em obras.

Integra hoje o Complexo monumental de Santiago da Guarda, que alberga igualmente o Paço dos Vasconcelos/Castelo Melhor, construído por volta do século XVI, precisamente sob as estruturas arqueológicas da *Villæ*, sendo que os materiais desta foram reaproveitados para a edificação da Torre Medieval do Paço.



Figura 23 - Cidade Romana de Conímbriga



Figura 24 - Castelo de Penela.



Figura 25- Castelo de Germanelo

Atualmente este Complexo é um museu com valências didáticas, educacionais e de investigação, além da sua função de centro turístico – cultural, funciona ainda como centro de investigação do mundo romano da Lusitânia.

A cidade de Conímbriga é um “ex-libris” cultural da região de Sicó, um marco do turismo cultural a nível nacional, dentro do panorama arqueológico.

Conímbriga foi uma cidade romana com algumas peripécias e talvez por isso, seja um marco tão importante, no imaginário individual e coletivo, sobre as glórias e declínios da Civilização Romana. Apesar de, apenas uma mínima parte estar escavada, conseguimos perceber como, esta cidade cresceu e viveu em períodos de grande instabilidade.

Contrariamente a muitas outras, Conímbriga teve um final lento e agonizante a partir do século V. Assim ficou completamente despovoada e ao abandono, até ser descoberta e musealizada já no século XX. A cidade voltou a reerguer-se com outro sentido, de contemplação e descoberta, tornando-se uma das maiores fontes de investigação da civilização romana a nível nacional.

- Período Medieval

No período medieval, com a instalação da capital do Reino na cidade de Coimbra por D. Afonso Henriques, em 1131, houve a necessidade de reforçar e alargar as fortalezas, com o propósito de conquistar os territórios a sul, nomeadamente Santarém e Lisboa. Foi neste contexto, que muitos castelos medievais foram construídos na região de Sicó, que na época se integravam na chamada Região de Ladeia, limitada entre Penela e Soure, a oeste da Serra da Lousã.

O Castelo de Penela já havia sido mencionado pela primeira vez em 1087, num documento transmitido a D. Sesnando Davis. Pensa-se que o castelo tenha origem numa torre militar romana, que serviria para proteger a estrada de Mérida – Conímbriga – Bracara Augusta, contudo só ganha importância depois da conquista definitiva de Coimbra, tornando-se um elemento essencial na linha defensiva, devido à sua localização geográfica numa via que permitia o acesso de Coimbra a Santarém.

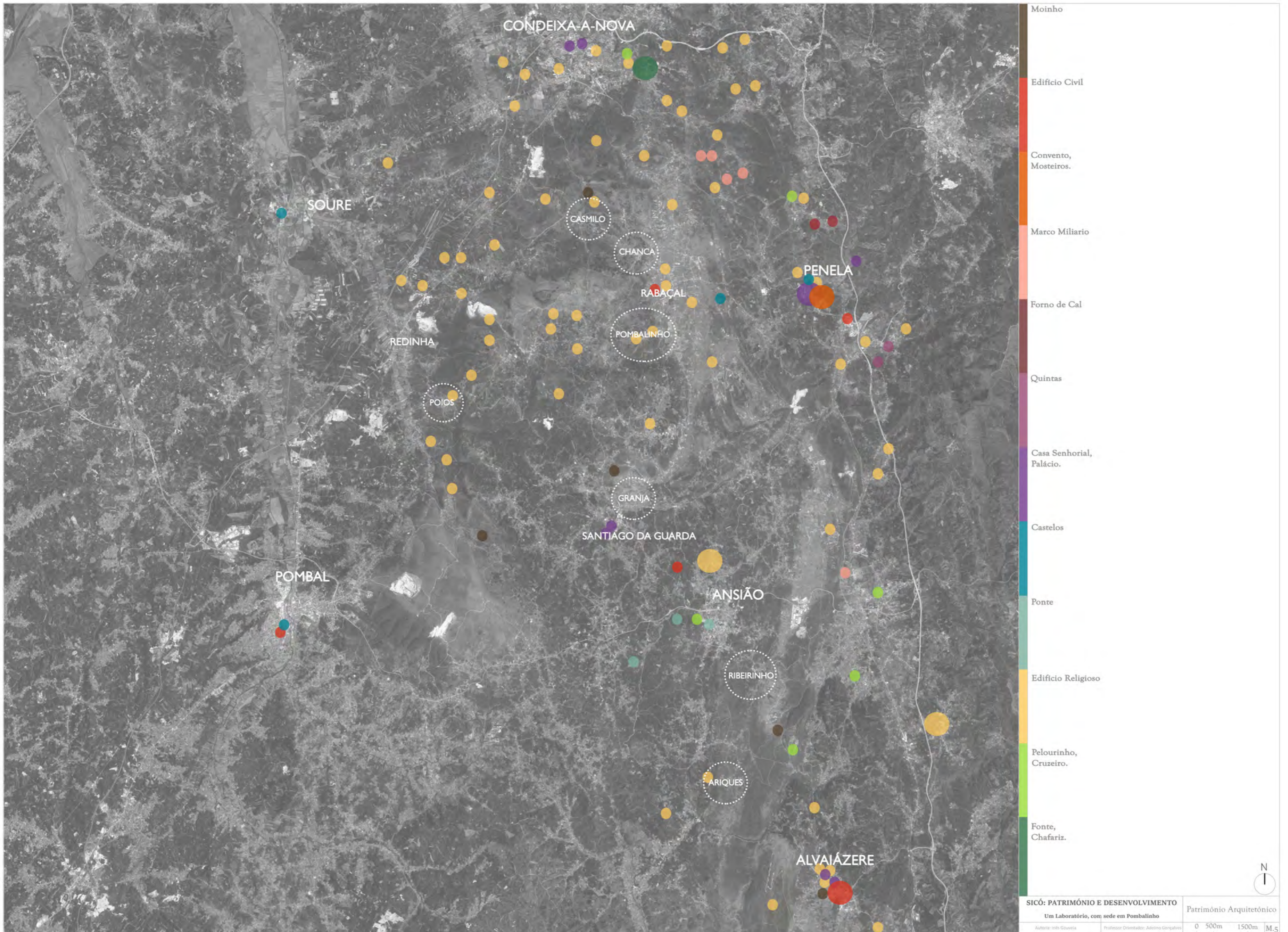
D. Afonso Henriques decide expandir a sua linha de defesa, e em 1142 foi mandado erguer o Castelo de Germanelo, também por volta da mesma altura estavam a ser construídos os Castelos de Alvorge, Ansião e a Torre de Ateanha.



Figura 26 - Castelo de Soure



Figura 27 - Moinho de Vento.



O Castelo de Soure é também uma fortaleza militar medieval. Localizado na zona sul de Soure, não se sabe com exatidão a sua origem temporal, mas não deixa de ser um elemento importante no património desta região.

Este castelo, situava-se no ponto mais a sul da linha de defesa do Mondego, numa bifurcação de duas importantes vias de controlo das tropas muçulmanas. Está classificado como Monumento Nacional, e é hoje um marco cultural de Soure.

O Castelo de Pombal, edificado no século XII, é outro elemento de património importante, um “ex-libris” de Pombal. É uma fortaleza medieval românica, e foi intervencionado entre 2004-2011, que o tornou mais “apetecível” para o visitante.

Atualmente, estes castelos cumprem uma função muito diferente da original, destinada à visita, contemplação e estudo da história do nosso país.

A par com este património, há outros elementos importantes, de possível observação no mapeamento dedicado ao património arquitetónico classificado ou em vias de classificação (M.5). De que são exemplo, os Moinhos de Vento de Sicó, que fazem parte de um património mais recente, mas igualmente importante, que caracteriza a história de Sicó e das povoações serranas que ocupavam estas terras. Aproveitavam o vento para moer os cereais, cultivados nas zonas mais baixas, trazidos até aqui por burros, mulas e cavalos.

Os moinhos de vento, foram durante centenas de anos um marco das paisagens serranas, todavia, com a introdução de novas tecnologias no século XX, dá-se o declínio destas edificações por, ficarem sujeitas ao abandono e às intempéries, conduzindo-as até à ruína. Muitos desapareceram, outros começaram a ser restaurados nas últimas décadas do século XX, funcionando como alojamento turístico ou utilizados com funções pedagógicas, de divulgação da arte de moer os cereais. Esta última abordagem parece ser a mais proveitosa, para a divulgação de um património rural secular que está a cair em esquecimento, e que marcou intensamente um período da história local.

Não esquecendo o património que distingue esta região de Sicó, os muros de pedra seca, estão hoje a concorrer à candidatura de Património Mundial da UNESCO, num projeto promovido pelo presidente da Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó (ADSICÓ) e pela Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros.



Figura 28 - Mel produzido em Sicó.



Figura 29- Chícharo, leguminosa muito utilizada em pratos da região de Sicó.



Figura 30 - Produtos Endógenos de Sicó.

Este património, exhibe as condições agrestes do meio, em que os habitantes desta região viviam. O Homem foi limpando os campos das pedras de calcário, para permitir um maior desenvolvimento e crescimento herbáceo das plantas e, assim alimentar o gado ovino e caprino, construindo com elas os muros, que serviam tanto como limites da propriedade, como para segurar o gado.

Património Gastronómico

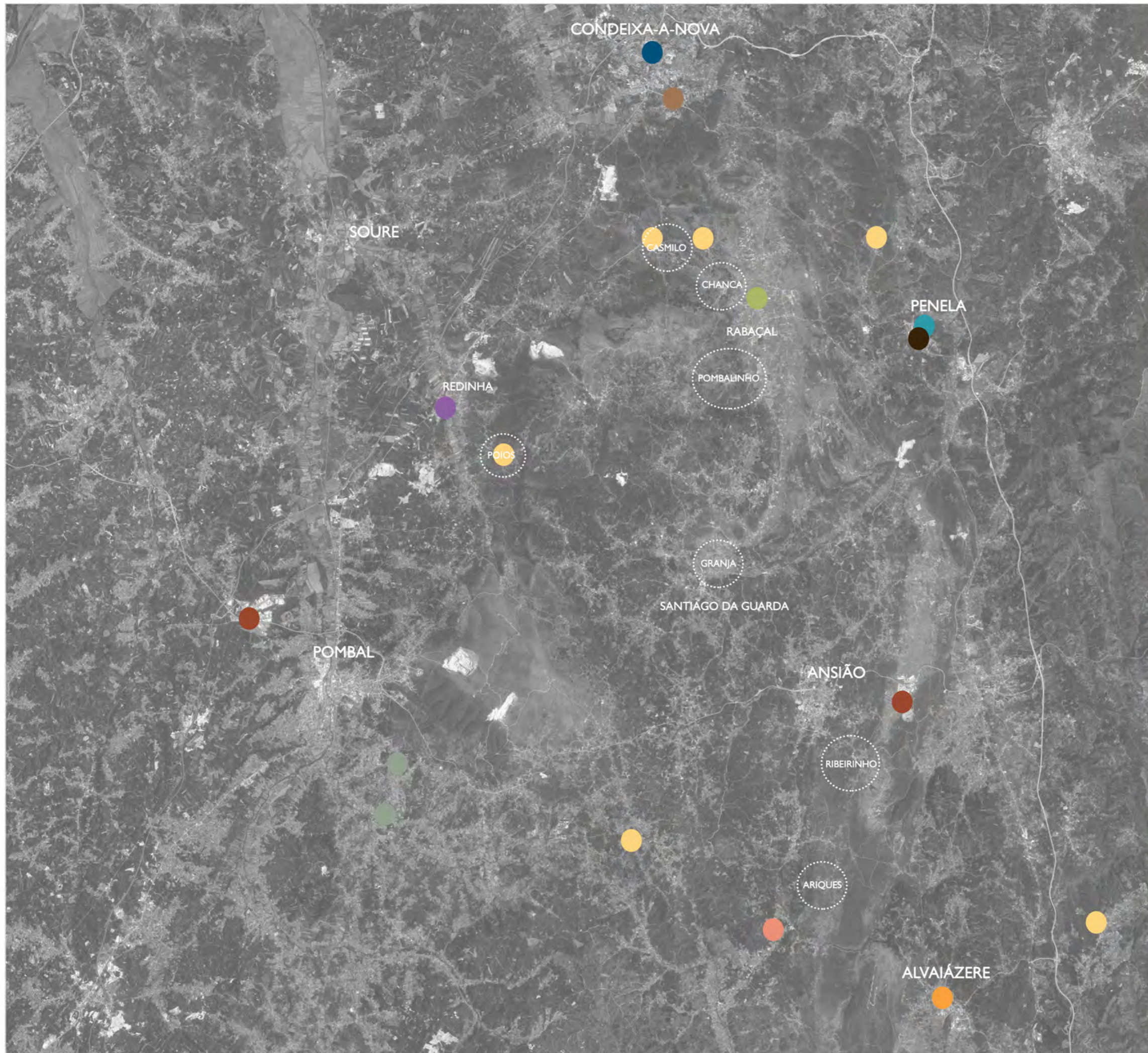
A gastronomia tem-se revelado, nos últimos anos, uma forma importante de desenvolvimento económico das regiões, através da criação de eventos, rotas e festivais. Sicó, apesar de ser um território parco em recursos devido às suas características litológicas e hidrológicas, que não permitiam o cultivo abundante, não é exceção, e também aqui os sabores e as tradições são um património relevante.

O exemplo mais célebre é o Queijo do Rabaçal, um dos produtos com que se tenta construir a imagem de marca da região de Sicó. É feito com mais leite de ovelha do que de cabra e ao qual se adiciona ervas aromáticas deste território, o que lhe confere um sabor distinto e excepcional.

Para além deste, existem muitos outros bens do património gastronómico, talvez não tão divulgados, mas igualmente importantes. São os casos do Mel de Sicó, o Vinho de Sicó e o Azeite de Sicó, que é um produto muito apreciado, existindo até uma associação, a Olivisicó, que auxilia os olivicultores desta região.

Além destes produtos, existe ainda o Chícharo, sobre o qual é atualmente realizado um festival em sua honra, na Vila de Alvaiázere, que se assume como “Capital do Chícharo”. As ervas aromáticas, que há muito fazem parte da flora de Sicó só recentemente receberam um maior destaque com a criação de um Centro de Interpretação da Flora da Serra de Sicó, promovido pela ADSICÓ em cooperação com a Escola Tecnológica e Artística de Pombal.

Por fim, os Frutos Secos de Sicó, com uma unidade industrial de tratamento, embalagem e comercialização dos mesmos, situada em Degraças (Soure), merecem também uma referência especial no âmbito do património gastronómico.



SmArtes - Casa das Indústrias Criativas

LAC - Liga de Amigos de Conímbriga

ADILCAN e ADILPOM
Associação de Desenvolvimento e Iniciativa Local

ADECA - Associação de Desenvolvimento Integrado

A.S.C.R.A - Associação Social, Cultural, Recreativa de Almoester

Associação Terras de Sicó

Ecomuseu de Condeixa, Arzila, Penela e Rabaçal

Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego

Associação Recreativa e Cultural

Associação de Amigos da Vila Romana do Rabaçal

SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO
Um Laboratório, com sede em Pombalinho

Associações de Sicó

0 500m 1500m M.6

Autoria: Inês Gouveia Professor Orientador: Adalino Gonçalves



O território de Sicó, exhibe uma “[...] forte rarefação populacional, com uma população fortemente envelhecida e com baixos níveis de instrução [...] o que constitui um dos principais fatores a dificultar a implementação de políticas e de estratégias de desenvolvimento.” (CUNHA, 2000: 7).

Ainda que, este território se encontre próximo do litoral, as suas características cársicas particulares provocam uma marginalidade territorial, com um contínuo abandono das terras, salvo escassas exceções, de que são exemplo as zonas mais baixas, que apresentam uma maior fertilidade e riqueza hidrológica e, por conseguinte, um maior nível de dinamismo demográfico, económico e social.

Para colmatar este dilema, é preciso apostar nos principais recursos e características singulares deste território, anteriormente referidos, que passam pelos recursos naturais e culturais, com o objetivo de criar um desenvolvimento local sustentável, como tal as entidades locais, aqui representadas enquanto associações, observáveis no mapeamento (M.6), tem um papel decisivo nesse desenvolvimento.

Nesse sentido, foi criada uma associação intermunicipal ADSICÓ – Associação de Desenvolvimento das Terras de Sicó, que em 1995 alarga a sua intervenção, criando a Terras de Sicó. Esta associação tem como eixo chave criar um equilíbrio entre a defesa dos interesses locais e a participação de esferas públicas e privadas de âmbito regional, nacional e internacional, procurando em última instância, afirmar uma revitalização do espaço rural através de um modelo criativo e participado.

As suas iniciativas são, sobretudo, relacionadas com a valorização e comercialização dos produtos endógenos, com a promoção de atividades turísticas e de lazer, e com a melhoria e criação da infraestruturação, usufruindo de programas de apoio comunitários da iniciativa LEADER.

Para além desta associação, há outras também de relevância tais como: a LAC – Associação «Liga de Amigos de Conímbriga», fundada em 1992, mas com atividade desde 1989, tendo o seu espaço no núcleo museológico de Conímbriga, tem vindo a promover diversas iniciativas relevantes nos processos de desenvolvimento local, organizada em 4 grandes áreas: a formação, educação e investigação; a animação

turística e cultural; a criação de emprego e iniciativas de desenvolvimento sustentáveis; e, por último, na divulgação de conhecimento através da parceria com as editoras Âncora e Areal e com a IGI Global. Ainda assim, a tarefa mais benemérita, talvez seja a dedicada à promoção de ações de formação contínua, a professores dos ensinos básico e secundário, na educação ambiental, e na preservação e divulgação do património. Também a Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, tem um impacto substancial no território, resultante de uma aliança histórica que remete à conquista de Coimbra, assenta na valorização da Linha defensiva do Mondego e na mobilização de um conjunto de treze parceiros para a criação de dinâmicas conjuntas, no cumprimento de um programa estratégico criado no âmbito da Candidatura ao Mais Centro, como já referido anteriormente, tirando partido do património histórico e cultural da região Centro. A ADCMMM abrange os concelhos de Ansião, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penela, Pombal e Soure.

Para além destas associações há muitas outras como: a ADILCAN e a ADILPOM, associações de desenvolvimento e iniciativa local, que tem com o objetivo a promoção do território a partir dos produtos locais, que atuam no território de Ansião e de Pombal, respetivamente; a ADECA - Associação de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Alvaiázere, cuja a missão é produzir um desenvolvimento local, atendendo à valorização dos recursos locais, do turismo, da cultura e do apoio empresarial, em cooperação com as entidades locais; a Smartes - Casa das Indústrias Criativas, que pretende ser um polo dinamizador no casco antigo de Penela, potenciando e incentivando ao aparecimento de novas empresas e indústrias criativas; e por fim, as associações recreativas e culturais, que se encontram espalhadas pelo território e que contribuem para uma dinamização das comunidades locais. A par destas, existem ainda, as organizações de produtores, que tem um papel decisivo na produção e divulgação dos produtos endógenos de Sicó, reconhecidos a nível nacional, de que são exemplo: a Adepombal; a Vinisicó; a Olivisicó; a Flopen; a Sicógest; a Sicolmeia; entre outras.

Em suma, todas estas iniciativas referidas tiram partido das características singulares desta região, com vista a melhorar as condições de vida destas comunidades e criando a possibilidade de fixação de novas gentes, num território aparentemente frágil, concebendo um desenvolvimento social, cultural e económico sustentável, crucial na fomentação de uma coesão social.

Arquitetura Vernácula: Uma Paisagem Cultural Calcária de Sicó

“Essas simpáticas casinhas à beira da estrada, ou entre os campos, melhor nos revelam o seu português sentido. [...] Nada têm de forçado ou de menos seguro efeito; tudo parece nascido do próprio lugar com naturalidade.” (Leal, 2009: 15)

A arquitetura é um meio de proteção que o Homem concebeu, aprendendo por imitação dos abrigos que os animais construíam para se protegerem das condições adversas do meio. Do abrigo feito de folhas e ramas, à cabana primitiva, até ao modo de habitar que hoje conhecemos, o Homem foi aperfeiçoando a técnica construtiva, tendo como princípios base as “[...] *quatro estacas, quatro traves ou vigas e um telhado.*” (Rodrigues, 2016: 21). Como tal, a arquitetura vernácula resulta de um saber empírico, vinculado a uma relação entre o Homem, a natureza e o lugar, um apanágio predominantemente rural. Constrói-se, essencialmente, a partir das matérias locais, emergindo uma arquitetura sem autor e construída pelas pessoas, muitas vezes em cooperação, obedecendo maioritariamente a exigências utilitárias, como a proteção ao clima, e recorrendo aos recursos disponíveis. É uma arquitetura que se destaca pela rudeza e simplicidade, feita para responder a necessidades básicas da vida humana, como cozinhar, comer e dormir.

Este património vernáculo é parte integrante da paisagem cultural de um lugar, e é algo vivo, pois continua a desempenhar um papel ativo na sociedade, mesmo que o uso das construções não seja o original. Mas, à sua importância, associam-se outros valores, como o facto de representar um modelo de sustentabilidade, numa era em que a preocupação ambiental é uma realidade, pois contém ensinamentos que podem influenciar positivamente a arquitetura de hoje.

A sua adaptação ao meio, a utilização de materiais locais e naturais com soluções que oferecem conforto térmico, sem uma utilização excessiva de energia, bem como a diminuição dos custos da construção em intervenções de reabilitação, proporcionam vantagens capazes de colocar em questão a necessidade de nova construção, quando muitos edifícios deste património estão devolutos e abandonados.

Além disso, é um património que apresenta benefícios sociais e económicos essenciais no desenvolvimento das comunidades, nomeadamente a solidariedade social que se gera e que permite o reforço de um vínculo com o espaço identitário através dos hábitos, dos costumes e expressões, preservando e apurando as tradições transmitidas de geração em geração.

Em 1999, com a Carta sobre o Património Construído Vernáculo, o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) identificou o património vernáculo como um património legítimo, reconhecendo e valorizando o seu contributo para a identidade e autoestima de uma comunidade, como as relações que cria com o lugar. Tal como é defendido neste documento doutrinário, este património é uma “*criação característica e genuína da sociedade*”, através da qual as comunidades criam o seu *habitat*, resultando de um processo evolutivo, em constante adaptação como resposta às transformações sociais e ambientais.

Esta carta manifesta uma preocupação quanto à vulnerabilidade do património vernáculo pois, “devido à uniformização da cultura e aos fenómenos da globalização socioeconómica [...] confronta-se com problemas de obsolescência, de equilíbrio interno e de integração”. De facto, é comum as intervenções no edificado das aldeias, demonstrarem uma ausência de sensibilidade para com as características que definem a identidade dos lugares. O quadro de referência da grande maioria das construções novas ou das intervenções nas existentes, são as cidades e as zonas suburbanas, e os modelos de vida que nelas têm lugar. Além disso, são realizadas sem ouvir as comunidades e, resultam em propostas insensatas amiúde, por se imporem às particularidades que o meio suporta e assim descaracterizando o património vernáculo.

A evolução da vida rural até à década de 1950 teve em Portugal uma evolução lenta, mantendo por isso a sua génese tradicional. Porém, a partir da década de 1960, a emigração em massa das populações rurais, essencialmente para as grandes áreas industrializadas, conduziu a um processo de abandono e decréscimo demográfico que dura até aos dias de hoje. A par disto, somou-se a globalização e a homogeneização das culturas, transformando os modos de habitar e construir.

Os materiais de construção locais foram substituídos pelos industriais e pré-fabricados, pois, as lógicas da construção passaram a ser as do mercado. Por sua vez, a organização espacial da casa passou a ter de adaptar-se às necessidades e hábitos de uma sociedade em crescimento e rápida transformação, que tende para uma uniformização e standardização universal.

Com tudo isto, começaram a proliferar novas construções nos meios rurais nas últimas décadas do século XX, construções que em nada se assemelham às vernáculas. De facto, os «filhos da terra», que emigraram, ao regressarem construíram casas que se desvinculam da casa da família nuclear, construindo na periferia das aldeias, que outrora servia de campos agrícolas, fazendo com que a lógica urbanística do rural se tenha perdido. Esta arquitetura é uma “arquitetura emigrante”, que interpreta livremente modelos importados, e se ergue contra a natureza, é ostensiva e ruidosa. No fundo, uma “[...] hibridez de identidade migrante” (Leal, 2011: 78).

Esta atitude reflete um desprezo e renegação da «velha» arquitetura tradicional, provocando a destruição de valores que se construíram ao longo de várias gerações. Ainda assim, à medida que o povo rural se esquecia das técnicas e formas da cultura vernácula, as populações citadinas procuram uma aproximação, num *neo-regionalismo* ou *neo-rusticismo*, expressando uma nostalgia pelo um mundo rural que se estava a perder. Assim, durante o século XX, são particularmente importantes quatro momentos na pesquisa e tematização da arquitetura vernácula em Portugal. Foram eles: o Inquérito à Habitação Rural; o Movimento da Casa Portuguesa; o Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos; e, por fim, as pesquisas coordenadas por Ernesto Veiga de Oliveira. Em conjunto, estas iniciativas contribuíram para a divulgação deste património e para a salvaguarda da sua significância cultural.

O primeiro momento, o Inquérito à Habitação Rural, decorre durante as décadas de 1930-1940, promovido pelo Senado da Universidade Técnica de Lisboa, foi conduzido pelos engenheiros agrónomos Eduardo Alberto Lima Basto e Henrique Barros e procurava entender as condições da habitação nos meios rurais, com vista a promover a adoção de medidas que proporcionassem melhores condições.

Foi realizado, a partir de um levantamento rigoroso de 80 casos de estudo, no qual eram detalhadas as características socioeconómicas dos lugares, os materiais utilizados na construção do edificado, o aspeto exterior e interior da habitação, a identificação de anexos associados e os sistemas de esgoto e de acesso à água.

O segundo movimento, o Movimento da Casa Portuguesa, desenvolve-se nas décadas de 1940 e 1950, e teve como personagem emblemática o arquiteto Raul Lino, num momento histórico de procura por uma arquitetura habitacional tipicamente portuguesa, que emergiu na última década do século XIX. Com base na ideia de perda de identidade cultural, Lino defendia uma tradição construtiva e de ligação do Homem à natureza, elegendo os elementos formais que mais se destacavam na cultura arquitetónica que defendia: o alpendre, com uma função particular na composição espacial da habitação e, que cria uma harmonia no conjunto arquitetónico vernáculo; a caiação a branco e os azulejos, que para além de protegerem as estruturas das intempéries, cumpriam também uma função estética; o telhado em telha portuguesa, inicialmente em telha de capa e canudo e, mais tarde, em telha marselha; e a chaminé, grande e alongada, geralmente perpendicular ao cume do telhado.

O Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal, realizado entre 1950 e 1960 e, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos. Vários arquitetos, nomeadamente, Fernando Távora, Keil do Amaral e o Nuno Teotónio Pereira, percorreram o país realizando um minucioso estudo acerca da arquitetura popular. Tinham, antes de mais, o objetivo de afirmar a diversidade regional. Não pretendiam configurar um estilo ou um modo de construir, mas sim dar a conhecer a arquitetura real que existia no Portugal rural.

Nas décadas seguintes, de 1950 a 1970, elaborou-se um estudo etnográfico e antropológico da arquitetura tradicional portuguesa, realizado pelos antropólogos do Museu Nacional de Etnologia sob a coordenação de Ernesto Veiga de Oliveira. O trabalho realizado refletia sobre a «vida do camponês» e sobre a cultura popular, e deu a conhecer uma visão sobre o meio rural do país, que mais tarde se traduziu na publicação do livro *Arquitetura Tradicional Portuguesa* (1992).



Figura 31 - Alvenaria de calcário.



Figura 33 - Paredes interiores que não intercetam a cobertura.



Figura 32 - Alvenaria rebocada.

Toda a pesquisa feita nestas décadas, permitiu documentar a realidade dos meios rurais, as condições em que se vivia e como a arquitetura desses lugares era um património que não se podia perder. Sem esta visão do mundo rural, construída ao longo de décadas, hoje teríamos, sem dúvida, um rural ainda mais pobre e descaracterizado.

Posto isto, o património de Sicó possui características próprias, como se verificou anteriormente, e o património vernáculo não é exceção. Pelo contrário, está imbuído de valores culturais marcantes deste território, e pode contribuir para o reforço da autoestima e da identidade local.

No entanto, Sicó ficou à margem dos estudos e inventários sobre a arquitetura popular, ainda assim, é possível caracterizar a arquitetura vernácula distintiva da paisagem cultural de Sicó, que resulta de três especificidades territoriais que a caracterizam: uma zona montanhosa, com uma geomorfologia dura; uma zona próxima do litoral, com maior desenvolvimento; e outra de vales, ainda íngremes e com uma litologia cársica.

O tipo de habitação da região de Sicó é semelhante ao da casa serrana da beira litoral. O sistema estrutural da casa é constituído por poucos elementos, condicionados pelos materiais que o meio oferece. As paredes estruturais são geralmente formadas pela pedra local, neste caso, por alvenaria de calcário, com cerca de cinquenta centímetros de espessura, emparelhadas e assentes em argamassa. Nesta região de Sicó é comum as paredes das fachadas serem caiadas, tanto interiormente como exteriormente, com um reboco de cal branca, que lhes proporciona um melhor acabamento para enfrentarem as intempéries. Já os anexos, elementos menos relevantes, ficavam a nu, com a pedra à vista. As paredes interiores, que serviam somente para dividir o espaço, chegando muitas vezes a não intercetar as águas da cobertura, eram geralmente de tabique, mas por vezes, ainda que menos comuns, poderiam ser feitas em tábuas de madeira colocadas a prumo.

A casa irradiada neste território, poderia ter duas tipologias formais: uma de planta quadrangular, outra retangular, constituída ora por um piso, ora por dois. As plantas quadrangulares, eram comuns nas propriedades agrícolas de menor dimensão, enquanto as retangulares ficavam reservadas a propriedades com maior rendimento.



Figura 34 - Pormenores da arquitetura vernácula de Sicó.

Todavia, quando estas possuíam dois pisos, no térreo acomodavam-se as cortes ou aidos para os animais, e no superior os aposentos dos habitantes, as salas e as alcovas, com a cozinha ora no piso inferior ora no superior. Se a escada fosse necessária, esta era exterior e em pedra, encostada à parede frontal ou perpendicular à fachada, com um patim alto, que por vezes era alpendrado. Contudo, não é raro encontrar uma escada interior, normalmente em madeira, dependendo das posses dos proprietários.

A cobertura inclinada, que permitia uma proteção contra as adversidades tais como vento, chuva ou por vezes, neve. Além disso possibilitava a renovação do ar e o armazenamento de calor. Constituída por um sistema de telha, inicialmente de telha capa e canudo, mas progressivamente substituída por telha marselha. O telhado tinha, habitualmente duas ou quatro águas, sendo o primeiro mais frequente devido à facilidade de execução. Uma das características primordiais da arquitetura vernácula, era a sua humildade e grande simplicidade, a utilização dos materiais tal como a natureza os apresentava e com uma transformação pragmática, que lhe provia harmonia.

O suporte do telhado é realizado com travamentos de madeira, material este “[...] omnipresente na arquitetura vernácula portuguesa.” (Mateus et al., 2015: 47), utilizado tanto como elemento estrutural como integralmente na construção, já que, é um material disponível e de fácil manejo e execução.

As fachadas apesar de simples são muito cuidadas, o calcário é um material fácil de afagar, como tal permite o trabalho dos canteiros, das molduras das portas e das janelas, dos frisos de beirais e pilastras.

A organização espacial é igualmente simples e com um caráter sobretudo funcionalista. A cozinha é a divisão mais importante da casa, onde se desenrola a dinâmica familiar, onde se come, onde se partilha os saberes e as memórias de geração em geração, e onde se trabalha, as mulheres a fiar e a cozer e os homens a compor alfaias, sendo por isso, usual encontrar nichos e armários embutidos para arrumação. É até frequente, existirem duas cozinhas, uma mais tosca, onde se encontra o forno, ou para onde este se abre, quando construído no exterior, é nesta que se cozinha e onde se preparam os animais, na outra cozinha, mais cuidada, é onde se recebe as “gentes” de fora.



Figura 35 - Chaminé elemento essencial da arquitetura vernácula.

A sala é uma divisão mais recatada, apenas utilizada para funções religiosas como a visita pascal, a velada fúnebre ou casamentos, como tal, é aí que se coloca o crucifixo e outros objetos devotos. É uma divisão mais requintada, em que muitas vezes, aparecem os tetos decorados e pintados.

Geralmente surge uma meia sala ou também denominada de sala do meio, que serve principalmente como arrumos ou quarto e, faz a transição da cozinha para a sala.

É também nesta transição que as alcovas ou quartos aparecem, para assim, aproveitar o calor que provêm do forno da cozinha, que acalora os sítios onde se descansa. São compartimentos tão reduzidos e recolhidos, que por vezes tem apenas o espaço para acolher o leito e um móvel ou banco de improvisado. Tanto estes como as salas, por serem as divisões com maior primor, tem os tetos forrados e pintados e o chão soalhado.

Na cozinha o chão aparece muitas vezes em terra batida, mas pode ser também soalhado ou ladrilhado. Quando a lareira ou forno existem estes situam-se a um canto da divisão, ligeiramente mais elevados que o pavimento, em ladrilho ou tijolo, ladeados por um ou dois bancos.

A chaminé é um elemento mais tardio, mas essencial para expulsar os vapores e gases provenientes da confeção dos alimentos, geralmente são grandes e alongadas, perpendiculares ao cume do telhado e com a saia apoiada num pião ou coluna de madeira, rematada com um prateleiro onde se coloca os tachos e as louças. Nas habitações mais antigas e pobres, a chaminé não aparece, escoando-se o fumo pelas fendas naturais do telhado, através da telha-vã, ou pelas portas e janelas.

Um elemento arquitetónico típico da arquitetura vernácula, tanto nesta região como em grande parte da arquitetura portuguesa, são os espaços de transição, como varandas, alpendres e galerias. Posicionados a meio da fachada ou nos cantos da habitação, procuram sempre a melhor exposição solar, são elementos essenciais na harmonia do próprio desenho da casa, mas para além disso tem um propósito indispensável, funcionam como espaços de transição gradual entre o exterior e o interior, atenuando e regulando as diferenças de temperatura. É habitual existirem coberturas como beirais ou palas, paredes e escadas, que servem também para recolher os produtos que eram secos nas eiras.



Figura 36 - Casa da eira em Sicó.



Figura 37 - Moinhos de Vento de Sicó.

Nesta região a água é um bem escasso, não há ribeiros, fontes ou nascentes permanentes nas zonas serranas. Por isso, nas habitações, é frequente a presença de cisternas, reservatórios subterrâneos que acumulavam a água da chuva, recolhidas dos telhados. Esta solução de armazenamento era imprescindível à sobrevivência dos moradores. Se no Inverno e parte da Primavera a abundante pluviosidade provia as necessidades, no Verão o cenário mudava e por isso era necessário fazer frente a este problema. As soluções encontradas duraram até aos dias atuais e, muitas habitações ainda hoje as mantêm.

Para além da arquitetura habitacional, também a arquitetura de suporte à atividade agrícola tem um papel crucial na paisagem cultural de Sicó. Exemplo disso são as demais construções da água, como os poços e sistemas de rega, bem como a eira e a casa da eira, pequenos e simples conjuntos para os quais se procurava uma implantação arejada e a melhor insolação. Serviam antes de mais, para malhar, secar e guardar os cereais e as leguminosas, podendo ainda auxiliar na ripagem do linho. Construídos com a pedra calcária, normalmente com o aparelho das alvenarias a nu, um piso térreo apenas, e com pouco mais de três metros de altura e o telhado geralmente de duas águas.

Os moinhos de vento ganham um destaque maior na paisagem, devido à sua implantação estratégica nos pontos mais elevados. Geralmente de planta circular, construídos em madeira ou pedra, com cerca de cinco ou seis metros de altura e com um telhado cónico de madeira forrado com lona. Em Sicó eram construídos em madeira de carvalho cerquinho, por ser a mais abundante e a mais resistente, embora existam também alguns em alvenaria de calcário. A particularidade destes moinhos era a sua estrutura rotativa que lhes permitia adaptarem-se à direção do vento, com rodas de pedra assentes numa calha circular em pedra, sobre a qual o moinho girava.

Estes moinhos são um bem patrimonial importante, não só devido ao impacto paisagístico, como também pelo que representam para as populações. São marcos de como as paisagens foram humanizadas e são por isso um símbolo identitário. Recentemente, alguns destes moinhos foram recuperados, servindo funções turísticas e/ou pedagógicas, de que é exemplo os Moinhos do Outeiro no qual estão integrados programas/atividades, que permitem um contacto com as práticas ancestrais da moagem dos cereais.



Figura 38 - Muros de Pedra Seca

Os muros de pedra seca e os moroiços ou morouços¹⁰, são também um elemento caracterizador da paisagem cultural de Sicó. Espelham a forma como foram ultrapassadas as dificuldades e adversidades, deste meio extremamente agreste.

O maciço calcário tende a fraturar-se e a fender-se com facilidade, provocando uma desagregação acelerada que é intensificada pela ação da água, e que além de contribuir para uma remoção das coberturas gresosas, expondo a superfície calcária, dificulta as atividades agrícolas. Como tal, estas são reservadas para os fundos dos vales e valeiros, onde existe uma maior acumulação de sedimentos e maior retenção de humidade.

No entanto, é também nestes locais que se acumulam os fragmentos provenientes da desagregação do maciço calcário, pelo que é necessário despedrar os campos para que se possa cultivar. Assim são construídos os muros de pedra sobreposta, sem nenhum material de ligação.

Nas terras em que a atividade agrícola é incompatível, pela falta de cobertura, o despedrar das terras tem o intuito de libertar a maior área possível, para permitir um maior crescimento herbáceo e assim existir pasto para os rebanhos. Deste modo, os muros também têm a função de impedir que estes transpusessem os limites e, ainda associada à pastorícia, há as construções, que serviriam de abrigo dos pastores face às adversidades ambientais, também elas a partir dos fragmentos de rocha calcária que vinha parar aos campos agrícolas.

Tanto os muros de pedra seca, como os moroiços e os abrigos dos pastores, integram o património vernáculo e marcam a paisagem cultural de Sicó, enquanto testemunhos de um processo evolutivo de humanização deste território e de saberes passados de geração em geração. Portanto, são uma herança que identifica as gentes de Sicó e, por essa razão está a desenvolver-se uma candidatura dos muros de pedra seca a Património Mundial da UNESCO, através da Terras de Sicó.

¹⁰ Quando os muros de pedra seca já não suportam mais, os agricultores construíam os moroiços ou morouços. São acumulações de pedra calcária, que serviam igualmente para limpar os campos, é comum vê-los no meio das terras.



Figura 39 - Igreja de Chão de Couce, Ansião.

A arquitetura vernácula assume diversas vertentes e tipologias conforme a natureza de cada lugar, mas algo que é comum em todas as regiões é a sua relação com o religioso, elemento social e cultural distintivo, presente nas ermidas, cruzeiros, alminhas, capelas e igrejas, que preenchem o espaço rural.

São estruturas também elas construídas a partir dos recursos locais, e segundo tipologias locais, contudo, apresentam um caráter mais erudito, são objeto de um maior investimento, tanto a nível construtivo como ornamental. Em Sicó, as capelas e as igrejas são caiadas a branco, com um adro e, por vezes, um alpendre de entrada, semelhante às habitações.

Posto isto, o património vernáculo é um património construído pelas pessoas, que obedece às exigências utilitárias de uma comunidade, e reflete, o contexto social e económico, as condições ambientais e os recursos naturais disponíveis. É, sobretudo, um património autêntico, genuíno e espontâneo, com uma relevância muito grande na construção de uma identidade e no reforço do sentido comunitário, essencial no quotidiano das aldeias.

Embora as necessidades da sociedade atual sejam mais complexas às de outrora, é possível criar uma articulação entre os ensinamentos provenientes da herança vernácula que, com facilidade se podem adaptar à atualidade. É desejável cuidar desse património, impedindo a sua perda.

Para tal é imprescindível reaprender os saberes e conhecimentos vernáculos, transmitidos de geração em geração e recuperar técnicas tradicionais, para assim alcançar um renascimento das atividades construtivas. Do ponto de vista da sustentabilidade, tem inúmeras vantagens tais como: a sua adaptação ao meio procurando o melhor conforto térmico; o bom aproveitamento dos recursos locais que reduz a energia incorporada e os custos da construção; e, promove e auxilia as economias locais trazendo benefícios sociais e económicos para a região.

Na arquitetura, é essencial formular novos modelos arquitetónicos, de forma a criar uma proximidade ao lugar e à arquitetura que aí se produz, e assim criar uma harmonia entre a arquitetura contemporânea e a continuidade cultural vernácula.

Por fim, o património vernáculo é, no momento presente, um elemento-chave para reatar a discussão acerca da identidade, da relação intrínseca com o lugar, apostando numa arquitetura mais próxima das pessoas.

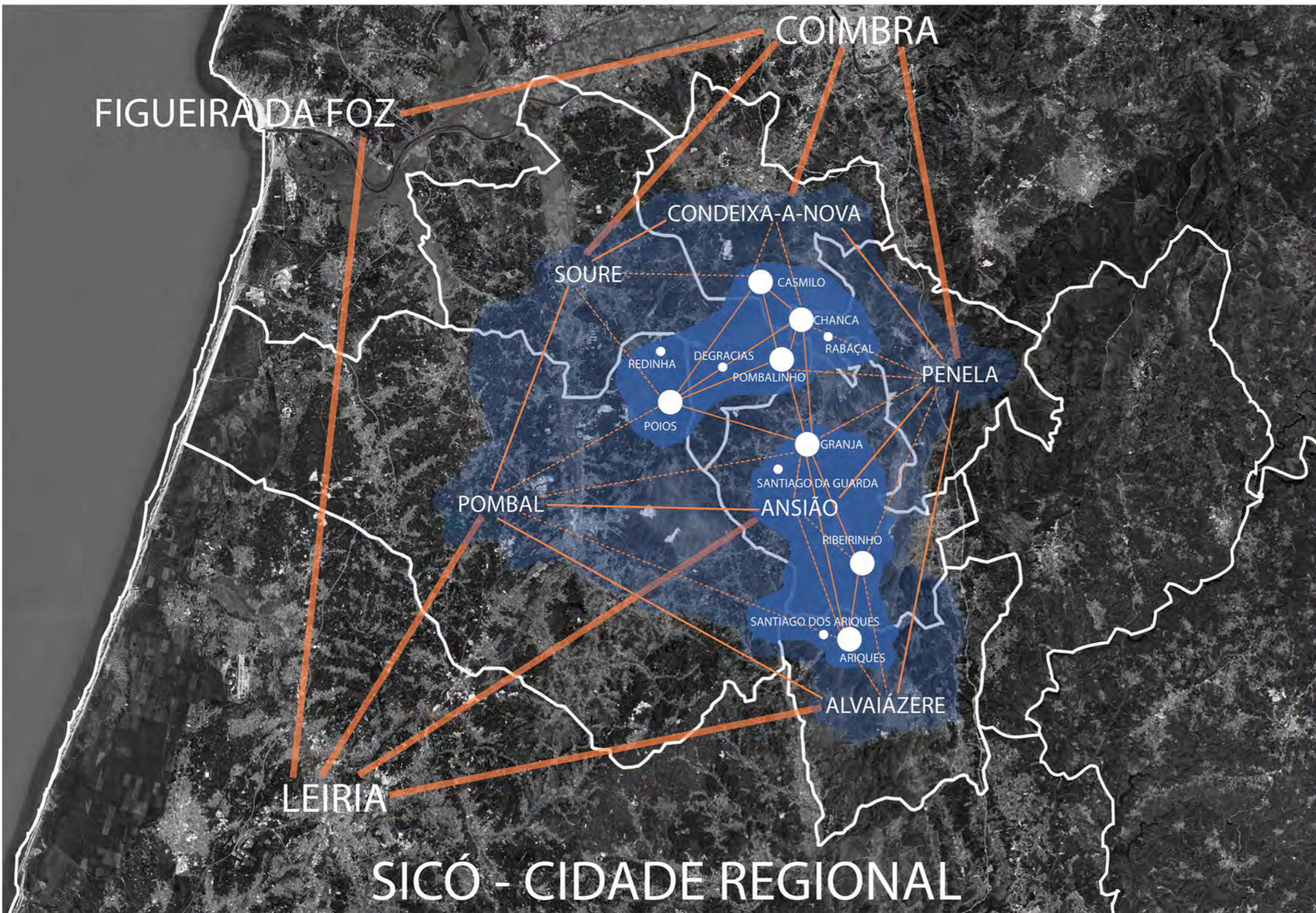
III. Proposta

Valorização do(s) património(s) de Sicó - Laboratório do Património na Aldeia de Pombalinho

“Quando um camponês diz que «as terras estão a ficar de morto», porque «não há quem as cultive», ou «porque os mais novos não querem saber disto para nada», está-se a referir exatamente às mesmas coisas a que os discursos científicos e técnicos, [...] se referem quando nos falamos da necessidade de proteger o património e a natureza.” (Peixoto 2006: 6)

Na reflexão feita nas partes anteriores, sobre o papel do património no desenvolvimento dos lugares e das comunidades, procurou-se compreender como ele contribui para uma sociedade resiliente, inclusiva e sustentável. O património é uma construção social e cultural, um fator de diferenciação de um território. Por isso, deve ser colocado ao serviço das «gentes» de forma a reforçar um sentimento de pertença e de espírito de lugar, estabelecendo uma identidade (cultural) que une uma comunidade e contribuindo, assim, para a valorização dos saberes e tradições, em prol da sua transmissão, tanto para os mais jovens, como para visitantes e possíveis novos residentes que se queiram fixar.

Posto isto, a proposta que aqui se expõe, aposta nesta dimensão dos processos de patrimonialização, numa valorização diversificada e integrada, com um desenvolvimento do território pensado com e para os locais. Pretende, assim, contrariar a chamada “*histeria do património*” (Peixoto, 2006: 3), utilizando o património numa lógica de gestão e produção do mesmo, através da fomentação de um conhecimento para os locais e, não meramente, numa vertente turística, para a qual tantas vezes o património é remetido, articulado em estratégias de desenvolvimento incitadas pelos próprios municípios, sem consentimento dos próprios locais. Urge assim a reificação de um “[...] conjunto de políticas de diferente origem e natureza, desenhadas de forma complementar, capazes de capitalizar todas as valências deste recurso endógeno com vista ao seu máximo usufruto e valorização.” (Gonçalves et al., 2020: 188).



Ensinho Alternativo

Associativismo

Conhecimento Agrícola

Multifuncionalidade Ambiente

Sustentabilidade

Identidade

Desportos de aventura

Bem-estar

Turismo de experiências



POLOS DE MULTIFUNCIONALIDADE

AGLUTINADORES SOCIAIS

CENTROS DE SABER E EXPERIÊNCIA

EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Criar sinergias e promover a multifuncionalidade	Reforçar e capacitar o associativismo	Valorizar o espaço público	Potenciar a sustentabilidade e o bem estar da população	Valorizar o património cultural e nacional	Desenvolver o turismo
--	---------------------------------------	----------------------------	---	--	-----------------------

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Promover o agroturismo Promover o empreendedorismo agrícola	Reabilitar e requalificar as instalações das associações existentes	Promover investigação aplicada direcionada à valorização	Ordenar o estacionamento móvel	Reabilitação de edifícios e valorização de outros elementos construídos identitários que melhor representem a marca aldeias de calcário	Reforçar os apoios ao turismo e desportos de natureza
--	---	--	--------------------------------	---	---

Com a Cidade Regional Sicó, as aldeias têm um crescimento contínuo e sustentável e veem reforçada a sua atratividade, valorizando o(s) património(s), as pessoas e os saberes.

SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO
Um Laboratório, com sede em Pombalinho

Visão Global

Para a materialização desta proposta, propõe-se a criação do Laboratório do Património, um organismo local destinado à gestão, divulgação, valorização e proteção dos recursos patrimoniais da região de Sicó, com vista a auxiliar o desenvolvimento integrado do território de Sicó e reforçar a coesão territorial e social, assente numa estratégia delineada por um grupo de trabalho, no âmbito do seminário “De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional”, que consiste na criação de uma estratégia global para a RAC e para cada uma das aldeias da rede. Esta estratégia é baseada numa Visão Global (M. v) das terras de Sicó como uma cidade-região, e assenta no objetivo de reforçar as relações *rural/urbano*, reconhecendo que cada lugar tem algo para oferecer para essa dinâmica.

A estratégia assenta em 3 pilares que juntos, se entende que contribuem para a valorização das aldeias, através do reforço da sua integração no sistema urbano que integram: o primeiro configura as aldeias em *Polos de multifuncionalidade*, capazes de se transformarem por si mesmas de forma sustentável; o segundo, configura-as como *Aglutinadores sociais*, criando condições para a fixação de pessoas; por último, e a partir dos seus valores culturais e sociais, como *Centros de saber e de experiência*.

Estes pilares são desdobrados em eixos estratégicos de intervenção e em objetivos estratégicos, com base na ideia de que é fundamental criar sinergias e promover a multifuncionalidade das aldeias que formam a RAC. Os objetivos estratégicos, definidos a partir da análise das terras de Sicó e de cada aldeia, defendem: a valorização do espaço público; o reforço e capacitação do associativismo; potencialização da sustentabilidade e do bem-estar das populações; a valorização do património natural e cultural; e o desenvolvimento de um turismo sustentável. Esta estratégia foi preparada durante as duas fases iniciais do trabalho. A primeira, de perceção crítica das terras de Sicó e do seu sistema urbano, com particular incidência nas aldeias da RAC, a segunda de sistematização da estratégia propriamente dita.

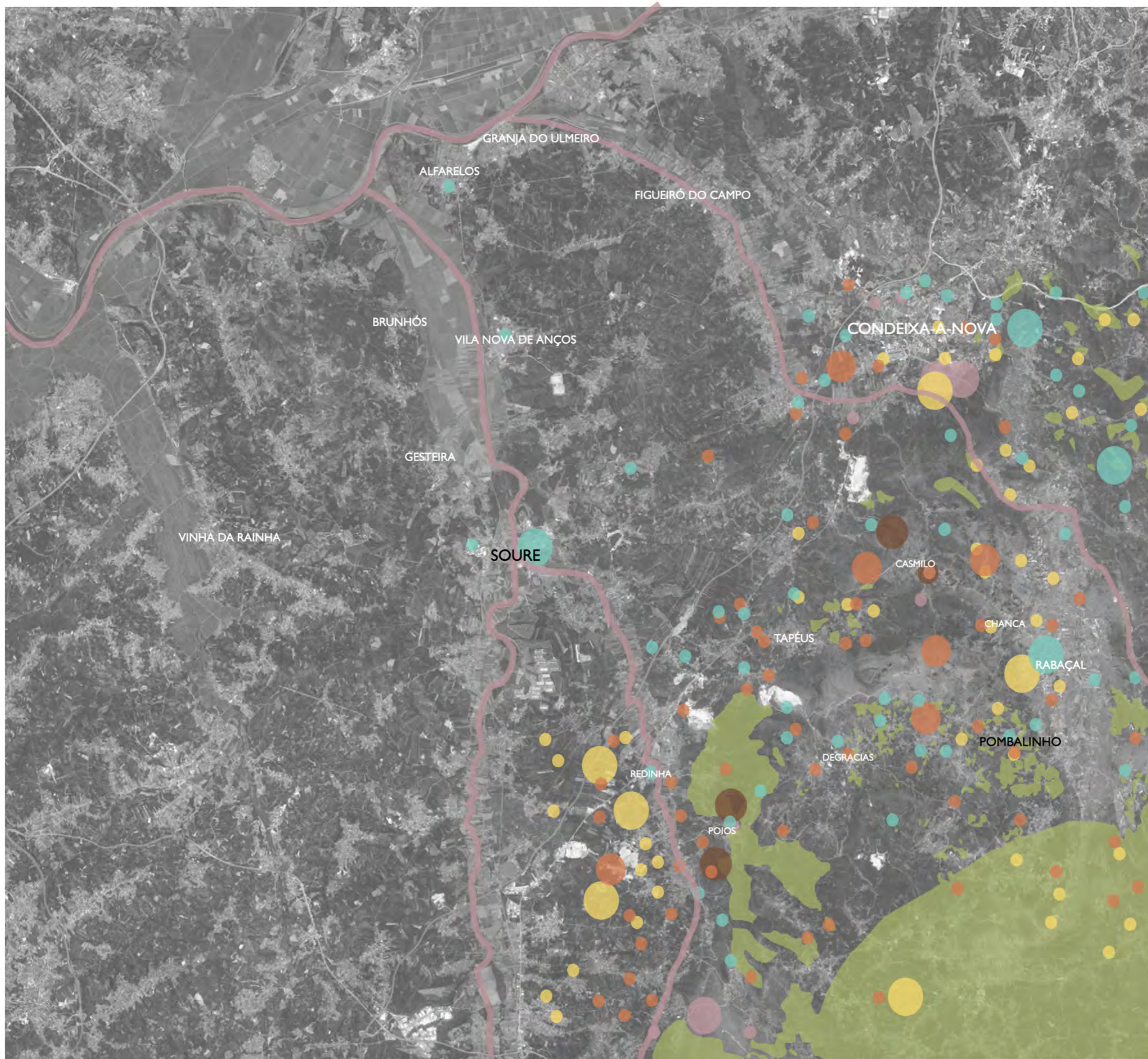
Numa terceira fase, foi elaborado um Plano de Ação para cada uma das aldeias da RAC, onde se estabeleceu um conjunto de objetivos estratégicos que visam no essencial a capacitação e valorização das aldeias. Para cada aldeia, a concretização destes objetivos será realizada através de diferentes ações e projetos. Assim, de modo sintético, para as aldeias de Poios e Casmilo aposta-se no associativismo através da requalificação e capacitação da Estrela Poiense e com a criação do Centro Recreativo,

Cultural e Desportivo do Casmilo, nesta última aldeia há ainda a introdução de um programa dedicado ao ensino alternativo, dirigido à infância, com a proposta da Escola Aprender na Aldeia. No caso de Granja, há a introdução de duas propostas, com escalas e tipologias diferentes, um Laboratório de Sicó, destinado à valorização dos saberes e tradições de Sicó, procurando reforçar a criatividade associada a esses saberes e, o (Es)paço do Caminhante, dedicado ao apoio à visitação e que decorre da reabilitação do antigo Paço dos Jesuítas, no qual funciona uma unidade de alojamento temporário. Para Chanca, a abordagem global defende a configuração deste núcleo como aldeia sustentável e são propostos: um HUB de desportos de natureza, de apoio aos desportos de aventura e, um programa destinado às atividades agrícolas de base local, que se traduz na criação de vários equipamentos. Em Ariques, a aposta é na valorização do património natural de Sicó, culminando na criação do Complexo Multifuncional. No Ribeirinho, a estratégia passa pela criação de uma unidade turística de base comunitária.

No caso de Pombalinho, além da requalificação do espaço público, aspeto comum a todas as aldeias, essencialmente constituído pela Rua Principal, incluindo o Largo do Pelourinho e o Largo da Igreja, o Plano de Ação integra a instalação do Laboratório do Património, a que esta dissertação diz respeito, e um Centro Sénior de Sicó, dedicado aos idosos.

Por conseguinte, a visão das terras de Sicó como cidade-região, pretende desmistificar o binómio rural-urbano com base nos fluxos que há muito existem entre ambas as realidades. O rural é visto segundo diferentes perspetivas, um lugar onde as relações sociais são próximas com a natureza e podem ser intensificadas, dando lugar a uma nova urbanidade, num ambiente mais íntimo, com segurança e salubridade ambiental, cujo maior valor poderá estar na sua dissemelhança.

Com as intervenções propostas, pretende-se revitalizar as aldeias, reforçando a sua identidade, pois é o que as diferencia. Este é o posicionamento relativamente aos problemas dos territórios de baixa densidade em que a proposta do Laboratório do Património assenta, dando destaque ao património cultural e natural de Sicó.



Pontos de Escalada

Património Geomorfológico

Património Arqueológico

Património Biológico e Natural

Património Arquitetónico

Habitat e Parque Ecológico



SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO

Um Laboratório, com sede em Pombalinho

Património de Soure

Autoria: Inês Gouveia

Professor Orientador: Adolfo Gonçalves

0 500m 1500m M.7

Aldeia de Pombalinho

A aldeia de Pombalinho localiza-se no concelho de Soure (M.7), distrito de Coimbra, e ocupa uma área da Serra do Rabaçal. Esta aldeia é fruto de uma antiga povoação, referida pela primeira vez em 1141, num documento acerca da doação da herdade do Alvorge a Santa Cruz, pelo rei D. Afonso Henriques. Nessa altura, era denominada *Palumbarium*, mas o seu nome foi, sucessivamente, alterado entre *Palumbarino* (1167), *Poombarino* (1179), *Palubarino*, até se chegar ao seu nome atual, *Pombalinho*.

Ainda que hoje seja apenas uma das várias aldeias do concelho de Soure e, com um decréscimo populacional elevado e uma população essencialmente envelhecida, esta aldeia foi outrora um território com grande relevância, considerada o senhorio dos Almadás, juntamente com outras terras próximas como o Rabaçal, Ribeira, Vendas de Alcalamouque, Castelo Ventoso, Mata, Vale Florido, Junqueira, Fonte Coberta, Legação, Degracias, Tamarinhos e Serra do Alvorge.

Em 1762 Pombalinho tinha o estatuto de vila e, pertencia à comarca de Coimbra. Mais tarde foi elevada a sede de concelho, porém, com a reforma administrativa ocorrida em 1836, perdeu esse estatuto, termo esse que se transferiu para o vizinho Rabaçal até 1853.

Em 13 de janeiro de 1898 passa definitivamente a integrar o concelho de Soure como freguesia de 2ª classe e, com a reorganização administrativa de 2012/2013, foi agregada à freguesia de Degracias, originando assim a atual União de Freguesias de Degracias e Pombalinho.

Pombalinho apresenta uma grande centralidade no território de Sicó, com acesso rápido às diversas vias rápidas que o rodeiam, tais como a IC2, IC3 e a A13, essenciais na capacitação desta região, por proporcionarem uma ligação rápida entre os aglomerados maiores de Sicó, como também com os maiores centros urbanos da região e com o resto do país. Ainda assim, esta aldeia foi perdendo sucessivamente população, nomeadamente jovens, que migraram para núcleos que ofereciam mais oportunidades ou mesmo para o estrangeiro. Segundo os Censos de 2011, restavam somente 53 habitantes, número que terá continuado a diminuir, pois a população era maioritariamente idosa.



Figura 40 - Igreja matriz de Pombalinho.



Figura 41 - Largo do Pelourinho.



Figura 42 - Capela de Santa Ana.

De facto, antes da união das freguesias de Degraças e Pombalinho, a população residente de ambas somava 746 pessoas em 2011. Passados 10 anos somam 651, o que representa um sinal claro da tendência de diminuição da população.

Rica pela sua história, que ficou gravada em documentos que estão disponíveis e vestígios que podem ser revisitados hoje. O património que alberga e o património natural e cultural de Sicó são a chave para potenciar o seu desenvolvimento e uma revitalização social, cultural e económica, tirando partido dos seus valores e dos quais se destacam: a Igreja Matriz de Pombalinho, as ruínas do Paço dos Almadas, o Pelourinho, a Capela de Santa Ana, a Villæ romana de Dordias e a Anta da Casa da Moura de Pombalinho.

A Igreja Matriz de Pombalinho é considerada pelos próprios habitantes como o único local de reunião das pessoas, essencialmente ao domingo ou em cerimónias religiosas. A sua construção remota ao século XVII, com o seu orago dedicado a Nossa Senhora da Assunção. É um edifício despretensioso, simples, com uma torre e com dimensões modestas. Os seus maiores valores encontram-se no interior, nomeadamente a escultura da Virgem com o Menino, uma das mais antigas do concelho e que data de meados do século XV, uma obra de extrema delicadeza. Também os altares do século XIX são valiosos exemplares, ambos construídos em pedra e com inscrições do patrono que os mandou fazer e do artista Tomé de Condeixa-a-Nova, o da direita é devoto à Senhora da Piedade e o da esquerda à Senhora da Anunciação.

Esta Igreja, assim como outros edifícios da aldeia de que é exemplo o Paço dos Almadas, ficaram severamente afetados com a “[...] razia do vendaval napoleónico em debandada” (Conceição, 1942: 259) aquando da 3ª Invasão Francesa. No dia 12 de março de 1811 com o combate sangrento da Redinha, as tropas napoleónicas foram obrigadas a retirarem-se, deixando na sua passagem um rasto de destruição imenso.

O pelourinho de Pombalinho é outro elemento de interesse, símbolo medieval da jurisdição concelhia, que substituiu uma figueira que aí servia a mesma função. Foi mandado erguer por D. Maria, por volta de 1783 e está, classificado como Monumento Nacional. Situa-se num pequeno largo no centro da povoação e é constituído por uma coluna chanfrada, que assenta numa base quadrada e, em cada uma das faces dessa base é possível identificar o ano da sua construção.



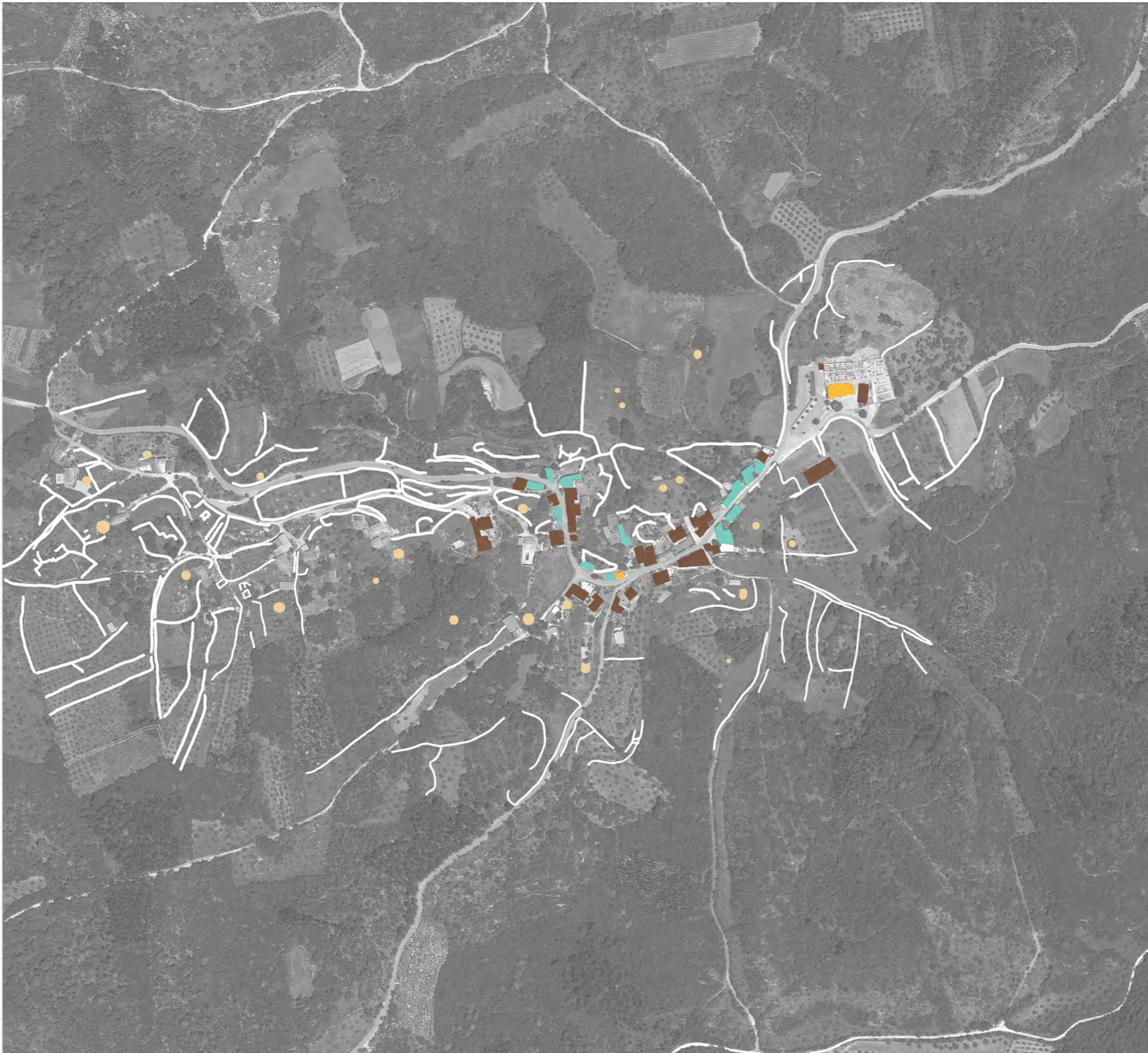
Figura 43 - Villa romana de Dordias - aspeto da bica do tanque da tinturaria.



Figura 44 - Anta da Casa da Moura, antes do início dos trabalhos de escavação.



Figura 45 - Aspeto atual da Anta da Casa da Moura.



Edifícios com valor de conjunto

Edificado

Edifícios relevantes pelo programa funcional

Eiras



A meio desta coluna encontra-se as letras D, M, R, P, que identificam D. Maria. Nesta estrutura, realizada integralmente em cantaria de calcário, a coluna assenta em três degraus, estando o primeiro enterrado dada a subida do nível da Rua Principal. A capela de Santa Ana é uma construção modesta, que acolhe um retábulo do século XVI e uma escultura das Santas Mães do início do mesmo século, de estilo manuelino.

A par destes elementos do património arquitetónico de Pombalinho, existem também atributos respeitantes à ocupação romana neste território, de que é exemplo a Dordias, uma *Villæ* romana descoberta aquando do alargamento de uma rua, que colocou visível um muro romano e incitou o início de trabalhos de escavação. Estes trabalhos permitiram confirmar que a ocupação romana decorreu desde os finais do século I a.C até ao século V d.C, os vestígios encontrados sugerem a hipótese de que esta estrutura possa estar relacionada com a atividade têxtil, especificamente uma tinturaria. Os testemunhos romanos de que são exemplo os teares verticais, o reservatório de água, os pesos de tear e a fíbula e o braço da balança comprovam isso mesmo, especulando-se até que possa ter sido um importante centro de tecelagem romano de lã, já que ainda hoje este território é caracterizado pela sua pastorícia de rebanho ovinos e caprinos.

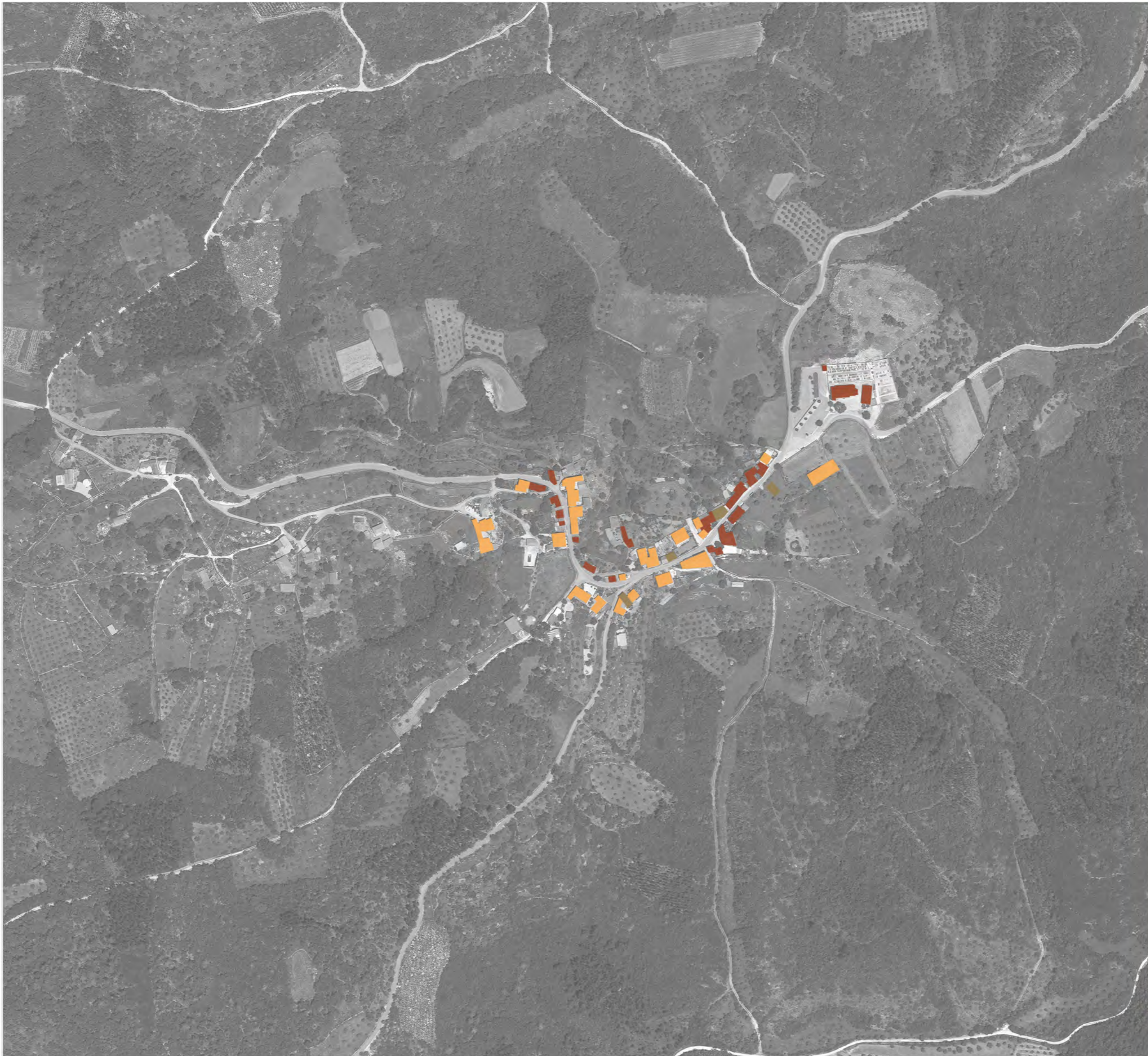
A Anta da Casa da Moura é um monumento megalítico e será “[...] uma das raras sepulturas megalíticas reconhecidas para o concelho de Soure” (Silva et al., 2017: 520). Foi registada no início da década de 1990 e teve três curtas campanhas arqueológicas. Localiza-se numa posição fronteiriça entre o vale agrícola e a serra do Rabaçal (a norte) e de Sicó (a sul), naturalmente seca e nua de vegetação, onde predomina a pastorícia.

Nesta aldeia é igualmente pertinente abordar o património vernáculo, sendo uma das aldeias da RAC com uma paisagem extraordinária de onde se observa uma quantidade relevante de muros de pedra seca e de moroiços. As eiras são poucas, mas ainda assim têm uma presença significativa, especialmente na zona antiga da aldeia.

Naturalmente, os próprios edifícios de habitação são elementos importantes deste património e, nesta aldeia, não tirando importância os valores de cada um, existem vários com valor de conjunto, essencialmente, concentrados numa zona que será a mais antiga da aldeia, como se verifica no mapeamento da qualidade do edificado (M.8).



Figura 46 - Edifícios da Rua Principal de Pombalinho.

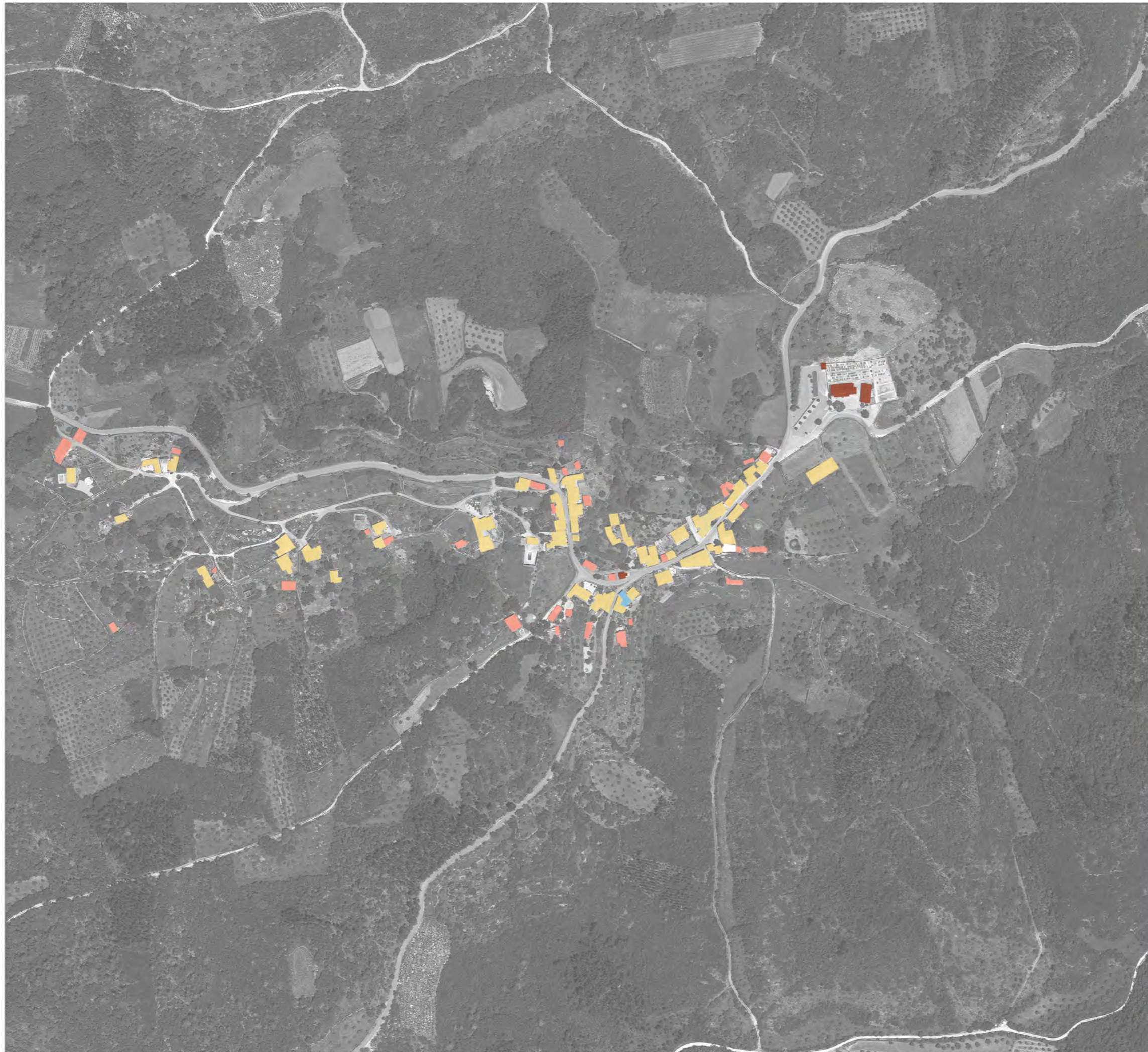


Alvenaria de pedra calcária à vista

Alvenaria de pedra calcária rebocada

Outros





Culto Religioso

Anexos
Garagens
Currais

Habitação

Comércio e Serviços

N
↑

SICÓ: PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO		Usos do Solo	
Um Laboratório, com sede em Pombalinho			
Autora: Inês Gouveia	Professor Orientador: Adilmo Gonçalves	0 500m 1500m	M.10

Muitos desses edifícios são construídos em alvenaria de calcário, da região e eram rebocados. Noutros, sobretudo construções de apoio às atividades no campo e outras menos importantes, a alvenaria não é rebocada e o aparelho da pedra procura dar resposta principalmente à função estrutural desempenhada pelas paredes. Mais espessas e regulares quando essa função é mais exigente, menos espessas quando essa função não é tão exigente, como é exemplificado no mapeamento do sistema construtivo (M.9).

Com o passar dos anos e com a industrialização da construção, a pedra de calcário foi sendo substituída por outros materiais de construção, como alvenarias de tijolo e estruturas portantes de betão armado, e com uma composição arquitetónica que acaba por descaracterizar esta aldeia. Aliás, o mesmo se pode dizer não só em relação às restantes aldeias da RAC, como, de um modo geral em relação a todos os pequenos núcleos da região, contribuindo negativamente para a identidade deste património, que se pretende valorizar com esta dissertação.

Ao nível da morfologia e organização do espaço físico, Pombalinho apresenta uma ocupação dispersa, mas ordenada de forma linear ao longo de um eixo viário, a Rua Principal (EM563), elemento estruturante de toda a organização da aldeia e que coincide, precisamente, com a cumeeira desenhada pelo relevo da Serra do Rabaçal. A hierarquia dos arruamentos e caminhos divide-se em três categorias: a referida Rua Principal (EM563), que estrutura o aglomerado, que o liga ao Rabaçal e dá acesso ao Itinerário Complementar IC3 que, por sua vez, liga às autoestradas A1, a norte e A13, a sul; as vias secundárias que dão acesso às habitações e/ou anexos; e as vias de circulação agrícola e/ou florestal que permitem a entrada para os terrenos de cultivo.

Pombalinho é uma das poucas aldeias da RAC, considerada de montanha, a par com Chanca, o que lhe confere um certo isolamento e com uma distância considerável da sede do município, contribuindo para o despovoamento desta aldeia.

Os usos do solo, como se pode ver no mapeamento realizado durante os trabalhos de estudo (M.10), verifica-se que a maioria das edificações da aldeia são de habitação e anexos de apoio às mesmas, destacando-se apenas dois edifícios destinados ao culto religioso: a Igreja Matriz, e a capela de Santa Ana referidas antes.



Figura 47 - Edifício da antiga Junta de Freguesia.



Figura 48 – Estado de Conservação de alguns edifícios de Pombalinho.

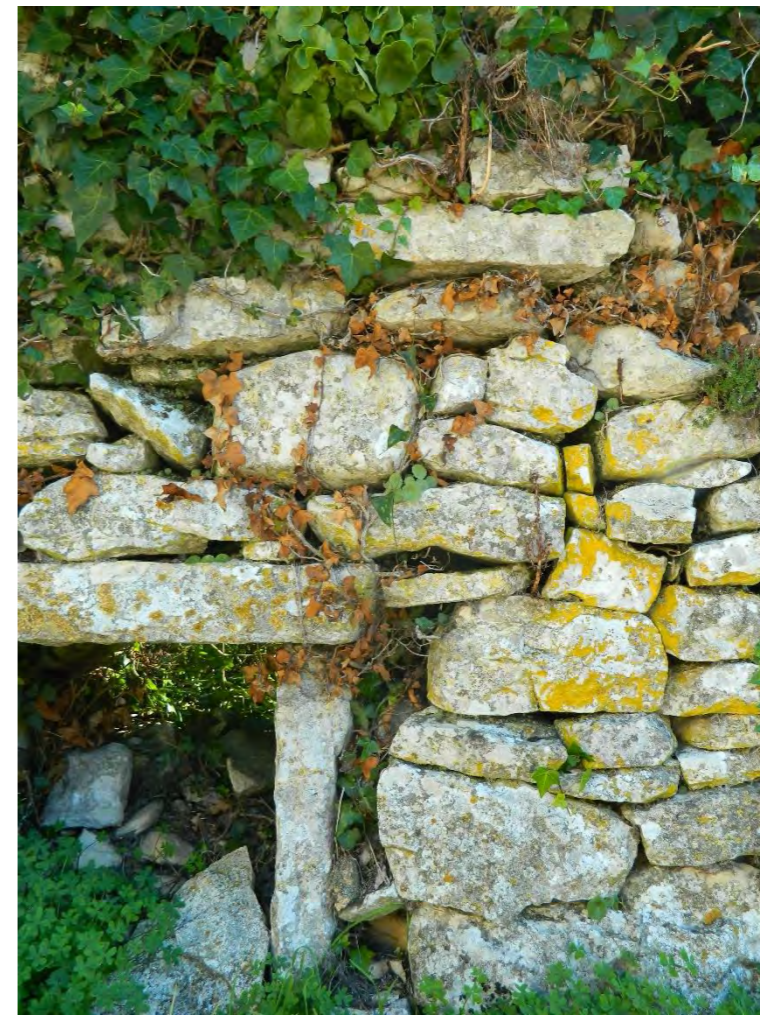
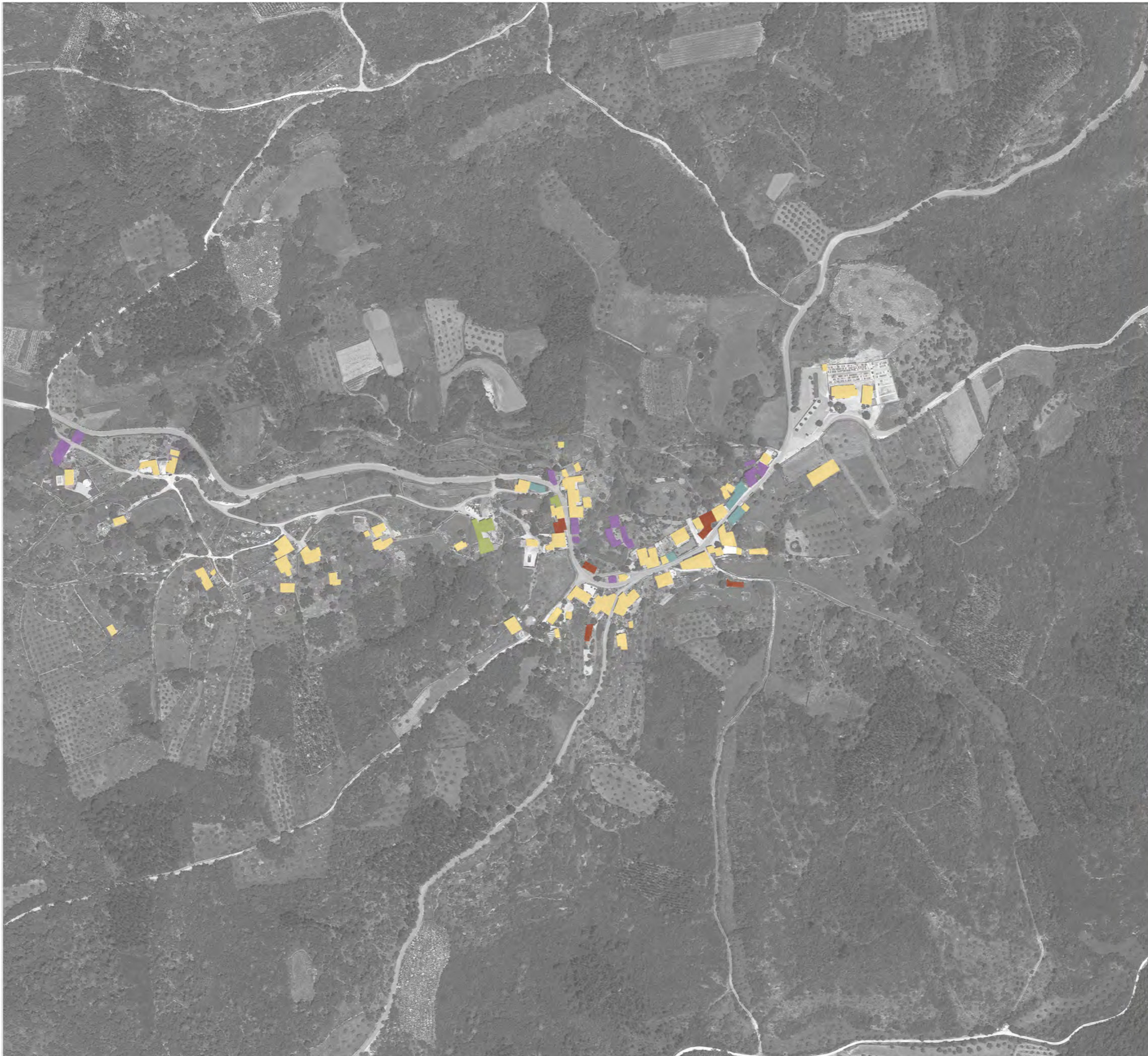


Figura 49 – Edifícios em alvenaria de calcário.



Razoável

Bom

Ruína

Mau

Em obra



Além destes usos, resta muito pouco, já que com a reformulação administrativa de 2012/2013, a maioria dos serviços migrou para o aglomerado de Degracias, sobrando unicamente o espaço da antiga Junta de Freguesia, com uma utilização escassa, servindo apenas para afixação de avisos ou outros documentos. O comércio que existe é derivado de pequenos negócios familiares e existe ainda uma pequena oficina automóvel, a Marcoauto. Além da Igreja, não existem outros espaços que permitam o convívio, como cafés, mercearias ou associações recreativas e culturais.

Com o sucessivo abandono da aldeia por parte dos mais jovens e com o envelhecimento dos mais idosos, o estado de conservação do edificado da aldeia degradou-se e tem a expressão que se pode observar no mapeamento do estado de conservação (M.11), sendo visível um número considerável de edifícios devoluto.

Por fim, após a análise entende-se que a aldeia de Pombalinho reúne um conjunto de elementos de património cultural, natural e vernácula que exemplificam bem os valores que caracterizam a região de Sicó. Além disso, Pombalinho assume uma posição privilegiada na conexão com toda a rede urbana de Sicó e tem espaços para a instalação de um programa destinado à valorização de base local do património.

Um centro de identidade em Pombalinho – Plano de Ação

No âmbito da estratégia proposta para a RAC, elaborou-se um Plano de Ação para cada uma das aldeias, assente numa série de objetivos e intenções que visam a capacitação e revitalização destas aldeias.

Cada plano foi elaborado por um grupo de trabalho e sempre em articulação com os demais, dado o objetivo de criar sinergias entre todas as aldeias, estabelecido na estratégia geral. O Plano de Ação para a aldeia de Pombalinho foi elaborado pela autora desta dissertação e pelos colegas Ana André e Renato Cardoso e, os grandes objetivos definidos foram: melhorar as condições de habitabilidade dos habitantes da aldeia; reforçar a atratividade da aldeia, visando a fixação de novas atividades e habitantes, através da requalificação do espaço público, tanto com a reabilitação de edifícios devolutos, como com intervenções nas vias, nos passeios e largos.



Figura 50 - Fotomontagem do Centro de Identidade de Sicó.



Figura 51 - Fotomontagem da Feira dos Produtos Endógenos.

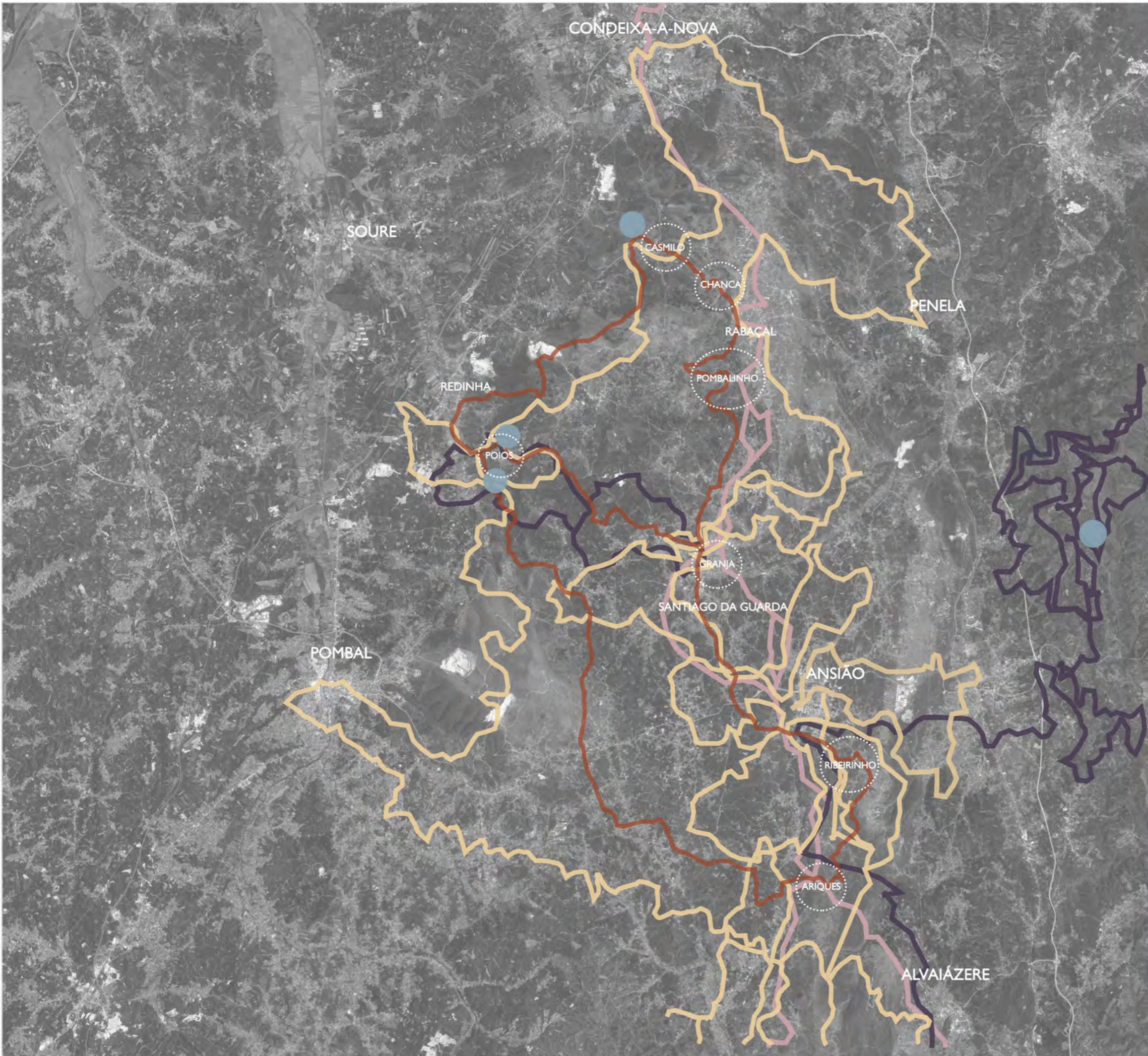
Neste Plano foram desenvolvidos dois programas específicos: o Laboratório do Património, com campo de ação nesta dissertação, dedicado à valorização do património cultural e natural de Sicó; e um Centro Sénior de Sicó, com atuação em vários edifícios devolutos da aldeia, nos quais se agrupa um sistema de serviços de resposta às necessidades da terceira idade. Estes dois programas, contribuirão para o reforço do dinamismo e da urbanidade, que se pretende para a aldeia de Pombalinho.

Uma das propostas mais relevante deste plano, dado o impacto que se pretende, precisamente, ao nível da urbanidade que se procura para a RAC, consiste na criação de um centro de identidade de Pombalinho, definindo um setor da aldeia que desempenhará um “[...] papel simultaneamente magnetizador, dinamizador e difusor de urbanidade” (Rossa, 2015: 501). Este é delimitado pela Rua Principal (EM563), que estrutura linearmente o aglomerado e na qual se localizam os principais elementos da aldeia: a Igreja Matriz; a antiga Casa Paroquial, edifício devoluto e parcialmente em ruína; as ruínas do Paço dos Almadás; o Pelourinho; a antiga Junta de Freguesia; e a Capela de Santa Ana.

Só por isso, este setor é, indubitavelmente, o polo dinamizador da aldeia, que se pretende ver reforçado com a implantação do Laboratório do Património, no edifício da antiga Casa Paroquial, e do Centro Sénior, em alguns edifícios que nele se localizam. Junto com a requalificação do espaço público, procura-se que este seja o lugar onde acontecerão as principais atividades sociais, culturais e económicas da aldeia, e que devolverão o “[...] o seu pulsar de identidade.” (Rossa, 2002: 19).

Assim, a requalificação deste eixo é crucial para a revitalização da aldeia. Em síntese, o principal grupo de ações que visam cumprir este objetivo são:

1. Requalificar o espaço público: criar e/ou requalificar espaços de encontro/estar, nomeadamente no Pelourinho; substituir os pavimentos existentes nos passeios por calçada de microcubo de calcário.
2. Instalar de uma Feira de Produtos Endógenos da região de Sicó, localizada no largo em frente à Igreja Matriz. Trata-se de um evento que, outrora se fazia sazonalmente e que se foi perdendo. Com a sua retoma pretende-se promover e divulgar os produtos endógenos, que se constituem como um património singular e um fator de diferenciação.



Rotas Peregrinação

Rota dos Muros de Pedra Seca

Pontos de Escalada

Rotas Pedestres

Rotas BTT

SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO
 Um Laboratório, com sede em Pombalinho

Autarquia: Info-Guerra | Professor Orientador: Adalberto Gonçalves

Rotas

0 500m 1500m M.12



3. Criar uma Rota dos Muros de Pedra Seca (M.12), com início aqui, em Pombalinho, mas com a intenção de se estender pelas aldeias da RAC, funcionando como um elo de ligação, através de um património característico e comum a todas elas, e que, como referido antes, se pretende inscrever na Lista de Património Mundial da UNESCO.
4. Reabilitar e (re)funcionalizar o edificado existente que apresenta valor patrimonial e que se encontra devoluto e/ou em mau estado de conservação. A partir da introdução de novos serviços nesse edificado, como são exemplo: o edifício da antiga Casa Paroquial, onde se propõe a criação do Laboratório do Património; o da antiga Junta de Freguesia no qual se sugere a instalação de um café e mercearia, essencial para o dinamismo social em pequenos aglomerados; a introdução de um espaço multiusos num edifício atualmente sem função, e que servirá de apoio aos eventos religiosos e culturais da aldeia; por fim, a proposta do Centro Sénior que ocupa diversos edifícios devolutos e/ou em ruína, com programas como habitação sénior, cantina, posto médico, administração, entre outros.
5. Valorizar o património da aldeia, através da criação de incentivos para os habitantes, de forma a alertá-los para a importância de preservar os valores que fazem parte da sua identidade individual e coletiva, enquanto comunidade, e que são parte integrante no desenvolvimento da aldeia. Para isso, formulou-se algumas recomendações relativas por exemplo: à não incorporação de elementos descontextualizados da situação existente; o incentivo à manutenção dos muros de pedra seca e das (poucas) eiras que existem, através da sua construção tradicional, eliminando quaisquer elementos betuminosos; o apoio à arborização com espécies autóctones, tais como o carvalho-cerquinho, a azinheira e a oliveira; e, por fim, o encorajamento à participação dos locais na divulgação e proteção do seu património.

Em suma, o Plano de Ação tem o propósito de criar uma nova urbanidade na aldeia de Pombalinho, a partir dos seus valores, promovendo uma revitalização da aldeia, criando as condições adequadas e necessárias ao bem-estar da comunidade, mas também permitindo a possibilidade de fixação de novos habitantes.

Laboratório do Património

A intervenção proposta nesta dissertação, radica na definição de um programa funcional coerente com os objetivos da estratégia global para a valorização da Rede de Aldeias de Calcário. A sua materialização, corresponde à criação de um organismo local dedicado à valorização do património cultural e natural de Sicó, o Laboratório do Património de Sicó.

A criação deste organismo pode tirar vantagem da prática de cooperação entre os seis municípios parceiros da associação de desenvolvimento local Terras de Sicó e, claro, da própria associação e de toda a atividade destinada à valorização de Sicó, realizada ao longo de trinta anos, se contarmos com o trabalho desenvolvido pela precedente ADSICÓ – Associação de Municípios da Serra de Sicó. A pertinência da criação do Laboratório do Património é reforçada pelo trabalho atualmente em curso de classificação de Sicó como paisagem protegida, bem como, pelo trabalho iniciado com vista à apresentação da candidatura de inscrição na Lista de património mundial da UNESCO dos muros de pedra seca.

O Laboratório do Património propriamente dito é constituído por duas áreas funcionais distintas, ainda que complementares: uma diz respeito à materialização do próprio equipamento, que resulta da reabilitação da antiga Casa Paroquial de Pombalinho; e a outra refere-se à criação de um espaço público, num terreno com valor patrimonial, um parque no terreno das ruínas do Paço dos Almadás, um dos ex-libris da aldeia, no qual se procura proporcionar a interação entre os moradores de Pombalinho e destes com os visitantes, no qual podem ter lugar diversas atividades programadas pelo Laboratório.

Neste espaço público, é também proposta a criação de um forno e de uma churrasqueira comunitária, bem como o início da Rota dos Muros de Pedra Seca a partir do Equipamento de Apoio à Visitação¹¹ (EAV), previsto para todas as aldeias da RAC na estratégia de valorização turística promovida pela Terras de Sicó.

¹¹ Equipamento proposto pelos seis municípios juntamente com a Terras de Sicó e, que serve de apoio ao turismo, desenhado pelo arquiteto Pedro Santos e, consiste numa estrutura de base quadrangular de 3x3m.



Figura 52 - Ruínas do Paço dos Almadás.

Estas duas áreas funcionais tem um princípio orientador comum, a valorização do património arquitetónico vernáculo, constituindo-se como uma primeira ação em prol da estratégia aqui defendida.

As ruínas do Paço dos Almadás destacam-se na paisagem pelo seu volume e pela sua implantação na cumeada. Hoje resta muito pouco do Paço, mas, ainda assim, é uma referência nesta aldeia. Parte integrante da identidade desta comunidade e, por essa razão, será um motor no seu desenvolvimento. Sabe-se que este terreno pertenceu inicialmente a Lôpo Soares de Albergaria, 3º governador da Índia e 1º Senhor de Pombalinho, que mais tarde doou à sua filha, D. Catarina de Albuquerque. Posteriormente, esta ofereceu-o ao seu sucessor, D. Antão Soares de Almada.

Esta família descendia de D. Álvaro Vaz de Almada, constituído Conde de Avranches, em França, pelos feitos realizados ao serviço dos reis ingleses D. Henrique V e VI. Esses feitos não se ficaram por aí, uma vez que, foi uma família com personagens célebres que se destacaram na história de Portugal, pela sua bravura e notáveis feitos em nome da pátria e dos quais se destacam: D. Antão Soares de Almada, 5º Conde de Avranches e 3º Senhor de Pombalinho, pelos seus serviços a D. Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir; D. Lourenço de Almada, 6º Conde de Avranches e 4º Senhor de Pombalinho, que ficou cativo em Alcácer-Quibir como o seu pai, regressando livre anos mais tarde, com a morte do cardeal-rei D. Henrique; D. André de Almada, irmão de D. Lourenço de Almada, destacou-se pela sua vasta cultura, constituindo-se como professor e governador-reformador da Universidade de Coimbra; por fim, D. Antão Vaz de Almada, 7º Conde de Avranches e 5º Senhor de Pombalinho, ficou reconhecido como um dos impulsionadores da Restauração da Independência, sendo líder do golpe de estado realizado a 1 de dezembro de 1640 (Conceição, 1942).

A estes sucederam-se outros, mas, aos poucos, os Almadás foram perdendo a ligação a Pombalinho, o que se deveu em grande parte à destruição massiva do Paço aquando da 3ª invasão, pelas tropas napoleónicas, que deixaram um rasto de destruição durante a sua fuga.

Apesar desta razia napoleónica, o Paço perdurou, ainda que em ruínas, até ao princípio do século XX. Contudo, a ocupação mais antiga de Pombalinho, que já fazia supor uma organização ao longo de um eixo, da cumeada, culminou na abertura da



Figura 53 - Fotomontagens do programa Escola Viva.

Rua Principal, em 1937, troço daquela que hoje é uma das estradas estruturantes da aldeia e dos núcleos da envolvente, o que resultou numa maior destruição do Paço dos Almadás, restando apenas escassos vestígios, que funcionam somente como uma memória da sua importância.

Dada a falta de informação precisa sobre como seria a organização espacial do Paço dos Almadás, bem como a consciência da sua importância e valor cultural para esta aldeia, mas também para o território de Sicó, assumiu-se uma atitude não intervencionista. Os elementos existentes, muros e troços de paredes, carecem de intervenções que garantam a sua estabilidade. De resto, mantêm-se e são integradas no espaço público, admitindo a sua apropriação pela natureza. Assim, procede-se simplesmente a ações de estabilização, de forma a integrá-la no espaço público envolvente.

Na perspetiva de potenciar o uso e vivência deste lugar, entende-se que a sua ocupação deve ser feita a partir de um programa de índole mais pública, organizado em três zonas, como a topografia do próprio terreno proporciona: a primeira, mais próxima da rua, onde está implantada a ruína, que participa nesse espaço público como elemento arquitetónico, um espaço de entrada no parque que também proporciona a paragem, o estar e momentos de convívio; na segunda zona, uma zona intermédia, integra um programa intitulado Escola Viva, que surge da vontade de conectar o Laboratório do Património com as ruínas do Paço dos Almadás, mas também de aproximar os locais com os visitantes e com os valores locais, em que estes são incentivados a aprender *in loco* as tradições e saberes da aldeia e consequentemente de Sicó, sendo convidados a reconstruir sistematicamente um troço de muro de pedra seca e a desbastar e a amanhoar as árvores autóctones da região, como o carvalho-cerquinho, a oliveira e a azinheira; a terceira zona, é dedicada ao lazer, na qual se implanta um pequeno Pavilhão com um forno e uma churrasqueira e uma zona de parque merendeiro.

O Pavilhão, ainda que seja uma obra de raiz, assume um compromisso com as construções em pedra de calcário, reaprendendo com as soluções vernáculas que representam um peso nas opções tomadas, tanto ao nível espacial e conceptual, como relativamente aos materiais e ao sistema construtivo, evitando assim situações de *pastiche*.



Figura 54 - Terreno do Paço dos Almadas.

Regendo-se a arquitetura vernácula pela obviedade, simplicidade e sustentabilidade, também a tarefa deste Pavilhão é sintetizar esses ensinamentos, satisfazendo as necessidades e expectativas atuais e, ao mesmo tempo adaptando-se ao contexto e ao programa funcional. Como tal, os materiais utilizados são essencialmente materiais não industrializados, tais como: a madeira, um material omnipresente na arquitetura vernácula; a pedra calcária, um recurso local desta região; e o cobre utilizado na cobertura e em outros elementos menores; e, por fim o elemento metálico que faz a transição entre o pilar de madeira e a pedra calcária.

Na área onde o Pavilhão se localiza tem uma topografia regular (fig.54), com uma pendente suave para sul-nascente e, implanta-se sob um embasamento definido com um muro de pedra calcária serrada, sobreposta em junta seca, seguindo o desnível do próprio terreno, que se abre entre o olival, em direção à paisagem serrana a sul. A sua conceção assenta na premissa de espaço aberto, proporcionando uma relação direta com a paisagem envolvente e que simultaneamente, protege os utilizadores da radiação solar e das intempéries. Constituído por uma estrutura de madeira de ensablagens macho-fêmea, de pilares e vigas, organizada segundo uma quadrícula que estabelece uma métrica construtiva para o desenvolvimento dos pilares de apoio da cobertura. Esta quadrícula ordena igualmente uma pequena construção de alvenaria de pedra que integra um sanitário e um espaço de arrumos. Este núcleo integra simultaneamente uma churrasqueira, um forno comunitário e, um lavatório de apoio. É composto por paredes de pedra calcária, que terminam antes de chegar à cobertura, permitindo uma iluminação natural destes compartimentos, mas também um sistema de ventilação natural cruzada.

A cobertura, com uma estrutura composta por um vigamento de lamelado de madeira de carvalho, surge num plano que se inclina suavemente e é revestida em chapa de cobre, escolhida pela sua durabilidade, fácil manutenção e sustentabilidade, chegando a ter um ciclo de vida útil de 30 anos, quando se encontra em áreas não poluídas como é exemplo esta aldeia. O assentamento dos pilares no pavimento revestido com lajetas de calcário local, é realizado com um encaixe metálico, permitindo uma transição entre os elementos construtivos.

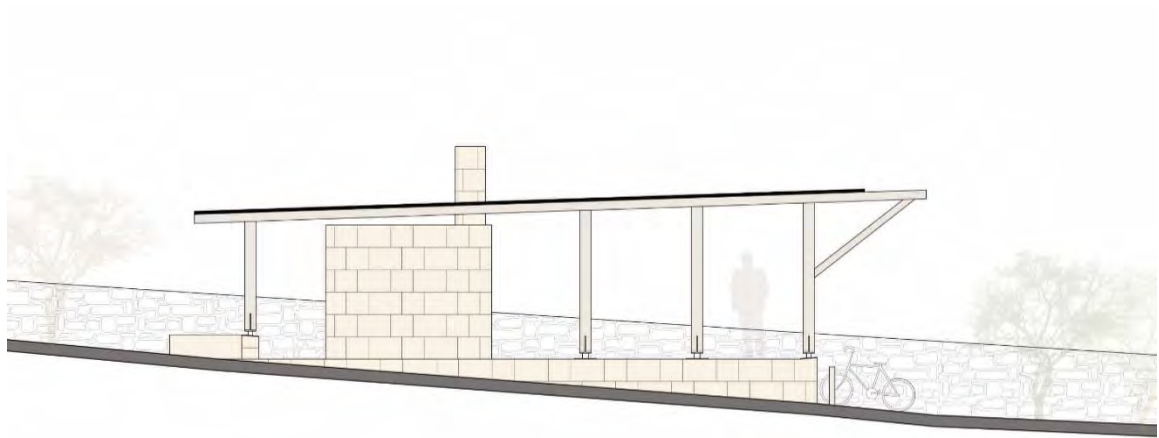


Figura 55 - Alçado longitudinal do Pavilhão.

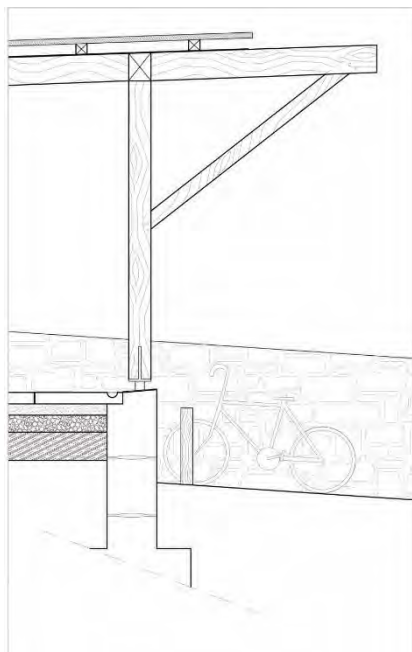


Figura 56 - Pormenor construtivo do Pavilhão.



Figura 57 - Proximidade das aldeias de Pombalinho, Casmiolo e Chanca.

Com o aproveitamento do declive e com o embasamento onde assenta o pavilhão, propõe-se a criação de uma área para estacionar bicicletas (fig.55 e 56), uma vez que é também neste parque que tem início a Rota dos Muros de Pedra Seca, proposta no Plano de Ação de Pombalinho, mas também devido à proximidade com a aldeia de Chanca (fig.57), para onde está previsto um HUB de desportos de natureza incluindo BTT, e com a aldeia do Casmilo, onde se localizará uma estação para a manutenção e reparação das bicicletas.

A natureza desta paisagem rural condicionou a adoção de um modelo de construção, capaz de se adaptar tanto às exigências do meio como às dos próprios habitantes. Reaprendendo com a arquitetura desta região foram definidos princípios que orientaram as opções relativas à organização e espacialidade da sede do Laboratório do Património com um programa simples e de carácter essencialmente público. Pretende-se que este equipamento seja um ponto de encontro, social e cultural, com um uso multifacetado.

O Laboratório do Património instala-se no edifício da antiga Casa Paroquial, localizado no que designamos centro de identidade da aldeia. Terá sido a habitação do pároco da paróquia de Pombalinho, ocupando um edifício já existente. E, está em desuso há anos, o que contribuiu muito para o seu estado avançado de degradação. Ainda assim, é possível perceber a sua espacialidade e organização de outrora.

É um edifício composto por dois pisos, de planta retangular, seguindo a tipologia de casa serrana, voltada para um caminho público e, como tal, a fachada frontal tem uma importância maior, apesar de ser simples, é igualmente cuidada, ornamentada com molduras em pedra calcária, nas portas e nas janelas, e frisos da mesma pedra. A caixilharia, em madeira, terá sido sucessivamente renovada ao longo dos anos, mas encontra-se atualmente em mau estado.

As paredes estruturais são construídas em alvenaria de pedra calcária local, com cerca de 50cm de espessura, e rebocadas, tanto no interior, como no exterior, de forma a proteger esta pedra sensível das intempéries. As alvenarias não são rebocadas apenas nos anexos, sendo que no anexo tardoz desta habitação foi feita uma ampliação com alvenaria de tijolo furado, sobre um embasamento de pedra calcária, que não contribui para o valor do conjunto, antes pelo contrário.



Figura 58 - Fotografias do estado atual da antiga Casa Paroquial.

Constituída por dois pisos, dos quais o térreo, teria originalmente uma função mais agrícola, servindo para guardar o gado e/ou produtos derivados da agricultura. Por essa razão, apresenta um pé direito reduzido. Já os aposentos, situavam-se no piso superior, onde se localizavam as áreas sociáveis e as privadas.

No piso inferior, as paredes estruturais são dominantes, restando pouco espaço para paredes divisórias, mas ainda assim, com os anos foi se transfigurando consoante as necessidades e hoje é visível uma maior compartimentação do espaço, talvez devido ao seu último uso enquanto casa paroquial. O acesso ao piso superior, faz-se tanto interiormente, por uma escada de madeira, como pelo exterior, por uma escada de pedra encostada à fachada nascente.

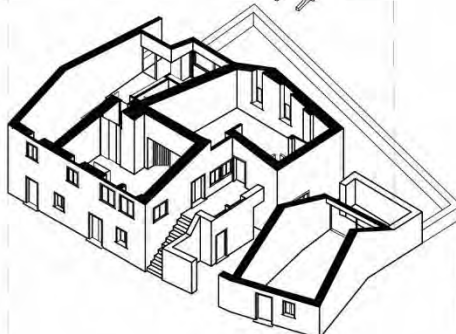
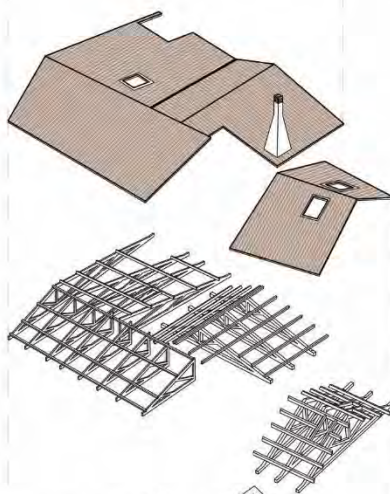
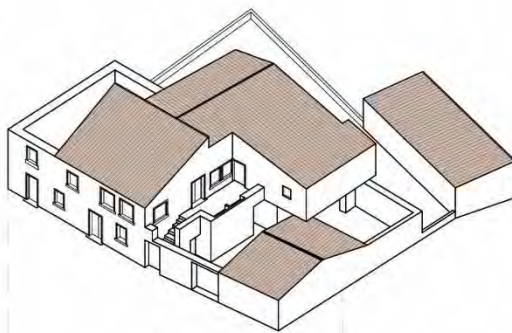
O piso superior é naturalmente mais compartimentado, já que era a habitação propriamente dita. Com uma primeira sala, com uma conotação mais religiosa que serviria meramente para funções religiosas, com um pequeno nicho e um armário embutido, e ainda outra sala ou comumente chamada sala do meio, que serviria para arrumações ou até de quarto. Os quartos ou alcovas localizar-se-iam entre a sala e a cozinha, para receberem o calor proveniente do forno.

A cozinha, onde decorria a vida social da casa, situa-se na zona mais a norte, com um forno no interior, num pavimento ligeiramente mais elevado feito em tijolo, situado no canto da cozinha. No lado nascente da cozinha existe ainda um compartimento que possivelmente seria um alpendre/varanda, ou um acrescento que mais tarde foi encerrado, em tijolo burro, e onde hoje existe uma casa de banho e uns arrumos. É, um volume de construção frágil e sem qualidade ou qualquer interesse arquitetónico e construtivo, razão essa que justifica a sua desconstrução.

Acerca da cobertura, esta apresenta uma grande complexidade, o que leva a crer que originalmente seria um edifício com cobertura de duas águas e, mais tarde se acrescentou outro volume de construção, o que explica a referida complexidade. A estrutura é composta por asnas de madeira, com alguns troços em razoável estado de conservação, e a telha existente é marselha, com o beirado de capa e canudo.

Os pavimentos são, na sua maioria em soalho de madeira à exceção da cozinha e do corredor de ligação à cozinha, que é em ladrilho. Os tetos são forrados a madeira pintada em todas as divisões, variando as cores entre o verde e o azul.

Esistente



Proposta



Após esta análise, foi possível delinear uma estratégia de projeto para a integração do Laboratório do Património, procurando evitar gestos miméticos ou *pastiche*, mas antes criar um equilíbrio entre a estrutura vernácula presente e as exigências do programa funcional. Antes de mais, referir que o Laboratório é o culminar de uma estratégia de desenvolvimento e de reforço da coesão social e cultural elaborada no âmbito de uma estratégia para as aldeias da RAC, e aposta na valorização do património cultural e natural desta região.

Portanto, o Laboratório do Património destina-se à gestão, valorização, salvaguarda e divulgação dos recursos patrimoniais de Sicó, entendendo este território como um todo, em que na sua gestão os seus municípios operam em cooperação. Entendida assim a estratégia, não faz sentido pensar somente numa aldeia. É preciso pensar, em articulação, todas as aldeias da RAC¹². Aliás, é deste modo que a Terras de Sicó está a implementar o Plano Integrado de Intervenção RAC, promovendo a elaboração de uma estratégia de reabilitação que está a ser desenvolvida pela empresa Território XXI, e neste momento todas as aldeias têm delimitada uma Área de Reabilitação Urbana (ARU). Contudo, as Operações de Reabilitação Urbana (ORU) ainda não estão preparadas e os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes, de Atelier de Projeto IIC e de Seminário, são um contributo para o seu desenvolvimento.

Assim, também este equipamento laboratorial funcionará em rede, com a sua ação presente noutros pequenos equipamentos, integrados nas propostas para cada uma das aldeias, mas com um núcleo-sede permanente em Pombalinho. Para além das aldeias, defende-se que a ação do Laboratório do Património deve interagir com agências de desenvolvimento similares, como é exemplo a Agência para o Desenvolvimento de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, coordenada pela técnica Ivânia Monteiro, bem como, integrar a gestão das áreas protegidas de Sicó.

¹² O Plano Integrado de Intervenção da Rede de Aldeias de Calcário (2019) criado pela Associação Terras de Sicó, integra apenas 6 aldeias, uma de cada município parceiro desta associação de desenvolvimento: Ariques (Alvaiázere), Chanca (Penela), Casmilo (Condeixa-a-Nova), Granja (Ansião), Poios (Pombal) e Pombalinho (Soure). Porém, durante os trabalhos de Atelier de Projeto IIC e de Seminário, foi integrada a aldeia de Ribeirinho (Ansião). Trata-se de uma aldeia que reúne as mesmas características das restantes aldeias da RAC e esteve mesmo para fazer parte do grupo de aldeias da 1.ª fase da RAC, embora tenha sido preterida em função de Granja. A inclusão de Ribeirinho foi acompanhada pela Terras de Sicó e mereceu o seu acordo.



Figura 59 - Estado atual do edifício onde se instala a Sala da Comunidade.



Figura 60 - Fotomontagem da Sala da Comunidade.

O programa funcional do Laboratório reparte-se em várias componentes, desde logo, a pedagógica, que trabalhará em parceria com instituições de ensino superior e investigação, nomeadamente de Coimbra e Leiria, no sentido de aliar o conhecimento científico ao estudo do património, essencialmente à sua gestão, de forma a acrescentar e produzir conhecimento e valor(es). Mas, antes de mais, deve estar ao serviço da comunidade, procurando soluções adaptadas à realidade local, aproximando os técnicos locais e as pessoas, uma vez que, estas são os primeiros atores a atuar na salvaguarda do património. É por isso, crucial que as pessoas das aldeias sejam impelidas a participar nas decisões, já que o património é uma herança comum, que reforça o sentido de identidade e de comunidade. Para que isso aconteça, terá de existir comunicação entre os técnicos e os locais, com o objetivo de responder aos problemas e às necessidades que esta região acarreta, a fim de promover um desenvolvimento económico e social, sustentável e inclusivo.

A par com isto, surge a componente formativa/educativa, o ingrediente chave para este desenvolvimento, assente na partilha de valores, de saberes e de tradições com as gerações vindouras e com os visitantes, transmitindo-lhes os conhecimentos indispensáveis à salvaguarda e valorização dos bens culturais. Para isso é fundamental apostar em programas de cariz educacional ou formativo que possibilitem essa transmissão e que sensibilizem as próprias comunidades e o público para a importância de preservar esses valores patrimoniais.

Nesse sentido, propõe-se a criação do programa Escola Viva referido anteriormente, para permitir um contacto *in loco* com os patrimónios locais, e a Sala da Comunidade, um espaço multifacetado que oferece a Pombalinho um espaço de convívio, indispensável para o intercâmbio de conhecimentos e experiências, tanto com os mais jovens, como com os visitantes, mas que também poderá funcionar como um espaço de exposições temporárias e/ou de realização de eventos temáticos sazonais. Esta Sala localiza-se no pátio do topo nascente das instalações do Laboratório do Património, e também advém da reabilitação de um edifício devoluto, resultando num espaço amplo iluminado por um pequeno pátio delimitado pela pré-existência de uma ruína, e por iluminação zenital, de forma a não sobrecarregar, nem desfigurar, as fachadas existentes. Possui mobiliário fixo, um banco em pedra de calcário com almofada de carvalho-cerquinho, embutido na parede existente.



Figura 61 - Estado atual da antiga Casa Paroquial.



Figura 62 - Fotomontagem da Sala Didática - Laboratório do Património.

A Sala da Comunidade e o Laboratório do Património ligam-se através de um pátio lateral no topo nascente do edifício, que faz a transição entre a rua e o pátio tardoz, a norte, com um revestimento em microcubo de calcário, que reforça o seu carácter transitório, mas que ao acompanhar o mesmo pavimento utilizado pelo passeio, lhe conferem a qualidade de espaço público, possível de acesso a qualquer indivíduo. Além disso, permite reforçar a Marca de Aldeia de Calcário.

Acerca da organização funcional do Laboratório do Património este é constituído por dois programas, que se interrelacionam entre si, mas com funções autónomas: do lado nascente a zona dedicada à parte operacional do Laboratório, intencionalmente de carácter mais público; no lado poente, uma residência resultante da reabilitação de um edifício de habitação em completa ruína e que terá sido um acrescento à casa “mãe”, um estúdio para investigadores que podem ficar alojados por curtos ou longos períodos de tempo, adotando um carácter mais doméstico e privado.

O programa funcional do Laboratório resolve-se nos dois pisos. No piso térreo, opera um gabinete técnico, com um técnico permanente, responsável pela gestão do Laboratório em si, seguido de uma sala de reuniões, uma zona de copa e duas casas de banho, reaproveitando o espaço ocupado pelas escadas de pedra laterais, incorpora-se uma área de arrumos. O posicionamento dos acessos verticais assume a mesma organização vernacular, com a escada exterior em pedra, encostada à fachada, e no interior uma escada de madeira, atendendo às necessidades de acessibilidade condicionada de alguns utilizadores, foi incorporado uma plataforma elevatória encerrada num compartimento de madeira, que serve tanto o Laboratório, como o estúdio dos investigadores, tornando assim esta arquitetura inclusiva, própria a qualquer utilizador.

Para resolver o problema do pé-direito inferior, adequando-o às exigências impostas pela lei, foi adotada uma estratégia, que consistiu em refundar o piso inferior cerca de 40cm, para assim obter altura suficiente para a utilização desse espaço. Para resolver o acesso, introduziu-se uma rampa que faz a transição da cota da rua para a cota do pavimento do piso. Esta solução permitiu que a altura do teto se mantivesse igual à existente, contribuindo para uma não desfiguração da fachada e da espacialidade do edifício.



Figura 63 - Estado atual do edifício onde se instalou o estúdio.



Figura 64 - Fotomontagem do piso térreo do estúdio.

Subindo ao piso superior, acede-se à área didática (fig.62), um espaço que se pretende multifuncional, onde se podem realizar palestras, formações ou até acolher visitas de grupos. É, portanto, um espaço que se caracteriza pela sua flexibilidade, possibilitada pela introdução de painéis de madeira amovíveis, que permitem compartimentar o espaço consoante as necessidades funcionais.

Esta sala tira partido da verticalidade do edifício, assumindo a estrutura de madeira que suporta a cobertura, permitindo um pé-direito maior. A cobertura teve de ser refeita, dada as suas fragilidades provocadas pela passagem do tempo, contudo foi refeita segundo os princípios da arquitetura vernácula, numa estrutura composta por asnas, de forma a reforçar o peso da telha marselha, encontrou-se assim uma solução que respeita o valor vernácula desse edifício, mas que se consegue adequar à contemporaneidade.

Uma das ações cruciais neste piso foi a demolição do acrescento com paredes em tijolo burro, referido antes, o que clarifica a leitura geral do conjunto edificado original, potenciando novas relações com o exterior e facilita a acessibilidade ao pátio tardoz e permite uma maior ventilação e iluminação. Também a demolição do anexo existente no pátio tardoz, que não justificava a sua recuperação, dado o estado de degradação avançado, permitiu intensificar as relações com a paisagem serrana.

A criação do estúdio para os investigadores, visa proporcionar a interface com a Academia e intensificar o contacto com as pessoas e com os valores do território, o seu questionamento, a sua problematização, e criar abordagens práticas ou, pelo menos, que não sejam dominadas pela contemplação passiva.

O edifício que abriga este programa está em ruína, mas é possível perceber que teria tido dois pisos, dada a existência de entregas de vigas e a marcação da escada, e uma cobertura de duas águas (fig.63).

O estúdio organiza-se em dois pisos. O inferior é dedicado à parte social da habitação, com vestíbulo de entrada delimitado por um armário, evitando perdas excessivas de calor. Segue-se a sala de estar, com pé-direito duplo, proporcionado pela mezzanine, que se abre para a cozinha e, posteriormente, para o pátio do lado norte do edifício (fig.64).



Figura 65 - Fotomontagem do piso superior do estúdio.



Figura 66 - Troço de parede existente em alvenaria de calcário e reboco.

Acede-se ao piso superior por uma escada com estrutura e degraus em madeira de carvalho, situada onde se localizaria a escada primitiva, ou por uma plataforma elevatória, quando as necessidades assim o exigem, e que permite igualmente o acesso direto à parte operacional do Laboratório.

O piso superior destina-se à parte mais privada do estúdio, com um mezanino onde se organiza o quarto e o escritório (fig.65), de onde se pode aceder a um pequeno terraço que ilumina este piso e permite a sua ventilação natural. A iluminação zenital é também aplicada, essencialmente, nos espaços interiores e/ou menos iluminados de que são exemplo as casas de banho.

Tal como no Laboratório, também aqui o telhado é construído com a estrutura de madeira deixada à vista, proporcionando uma maior verticalidade da sala de estar e, ao mesmo tempo, um pé-direito satisfatório no andar superior.

Em todo o conjunto, as opções de materiais de construção e dos sistemas construtivos adotados respeitam os ensinamentos da arquitetura vernácula, contudo é necessário também solucionar as questões de térmica e de impermeabilização, adaptando este edifício às exigências contemporâneas.

O levantamento realizado durante a investigação desta dissertação, permitiu perceber que, apesar do estado avançado de degradação do edifício, as paredes portantes apresentam um estado aceitável, ainda que com alguns sinais de infiltrações, provocadas essencialmente pelas deficiências da cobertura. Não haverá, portanto, necessidade de reforços a nível estrutural, à exceção das fundações, que ao refundar o piso inferior para obter um maior pé-direito, as fragilizou. Como solução, é feito um reforço com a criação de uma laje de ensoleiramento geral.

Ao nível das fachadas, aliada à preocupação de conservar os elementos originais que as compõem, tais como as molduras de calcário das janelas e das portas, adotou-se uma solução de reboco térmico, acústico e impermeabilizante do tipo “Diasen-Diathonite Evolution”. Este é um reboco natural e ecológico, feito a partir de cal hidráulica, cortiça, argila, entre outros componentes, que possibilitam que atue como isolante térmico, acústico e impermeabilizante. Cria, assim, um invólucro exterior que cobre o edifício e evita grandes pontes térmicas. Esta foi a solução utilizada em todo o edifício do Laboratório, incluindo a Sala da Comunidade e o estúdio.



Figura 67 - Molduras da janela em calcário.



Figura 68 - Caixilhos em madeira existentes

A estrutura do telhado foi totalmente refeita devido ao estado avançado de degradação e desgaste dos seus componentes, seguindo soluções comuns à arquitetura vernácula, através da aplicação de uma estrutura em asnas de madeira, deixada à vista, que suporta a cobertura em telha marselha com um beirado à portuguesa, semelhante ao original, e com um sistema de caleira pelo interior. Ao nível dos pavimentos, foi utilizada uma solução de soalho de madeira, assente num vigamento de madeira nos pisos intermédios e numa solução de betonilha no contacto com a laje de fundação. No contacto da fachada com o solo insere-se um sistema de dreno e de tela filtrante, de forma a impedir a entrada de infiltrações, que possam danificar a estrutura.

Devido ao estado elevado de deterioração dos caixilhos, foi indispensável a sua substituição por novos caixilhos, também eles em madeira, com uma configuração oscilo-batente, permitindo uma correta ventilação do espaço. Além disso, possibilitou uma uniformização da fachada, que com as alterações sucessivas que decorreram no edifício, foi necessária a introdução de caixilhos desiguais, que em nada se assemelhavam aos originais, obtendo uma fachada desarmónica.

Em suma, este projeto centrou-se na valorização e reconstrução dos recursos patrimoniais e nas potencialidades do lote da antiga Casa Paroquial, constituindo-se como uma das primeiras ações em prol da estratégia descrita ao longo da dissertação.



Figura 69 - Pormenor da porta existente.

Considerações Finais

“Haviam oferecido ao Chefe (novamente) um mapa do país – já era para aí o quinto ou o sexto. Os anteriores ele perdera-os, ou apontara por cima palavras-chave para os seus discursos, ou assoara-se a eles ou colocava-os debaixo de uma garrafa de vinho para não sujar a mesa, enfim: o Chefe distraía-se. Tinha, no entanto, certos cuidados. Por exemplo: limpava todas as humidades e nódoas líquidas [...] apenas com a parte do mapa que representava o interior do país – a zona mais seca.” (Domingues, 2011: 56)

Esta dissertação defende uma estratégia de desenvolvimento assente na valorização dos recursos e potencialidades da região de Sicó, um território inserido no interior-rural de Portugal, com uma necessidade premente de dinamização e capacitação. Como se sabe, os meios rurais são, terras vítimas de esquecimento e, por isso, com um fraco dinamismo, consequência direta do elevado envelhecimento da população nestes lugares.

Apesar disso, são lugares de grande interesse e importância cultural, cada vez mais apreciados pela sua relação com a natureza, por proporcionarem relações sociais mais estreitas e, pela qualidade ambiental, entre muitas outras razões. São, portanto, lugares de descompressão, ao nível físico e emocional, cada vez mais procurados pelas populações urbanas.

Sicó, que se insere neste quadro, constitui um território singular, pelas suas particularidades naturais, paisagísticas, culturais e arquitetónicas, capazes de criar sinergias que garantam um desenvolvimento integrado e sustentável, e construir forças motrizes para um despoletar dos sentimentos de pertença e de identidade.

Para que tal aconteça, são imprescindíveis uma visão holística do conceito de património e um questionamento das abordagens *top-down* clássicas, incitando abordagens *bottom-up* pensadas com e para as comunidades, uma vez que, são as pessoas os primeiros intervenientes, com ações diretas nos bens patrimonializados.

Para além disso, o valor cultural de um sítio, deve-se a múltiplos significados e às dinâmicas, experiências e relações que se criam com o lugar, e não apenas ao objeto de valor patrimonial de forma isolada.

É de extrema importância adotar novas políticas públicas territoriais estabelecidas em função das novas linhas de atuação sobre o património. Por conseguinte, este equipamento, o Laboratório do Património, demonstra como se pode fazer essa mudança valorizando os recursos patrimoniais locais e assim criar, âncoras para um desenvolvimento holístico e reforçar a coesão social, neste caso em específico, em Sicó.

Atendendo que é essencial o contacto direto com os locais, já que o incentivo à sua participação é um fator-chave nestas estratégias, os residentes devem ser os primeiros beneficiados, através da melhoria das suas condições de vida, mas igualmente através de ações de sensibilização e formação para a valorização dos saberes e bens culturais, que são parte integrante da história passada, presente, e também futura da comunidade.

Este Laboratório permite um trabalho em rede, em cooperação com as várias aldeias da RAC, podendo igualmente expandir-se para outros territórios e/ou entidades públicas e privadas, concebendo assim um sistema sinérgico apto a um desenvolvimento integrado. A primeira ação defendida para o Laboratório do Património, em prol da estratégia, é precisamente a reabilitação do edifício no qual se deve estabelecer.

É um edifício num estado avançado de degradação, com uma necessidade urgente de intervenção. Considerando os valores associados ao património vernáculo de Sicó, considera-se que a reabilitação do edifício constitui uma oportunidade para criar um exemplo de boas práticas e por isso se propõem soluções arquitetónicas que se aproximam dos ensinamentos da arquitetura vernácula. Não necessariamente as reproduzindo, mas reinventando-as de forma a dignificar a continuidade do seu valor patrimonial e criando respostas às necessidades do programa funcional do Laboratório.

Da mesma forma, as ruínas do Paço dos Almadás foram reinventadas e integradas no contexto de Pombalinho, tanto do ponto de vista do espaço físico, como do espaço social e cultural. Com a intervenção proposta, as ruínas tornaram-se num espaço público, convidando ao encontro e à partilha de experiências.

A definição de um centro de identidade para Pombalinho, permite criar novas dinâmicas, reforçar a sua atratividade e urbanidade, contribuindo fortemente para a melhoria das condições de vida dos habitantes e, ainda possibilita a fixação de novos.

Por fim, importa refletir acerca do papel enquanto arquitetos, numa época em que as questões das assimetrias em termos de desenvolvimento e urbanidade, estão em cima da mesa. É urgente que os arquitetos se assumam como operadores de um planeamento territorial holístico e integrado, apoiado nos valores de cada lugar, nos elementos que os tornam únicos, como o património cultural e os recursos endógenos, instrumentos decisivos de desenvolvimento territorial.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. (2016). “O uso do património como estratégia de atração e combate ao despovoamento.” Em *Congresso Ibero-Americano Património, Suas Matérias e Imatérias* Lisboa: LNEC. <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/o-uso-do-patrimonio-como-estrategia-de-atracao-e-combate-ao-despovoamento/58820>

BANDARIN, Francesco. (2019). “Reshaping Urban Conservation.” Em *Reshaping Urban Conservation The Historic Urban Landscape Approach in Action*, 3-20. Singapore: Springer Nature. <https://link.springer.com/book/10.1007%2F978-981-10-8887-2>

CAEIRO, Joaquim Croca. (2005). “Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós-guerra.” *Intervenção Social*, 31: 193-219. <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/viewFile/1386/1492>

CALADO, Tiago. ANSELMO, Daniela. ROCHA, Leonor. COSTAS, Olalla López. SILVA, Fernando. MONTEIRO, António. BRANCO, Gertrudes. (2019) “ O conjunto osteológico da Anta da Casa da Moura (Soure, Portugal)”. Em *Scientia Antiquitatis*. Nº2, 111-126. <http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/article/view/252/234>

CARVALHO, Paulo. (2012). *Património, Turismo e Lazer: Temáticas e Percursos de Investigação*. EUMED, Universidade de Málaga, Espanha. <https://www.eumed.net/libros-gratis/2012b/1205/index.htm>

CARVALHO, Pedro C. (2014). “O papel do património histórico e cultural nas políticas locais de educação e no desenvolvimento regional sustentável: algumas considerações sobre o caso do património arqueológico.” *Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*, 99–109. Coimbra: DG-FLUC. <http://hdl.handle.net/10316/46202>

CHOAY, Françoise. (1992). *L'Allégorie du Patrimoine*. 2ª Edição. Edições 70.

CHOAY, Françoise. (2009). *Le Patrimoine en questions. Anthologie pour un combat*. 2ª Edição. Edições 70.

Comité dos Ministros do Concelho da Europa. (1975) *Carta europeia do património arquitectónico*. Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu. Amesterdão: 21 a 25 de Outubro.

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaeuropeiapatrimonioarquitectonico1975.pdf>

CONCEIÇÃO, Augusto dos Santos. (1942) *Soure: A terra abençoada da Pátria*. 1ª Edição. Coimbra: Gráfica de Coimbra

Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos. (1931) *Carta de Atenas*. Serviço Internacional de Museus. Atenas: 21 a 30 de Outubro.

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

CORTÉS, Martha Oneida Pérez. (2014) “La oficina del historiador de la Ciudad de la Habana: incidência en la atención integral de las personas de la tercera edad y la ampliación de la cobertura de las políticas públicas.”. Em *Hitos Demográficos del Siglo XXI: Envejecimiento*, Tomo I, 123-136. 2ª Edição. México: Universidad Autónoma del Estado de México.

http://biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/cieap-uaem/20170424030314/pdf_490.pdf

CUNHA, Lúcio. (2003). “Maciço de Sicó. Valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local”. Em Caetano, Lucília (coord.) *Territórios, do global ao local e trajetórias de desenvolvimento*. CEGC, Coimbra, pp. 185-198

DOMINGUES, Álvaro. (2011) *Vida no Campo*. 1ª Edição. Porto: Dafne Editora.

FERRÃO, João. (2000). “Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro.” *Sociologia, problemas e práticas* nº33 (setembro): 45–54. <https://doi.org/10.4067/s0250-71612000007800006>

GONÇALVES, Adelino. (2011). “Património urban(ístic)o e planeamento da salvaguarda: Os seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (Re)habilitar a patrimonialização da cidade na sua (Re)feitura.”. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade de Coimbra. https://www.academia.edu/3650128/Patrim%C3%B3nio_Urban_%C3%ADstic_o_e_Planeamento_da_Salvaguarda

GONÇALVES, Adelino. (2018). Património Urban(Ístic)o e Desenvolvimento: Uma Década de Estudos Sobre a Dimensão Urbana Do Património. 1ª Edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/https://doi.org/10.14195/978-989-26-1457-1>

GONÇALVES, Adelino. CALMEIRO, Margarida Relvão. PÓVOAS, Rui Fernandes. e FERREIRA, Teresa Cunha. (2020). “1º Encontro de Investigação. «Salvaguarda Em Desenvolvimento»”. *Cescontexto*, nº26 (junho). <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/index.php?id=30035>

GONÇALVES, Catarina. CARVALHO, José Lobo de. TAVARES, José. (2020). Património Cultural em Portugal: Avaliação do valor económico e social. Lisboa: Fundação Millenium BCP. https://22c0cbe3-2c40-4b47-97e4-c4191e9fb975.filesusr.com/ugd/3f5444_b1b722d79e3e484dbf170c67f96ffb09.pdf

GONZÁLES, Pedro Monreal. (2007) “La Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana: Apuntes sobre un caso de escalamento institucional”. Em *Innovación y construcción institucional: Latinoamérica y el Este de Asia*, 19-40. 1ª Edição. Buenos Aires: Icaria Editorial - Ediciones CRIES. <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2010/09/Innovacion-y-construccion-institucional.pdf>

ICOMOS. (1964) *Carta de Veneza, Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*. II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos.

<http://www.icomos.org/charters/Venice%20Charter%20-%20Portuguese.DOC>

ICOMOS. (1999). *Carta Internacional sobre o turismo cultural*. Cidade do México. https://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf

ICOMOS. (2013). *The Burra Charter*. Austrália <https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>

LOPES, Flávio, e CORREIA, Miguel Brito. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. 1ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte.

LOPES, Flávio, e CORREIA, Miguel Brito. (2014). *Património Cultural - Critérios e Normas Internacionais de Protecção*. 1ª Edição. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

LÔPO, Margarida Souza. (1995). *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*. Porto: DGOTDU, FAUP.

MACEDO, Marta. (2012). *Projetar e Construir a Nação. Engenheiros. Ciência e Território em Portugal no século XIX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

MARAÑA, Maider. ROLDÁN, Ximo Revert. (2020). "Patrimonio Cultural y Desarrollo: una mirada a la Agenda 2030 y el rol del patrimonio.". *Periférico Internacional. Revista para El análisis de la cultura y el territorio*, 21(diezembro):180-195. <https://doi.org/10.25267/Periferica.2020.i21.15>

Ministério do Interior e das Obras Públicas. (1965). "Decreto-Lei nº 46673 de 29 de Novembro". Diário do Governo nº271/1965, Série I: 1560-1562.
<https://dre.pt/pesquisa/-/search/507825/details/maximized>

MONTEIRO, António J. Nunes. (1996). "Dordias (Pombalinho – Soure): Uma estação romana no território da Ladeia." *Revista Portuguesa de História*, Vol.1: 78-98
DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4147_31-1_3

NORAS, José Miguel Correia. (2011). "Contributos dos Municípios para a salvaguarda do património." Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5757/1/ulsd062219_td_Jose_Noras.pdf

PEIXOTO, Paulo (2002), "Os meios rurais e a descoberta do património". *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, nº 175 (julho).
<https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/175.pdf>

PETERS, Renata F. DEN BOER, Iris L. JOHNSON, Jessica S. e PANCALDO, Susanna. (2020). *Heritage Conservation and Social Engagement*. 1ª Edição. Londres: UCL Press. <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10115572>

RAMOS, Rui Jorge Garcia. (2014) "Casa Portuguesa". Em *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume 1: A-E. Assembleia da República.
<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/62530/2/46267.pdf>

RAMOS, Rui J. G. PEREIRA, Virgílio Borges. MOREIRA, Marta Rocha. SILVA, Sérgio Dias. (2019). *Contexto Programa Projeto: Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação*. 1ª Edição. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura.
<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/135058/2/484660.pdf>

REIS, Paula. (2012). "Desenvolvimento Local Em Áreas Rurais de Baixa Densidade : Uma Proposta de Intervenção Para as Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva.". Em *Revista Turismo & Desenvolvimento. IPP -C3i - Comunicações em Congressos*. 177-193. <http://hdl.handle.net/10400.26/4073>

RIBEIRO, Fernando Vítor Félix. (2017). "Práticas de reabilitação em áreas rurais. Contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de aldeias em Portugal." Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/14113>

RIEGL, Alöis. (1903). O culto Moderno dos Monumentos e outros ensaios estéticos. Lisboa: Edições 70.

ROCHA, Leonor. BRANCO, Gertrudes. MONTEIRO, António e SILVA, Fernando. (2018) "Estudo do espólio arqueológico da Anta da casa da Moura (Soure, Portugal)" Em *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, Vida e Morte na Fachada Atlântica Peninsular*, 263-277. Nelas: Fundação Lapa do Lobo. <https://fundacaolapadolobo.pt/gibraltar>

ROSSA, Walter. (2002). "História do Urbanismo e Identidade. A Arte do Inconsciente da Comunidade" Em *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, 13-24. Coimbra: Almedina. <http://hdl.handle.net/10316/14381>

ROSSA, Walter. (2015).- "Urbanismo ou o discurso da cidade". Em Rossa, Walter e Ribeiro, Margarida Calafate (Org.). *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar*. 477-519 Coimbra: Almedina. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1041-2>

ROTONDO, Francesco. SELICATO, Francesco. MARIN, Vera. GALDEANO, Josefina López. (2016). *Cultural Territorial Systems: Landscape and Cultural Heritage as a Key to Sustainable and Local Development in Eastern Europe*. Suíça: Springer International Publishing. DOI: 10.1007/978-3-319-20753-7

SEMPERE, Alfons Martinell. (2020). "Cultura y desarrollo sostenible; un estado de la cuestión". *Periférico Internacional. Revista para El análisis de la cultura y el territorio*, 21(dezembro):128-135. <http://hdl.handle.net/10498/24411>

SILVA, Carlos. (2011). "Sicó a dimensão cultural das paisagens - Um Estudo de Turismo Nas Suas Vertentes Cultural e Natureza ". *Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra*. <http://hdl.handle.net/10316/18466>

SILVA, Fernando. MONTEIRO, António, BRANCO, Gertrudes e ROCHA, Leonor (2017) *Anta da Casa da Moura: um monumento megalítico no Maciço calcário de Sicó*. Em *Arqueologia em Portugal*, 519-529. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/21641>

SMITH, Laurajane. (2006). *Uses of Heritage*. 1ª Edição. New York: Routledge in Taylor & Francis Group. <https://doi.org/10.4324/9780203602263>.

SMITH, Laurajane. (2007). "Empty Gestures? Heritage and the Politics of Recognition". Em SILVERMAN, Helaine e RUGGLES, Fairchild. *Cultural Heritage and Human Rights*. 159-171. New York: Springer. https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-387-71313-7_9

UNESCO. (1972) *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris: 17 de outubro a 21 de novembro. <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

UNESCO. (2011) Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana. Paris: 10 de novembro.

https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf

VAZ, Pedro. (2019). Edificar no património: Pessoas e Paradigmas na Conservação e Restauro. 1ª Edição. Lisboa: Edições 70.

Índice de Imagens

1. GONÇALVES, Adelino. (2020). Flyer do Colóquio “De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?”.
2. Colóquio realizado no dia 24 de setembro de 2020, no Centro de Negócios de Ansião.
3. Apresentação na Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021.
4. GONÇALVES, Adelino. (2020). Visita às aldeias.
5. *Ibidem.*
6. GOUVEIA, Inês. (2019). Aldeia de Marialva.
7. GOUVEIA, Inês. (2021). Aldeia de Candal.
8. GONÇALVES, Adelino. (2020). Visita às aldeias.
9. Disponível em:
https://aldeiasdoxisto.pt/sites/default/files/styles/gallery_large/public/galleries/5706-DSC_8431.jpg?itok=tylC-p4W
10. Alunos do seminário “De volta ao rural ou como reforçar a coesão territorial”. (2020). Visita às aldeias.
11. GOUVEIA, Inês. (2021). Esquema do território de Sicó.
12. Disponível em:
<https://www.viajarentreviagens.pt/portugal/vale-das-buracas-um-segredo-escondido-no-macico-de-sico/>
13. Disponível em:
<https://www.vortexmag.net/buracas-do-casmilo-um-segredo-escondido-no-macico-d-sico/>
14. Disponível em:
<https://lifecooler.com/artigo/atividades/gruta-do-soprador-do-carvalho/441100/>
15. GOUVEIA, Inês. (2020). Exurgência Olhos d'Água do Anços.
16. Disponível em:
<https://letslearngeology.files.wordpress.com/2012/09/dolina-sra-estrela-sico.jpg>
17. Disponível em:
<https://www.wilder.pt/wp-content/uploads/2018/05/12.jpg>

18. Disponível em:
http://www.terrasdesico.pt/pic/natureza/carvalho-portugues_58aef3ff00ef2.J
19. Disponível em:
https://www.wildlifeportugal.pt/wpcontent/uploads/sites/1/nggallery/serrasico/Paeonia-broteroi_MG_4886.jpg
20. Disponível em:
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-da-villa-romana-do-rabacal/>
21. Disponível em:
https://www.pombaljornal.pt/wpcontent/uploads/2018/09/santiago_guarda.jpg
22. Disponível em:
https://www.guiadacidade.pt/static/co/upload_img/2000/1073/thumb_800_1363790243.jpg
23. Disponível em:
<https://ncultura.pt/wp-content/uploads/2019/03/C%C3%A2mara-Municipal-de-Condeixa-e1554025993943.jpg>
24. Disponível em:
<http://cm-penela.pt/uploads/1304c8434f347f879ffe18e5580c434e.jpg>
25. Disponível em:
<http://cm-penela.pt/uploads/8ebca7ce7d1ba1bac4a8d10e71e956d7.jpg>
26. Disponível em:
https://www.burgdame.de/wpcontent/uploads/2014/04/Castel_Soure2.jpg
27. Disponível em: jornalterrasdesico.pt
28. Disponível em: jornalterrasdesico.pt
29. Disponível em:
<https://www.pombaljornal.pt/wp-content/uploads/2019/05/queijo.jpg>
30. Disponível em:
<https://www.pombaljornal.pt/wp-content/uploads/2019/10/chicharo1.jpg>
31. Alunos do seminário “De volta ao rural ou como reforçar a coesão territorial”. (2020). Visita às aldeias.
32. GOUVEIA, Inês. (2021). Aldeia de Pombalinho.
33. VENTURA, Alexandra. (2021). Aldeia de Poios.

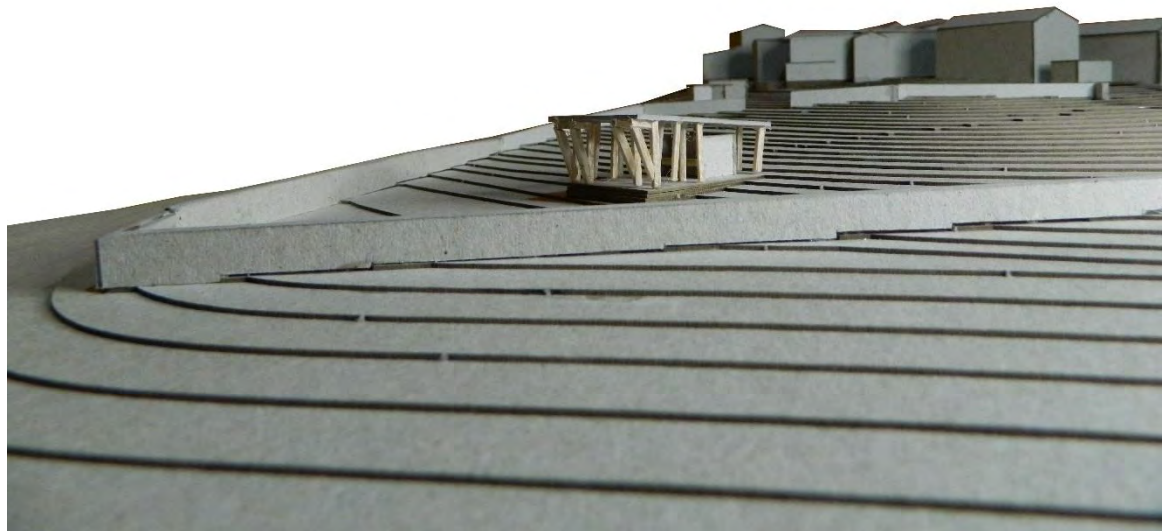
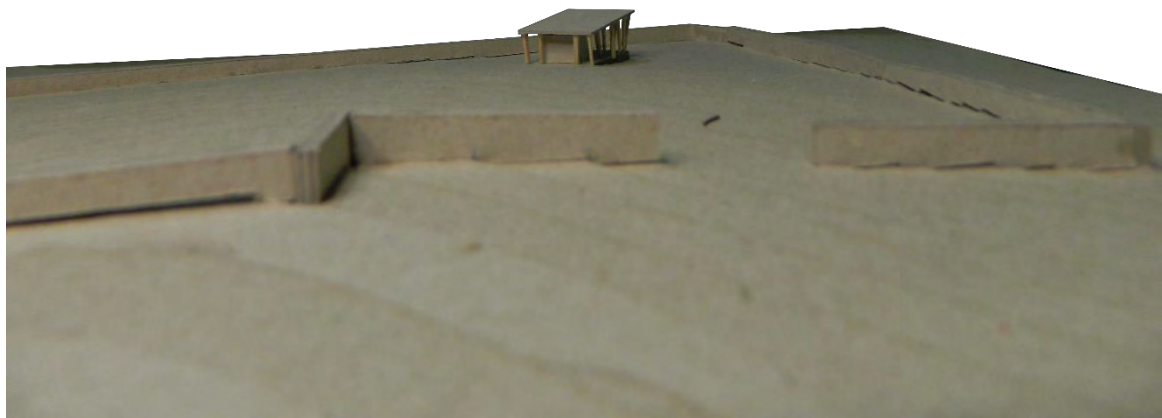
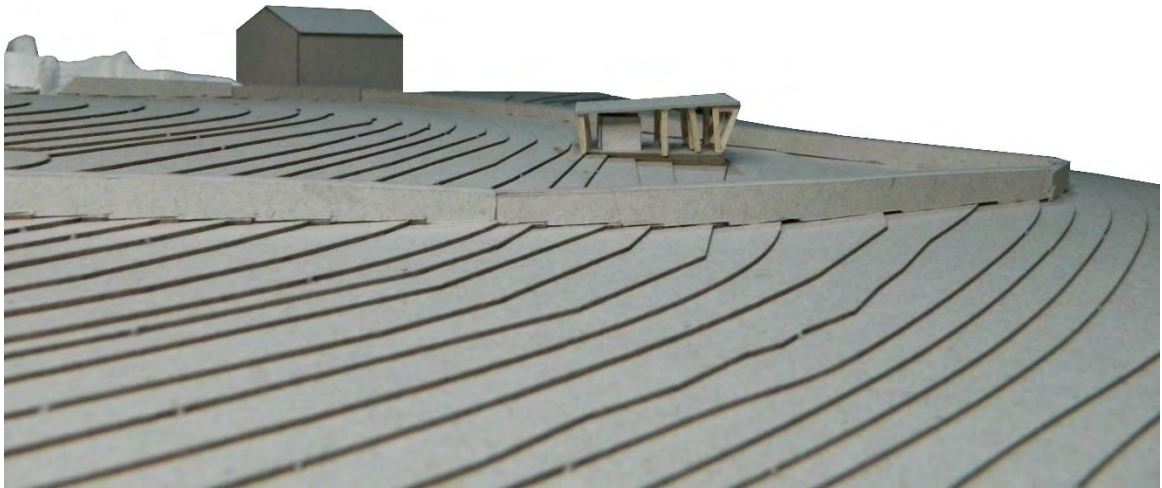
34. Alunos do seminário “De volta ao rural ou como reforçar a coesão territorial”. (2020). Visita às aldeias.
35. GOUVEIA, Inês. (2021). Antiga Casa Paroquial.
36. Alunos do seminário “De volta ao rural ou como reforçar a coesão territorial”. (2020). Visita às aldeias.
37. Disponível em:
https://www.evasoes.pt/files/2020/12/38869968_BINARY_GL30102020MARIAJO AOGALA044_resultado-1024x683.jpg
38. GOUVEIA, Inês. (2021). Aldeia de Pombalinho.
39. Disponível em:
<https://www.allaboutportugal.pt/imagethumb/1700x/resize/821631>
40. GOUVEIA, Inês. (2021). Aldeia de Pombalinho.
41. *Idem.*
42. *Idem.*
43. MONTEIRO, António J. Nunes. (1996). “Dordias (Pombalinho – Soure): Uma estação romana no território da Ladeia, 87.
44. SILVA, Fernando. MONTEIRO, António, BRANCO, Gertrudes e ROCHA, Leonor (2017). Anta da Casa da Moura: um monumento megalítico no Maciço calcário de Sicó. Em *Arqueologia em Portugal*, 527.
45. CALADO, Tiago. ANSELMO, Daniela. ROCHA, Leonor. COSTAS, Olalla López. SILVA, Fernando. MONTEIRO, António. BRANCO, Gertrudes. (2019) “O conjunto osteológico da Anta da Casa da Moura (Soure, Portugal), 113.
46. GOUVEIA, Inês. (2021). Aldeia de Pombalinho.
47. *Idem.*
48. *Idem.*
49. *Idem.*
50. ANDRÉ, Ana. GOUVEIA, Inês. CARDOSO, Renato. (2021). Fotomontagem do centro de identidade.
51. *Idem.*
52. GOUVEIA, Inês. (2021). Ruínas do Paço dos Almadas.
53. *Id.* Fotomontagens do programa Escola Viva.
54. *Id.* Ruínas do Paço dos Almadas.

55. *Id.* Alçado do Pavilhão da Comunidade.
56. *Id.* Corte construtivo do Pavilhão da Comunidade.
57. *Id.* Mapa das distâncias entre aldeias.
58. *Id.* Antiga casa paroquial.
59. *Id.* Fotomontagem da Sala da Comunidade.
60. *Id.* Antiga casa paroquial.
61. *Id.* Fotomontagem do Laboratório do Património.
62. *Id.* Antiga casa paroquial.
63. *Id.* Fotomontagem do Estúdio.
64. *Id.* Antiga casa paroquial.
65. *Id.* Fotomontagem do Estúdio.
66. *Id.* Antiga casa paroquial.
67. *Id.* Antiga casa paroquial.
68. *Id.* Antiga casa paroquial.
69. *Id.* Antiga casa paroquial.

Anexos

Maquete Final



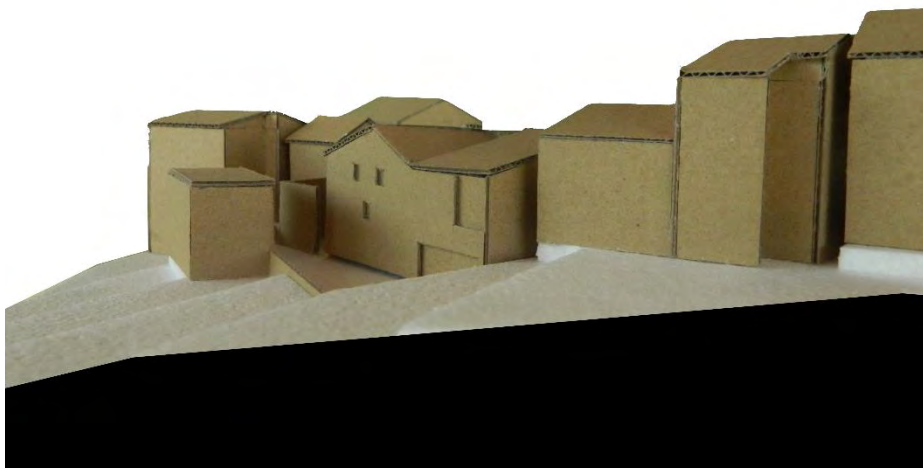
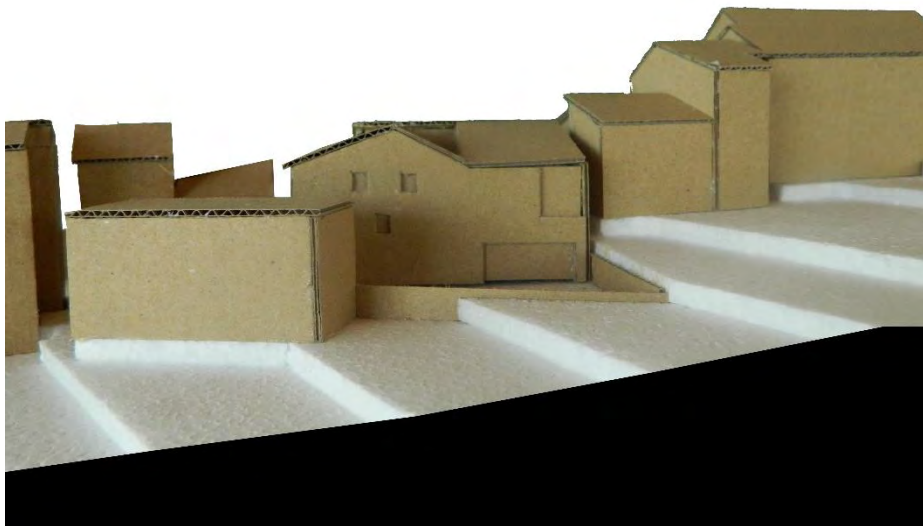


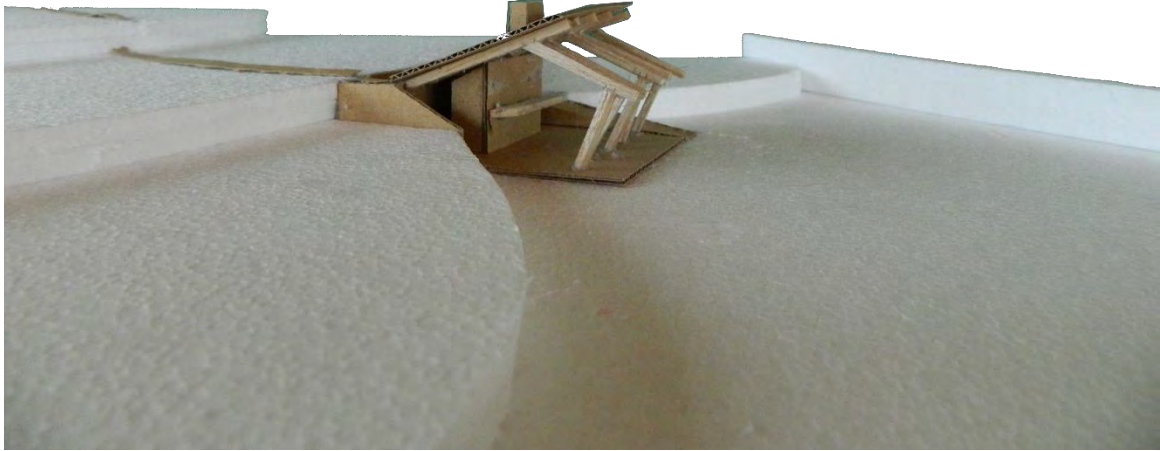






Maquetes de estudo





Sumário de desenhos

- F.01. Painel Síntese.
- F.02. Plano de Ação.
- F.03. Implantação do Laboratório do Património.
- F.04. Proposta do Laboratório do Património.
- F.05. Pavilhão da Comunidade.
- F.06. Análise do Existente – Piso térreo.
- F.07. Análise do Existente – Piso superior.
- F.08. Análise do Existente – Cobertura.
- F.09. Laboratório do Património – Piso térreo (esc.1.100).
- F.10. Laboratório do Património – Piso superior (esc.1.100).
- F.11. Laboratório do Património – Piso térreo (esc.1.50).
- F.12. Laboratório do Património – Piso superior (esc.1.50).
- F.13. Cortes Construtivos.
- F.14. Pormenor Construtivo e Axonometria.



Valores de Sicó



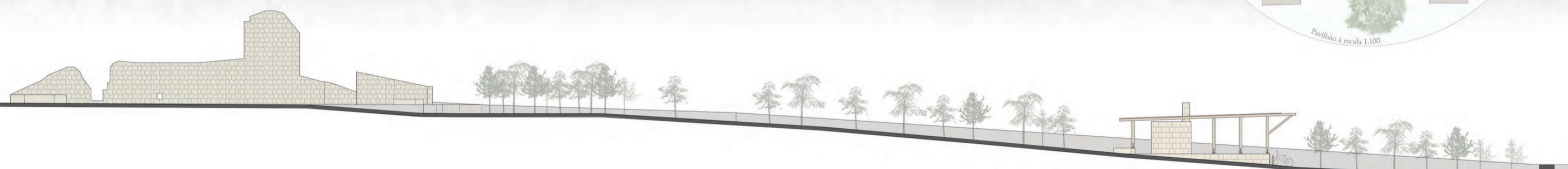
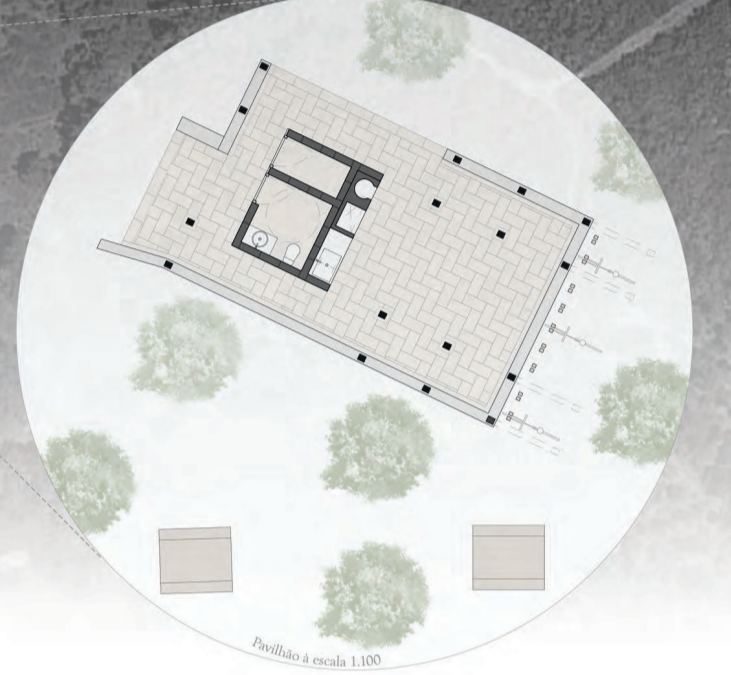
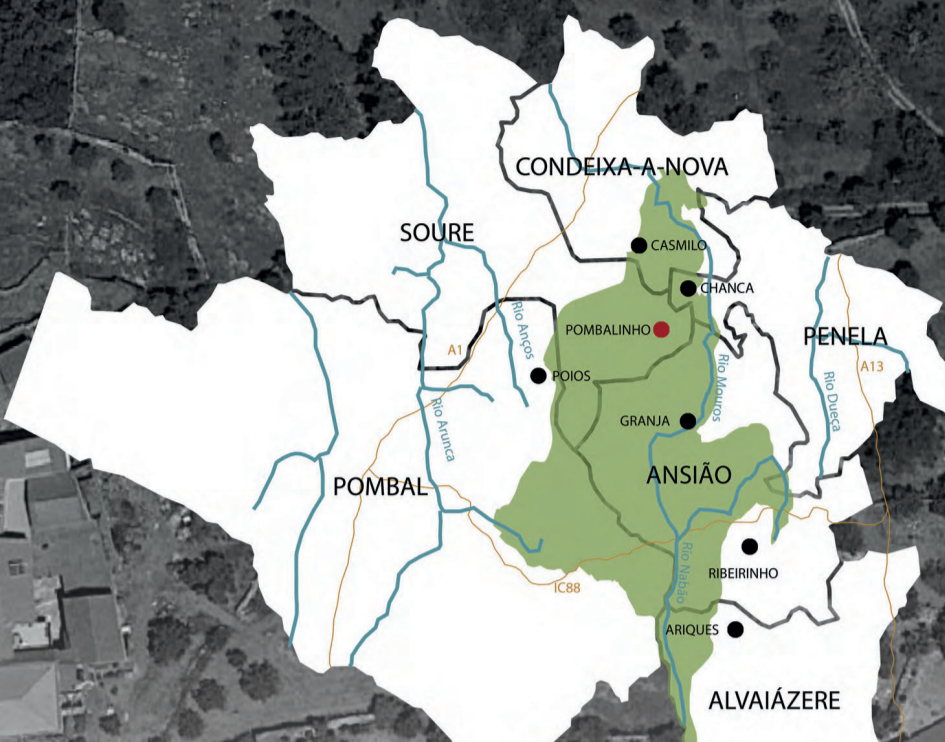
As terras de Sicó englobam seis municípios, localizados na Região Centro de Portugal, unidos pelo maciço de Sicó que há mais de 3 décadas desenvolvem projetos comuns. Um dos mais recentes é a Rede de Aldeias de Calcário (RAC) e aldeias, uma por cada município: Ariques (Alvaiázere), Casmilo (Condeixa-a-Nova), Chanca (Penela), Granja (Ansião), Poios (Pombal) e Pombalinho (Soure) e às quais se juntou Ribesirinho (Ansião) na presente estratégia de desenvolvimento.

Neste contexto do calcário-rural, estas aldeias foram escolhidas por caracterizarem estas terras com um vasto património cultural, arqueológico, geomorfológico e biológico. Todas estas características promovem uma identidade única de Sicó, capaz de potenciar a coesão territorial e social. Neste sentido, foi elaborado um Plano de Ação para cada uma das aldeias, em articulação com uma estratégia global para Sicó, delimitada em grupo.

POMBALINHO localiza-se no concelho de Soure e possui uma grande centralidade no território. Estrutura-se linearmente, ao longo de um eixo principal (cumeeira), denominado Rua Principal (M563), o que lhe proporciona um desenvolvimento contínuo e linear.

O Laboratório do Património é o culminar de uma estratégia de desenvolvimento elaborada no âmbito de uma estratégia global para Sicó, que aposta numa nova dimensão dos processos de patrimonialização, numa valorização diversificada e integrada, utilizando o património numa lógica de gestão e produção do mesmo, através da fomentação de um conhecimento para os locais e, não meramente numa vertente turística.

Destina-se à gestão, valorização, salvaguarda e divulgação dos recursos patrimoniais do território de Sicó, funcionando em rede, fragmentando-se em pequenos equipamentos, integrados noutras propostas, elaboradas para cada uma das aldeias da RAC, mas com um núcleo sede em permanente funcionamento em Pombalinho.

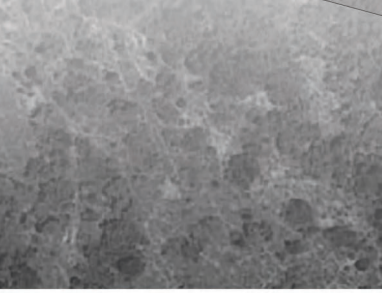


Sicó: Um Laboratório do Património

Alçado Longitudinal à escala 1:150



Piso do rés-do-chão do Laboratório do Património à escala 1:100





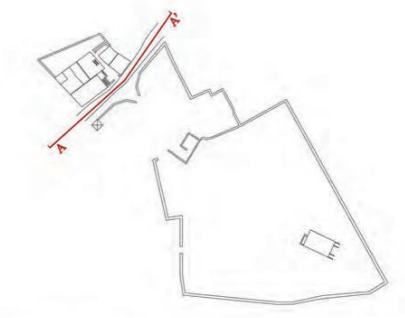
- Rota dos Muros de Pedra Seca
- Ruas
- Caminhos florestais
- Requalificação do edifício devoluto Antiga Casa Paroquial
- Requalificação do edifício devoluto
- Requalificação do edifício
- Focos principais
- Feira dos Produtos Endógenos
- Rota dos Muros de Pedra Seca
- Requalificação do edifício Antiga Junta de Freguesia

1. Intenções e Objetivos

- Este plano assenta numa série de objetivos e intenções que visa a capacitação e revitalização da aldeia de Pombalinho, através de ações de:
- 1.1. Requalificação do espaço público;
 - 1.2. Instalação de uma Feira de Produtos Endógenos da região de Sicó, localizada no largo em frente à Igreja Matriz;
 - 1.3. Criação de uma Rota dos Muros de Pedra Seca, com início aqui, em Pombalinho, mas com a intenção de se estender pelas aldeias da RAC;
 - 1.4. Reabilitação e (re)funcionalização do edificado existente que apresenta valor patrimonial e que se encontra devoluto e/ou mau estado de conservação;
 - 1.5. Valorizar o património da aldeia, através da criação de incentivos para os habitantes, de forma a alertá-los para a importância de preservar os valores que fazem parte da sua identidade individual e coletiva, enquanto comunidade, e que são parte integrante no desenvolvimento da aldeia.

2. Intervenções

- 2.1. Proposta de um equipamento dedicado à gestão, valorização, divulgação e salvaguarda dos valores de Sicó, capaz de colocar esse património ao serviço da comunidade. Com um funcionamento em rede através da inserção de pequenos núcleos, que se ativam quando necessário, e com um núcleo-sede em Pombalinho.
- 2.2. Proposta de um equipamento de apoio à população idosa inserida no meio rural, com acompanhamento médico, que através do contacto com a natureza e o meio envolvente, aborda uma série de atividades com carácter terapêutico.





Na perspectiva de potenciar o uso e vivência deste terreno das Ruínas do Paço dos Almadas, propõe-se a criação de um programa de indole pública, organizado em três zonas que se interligam, uma zona de estar, mais próxima da Rua Principal, uma zona intermédia com o programa da Escola Viva, e uma zona de lazer, onde se implanta o Pavilhão da Comunidade e um parque merendeiro. No programa da Escola Viva, os visitantes e os locais, são convidados a participar in loco com os valores e saberes locais, realizando atividades como: a reconstrução sistemática de um troço de muro de pedra seca e o tratamento das árvores autóctones da região.



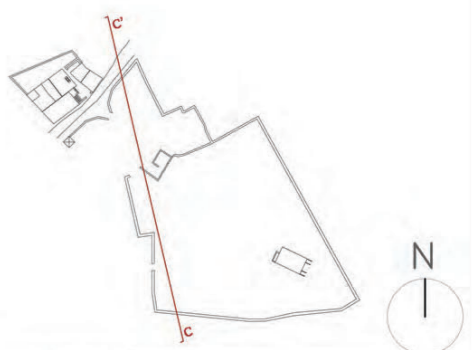
Desbastar e a amanhoar as árvores autóctones da região.



Fotomontagens da reconstrução de um muro de pedra seca.



Fotomontagens da reconstrução de um muro de pedra seca.



SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO

Um Laboratório, com sede em Pombalinho

Implantação

Laboratório do Património

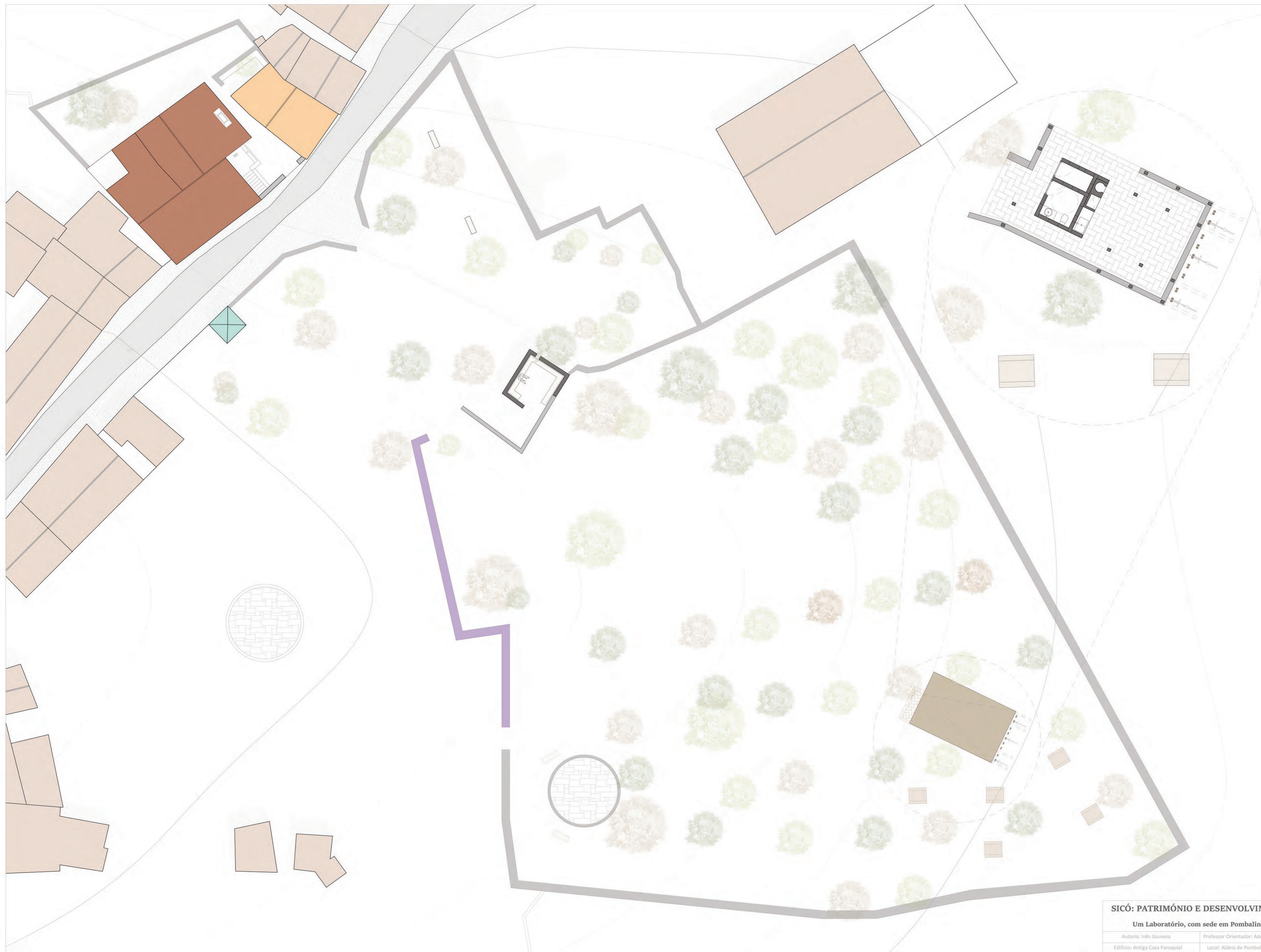
Autoria: Inês Gouveia

Professor Orientador: Adelino Gonçalves

Escala: 1.500 e 1.200

Edifício: Antiga Casa Paroquial

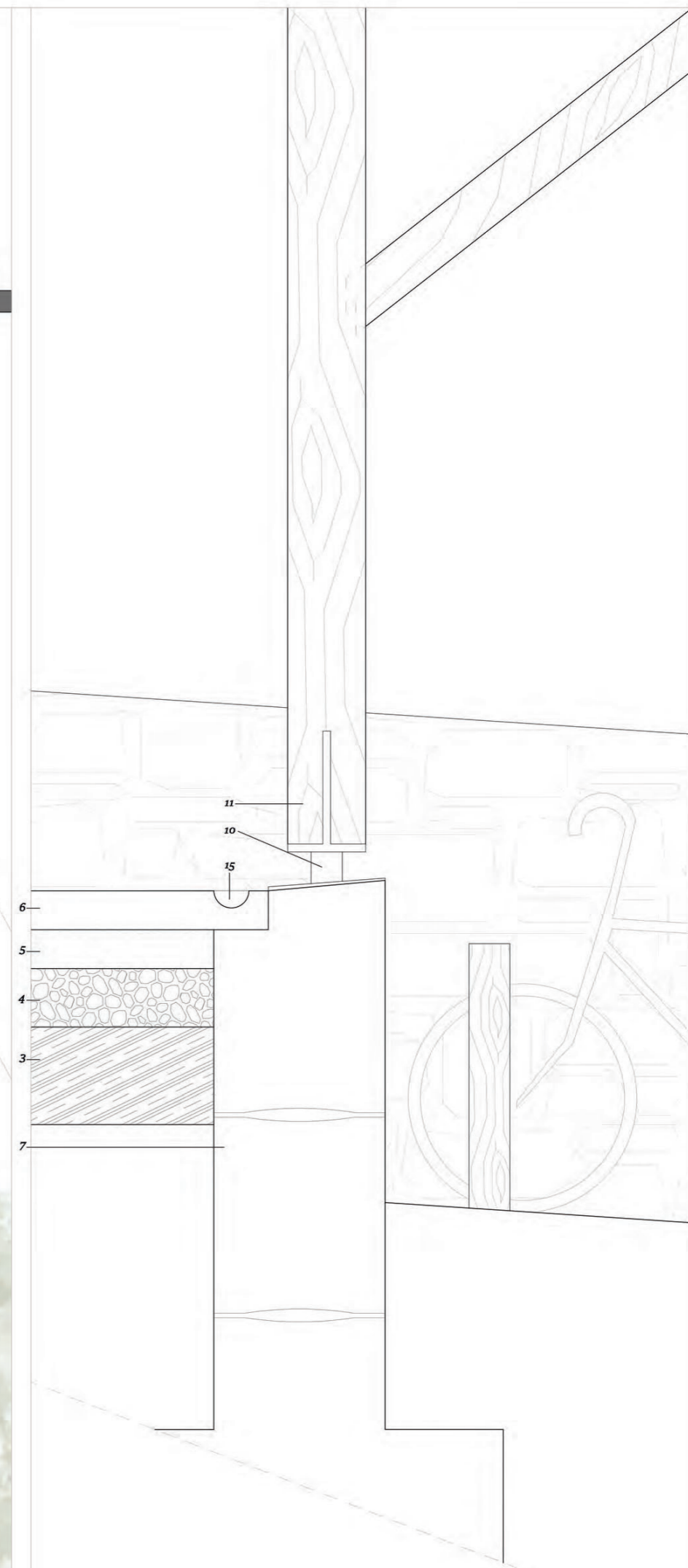
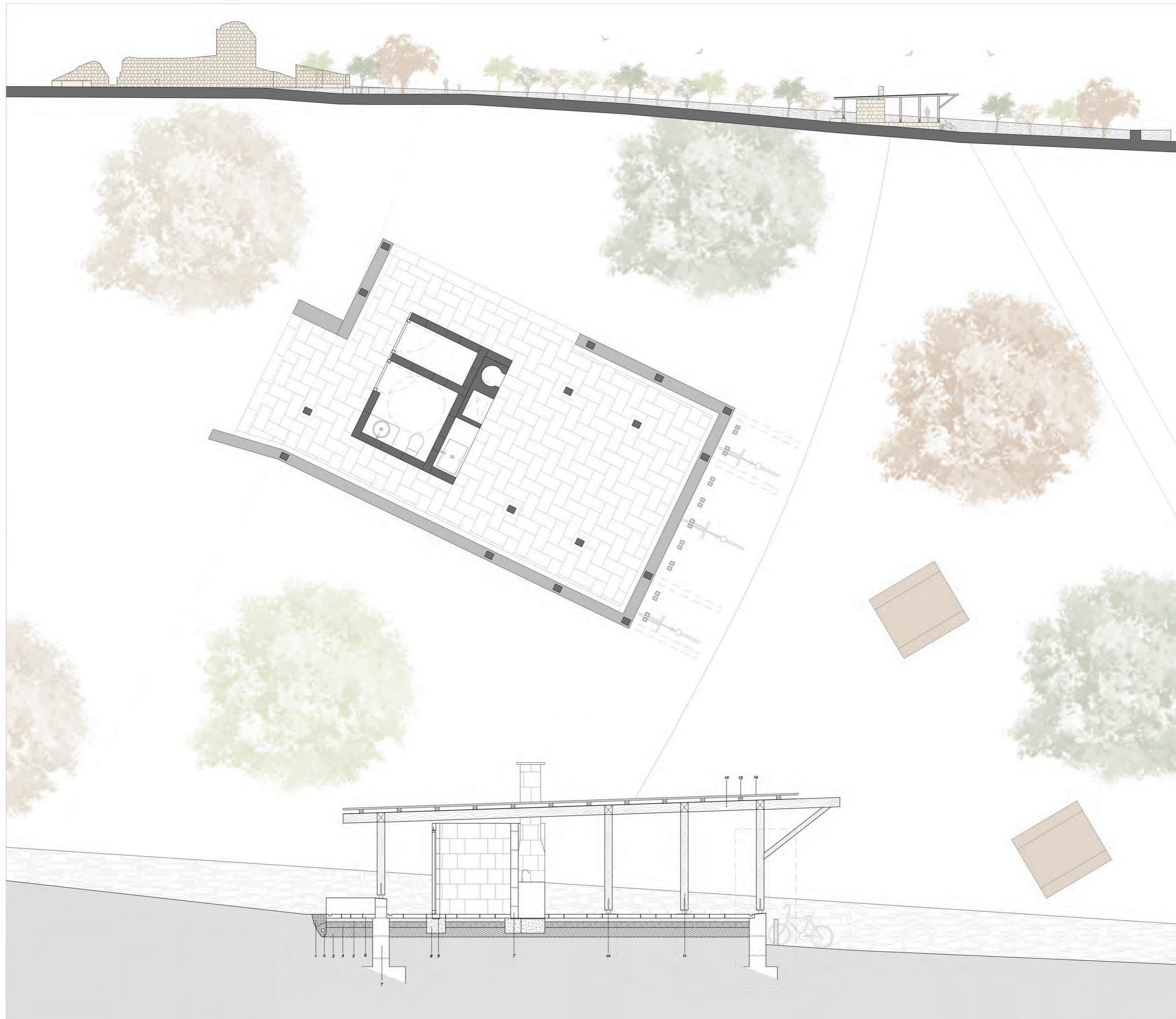
Local: Aldeia de Pombalinho, Soure



Laboratório do Património
 Sala da Comunidade
 Pavilhão da Comunidade
 EAV - Equipamento de Apoio à Visitação
 Escola Viva
 Muro de pedra seca

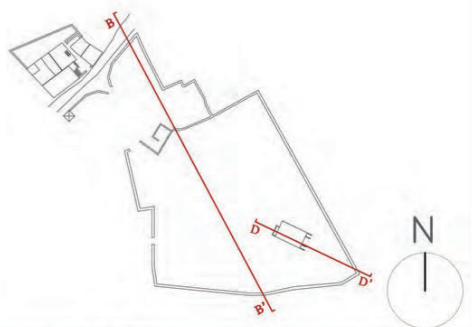


SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO		Proposta
Um Laboratório, com sede em Pombalinho		
Autoria: Inês Gouveia	Professor Orientador: Adelino Gonçalves	Escala : 1.200 e 1.100
Edifício: Antiga Casa Paroquial	Local: Aldeia de Pombalinho, Soure	



Legenda:

1. Brita;
2. Geodreno;
3. Tout-Venant;
4. Caixa de brita;
5. Pó de pedra;
6. Lajetas de calcário local;
7. Avenaria de calcário serrada local;
8. Betonilha de assentamento;
9. Betonilha de regularização;
10. Remate metálico;
11. Pilar de carvalho lamelado;
12. Viga de carvalho lamelado;
13. Calbro de carvalho;
14. Camarinha de Cobre;
15. Cadeira na própria pedra de calcário local.



SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO

Um Laboratório, com sede em Pombalinho

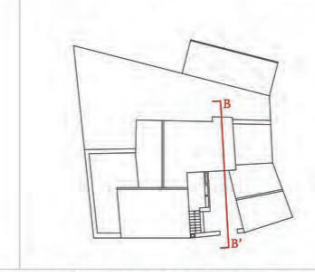
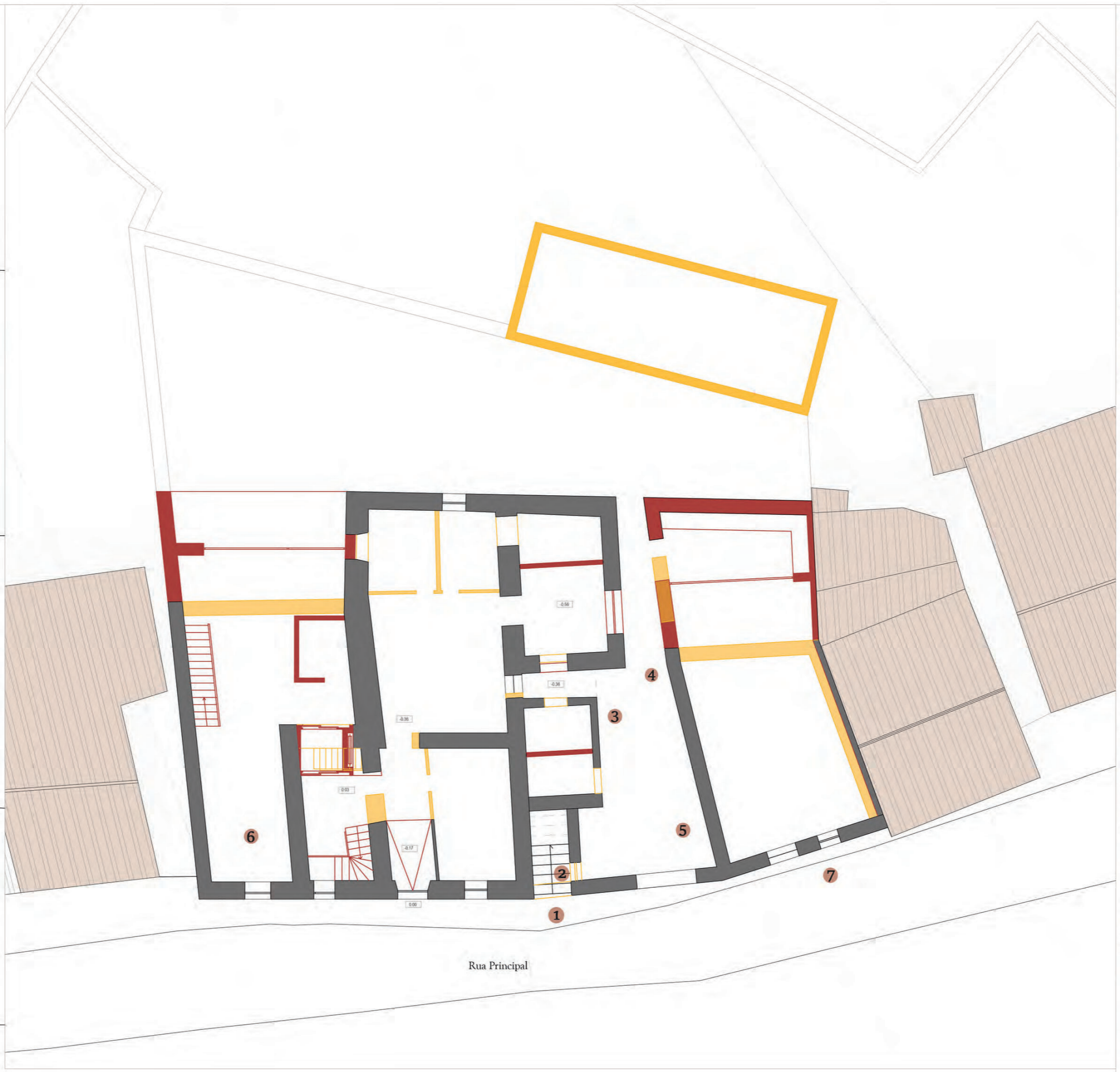
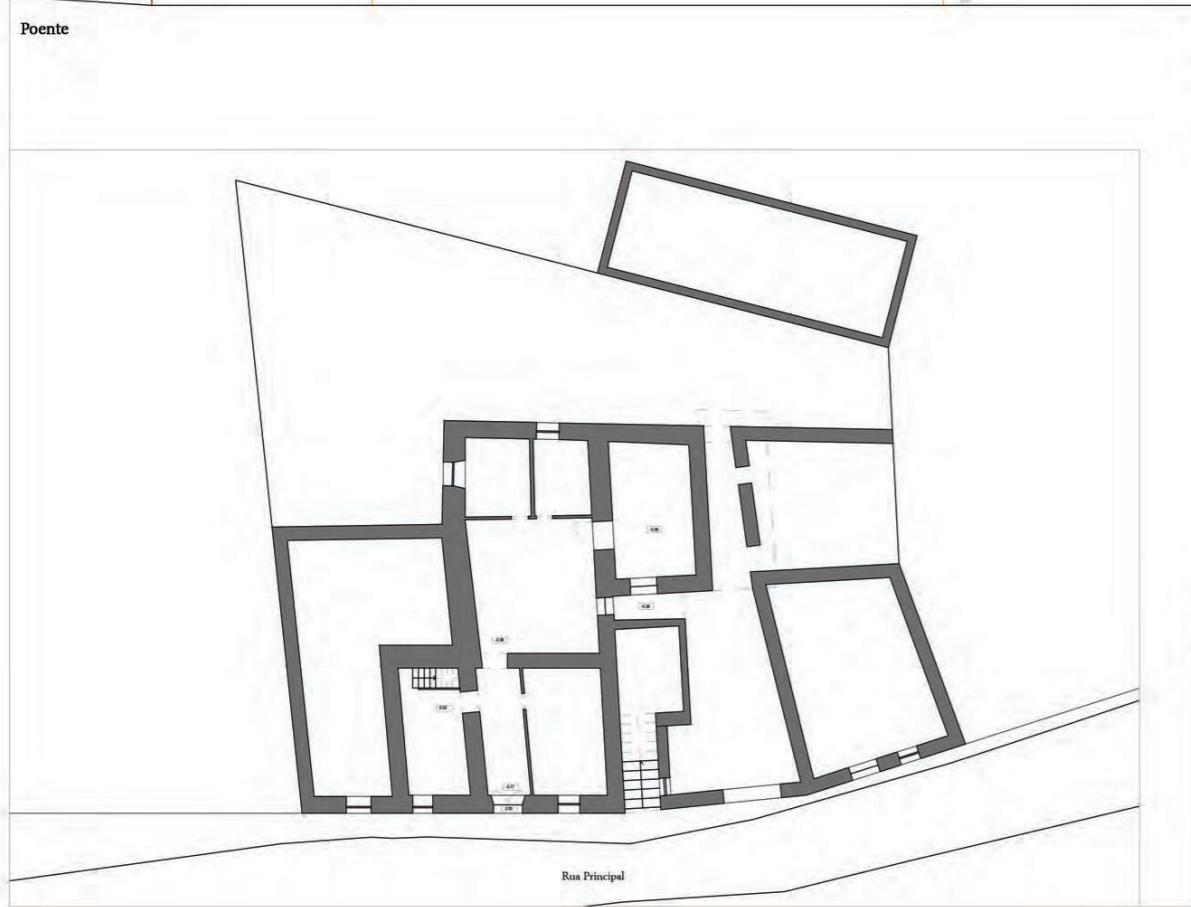
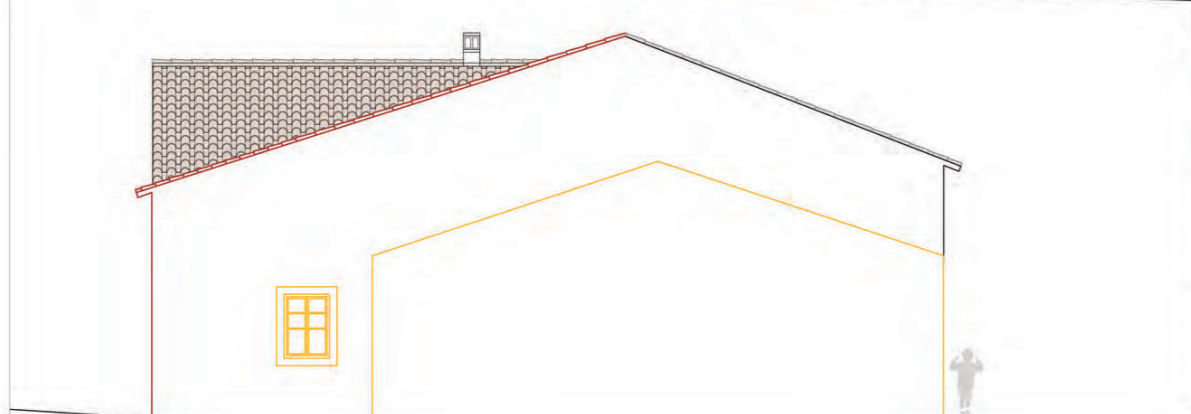
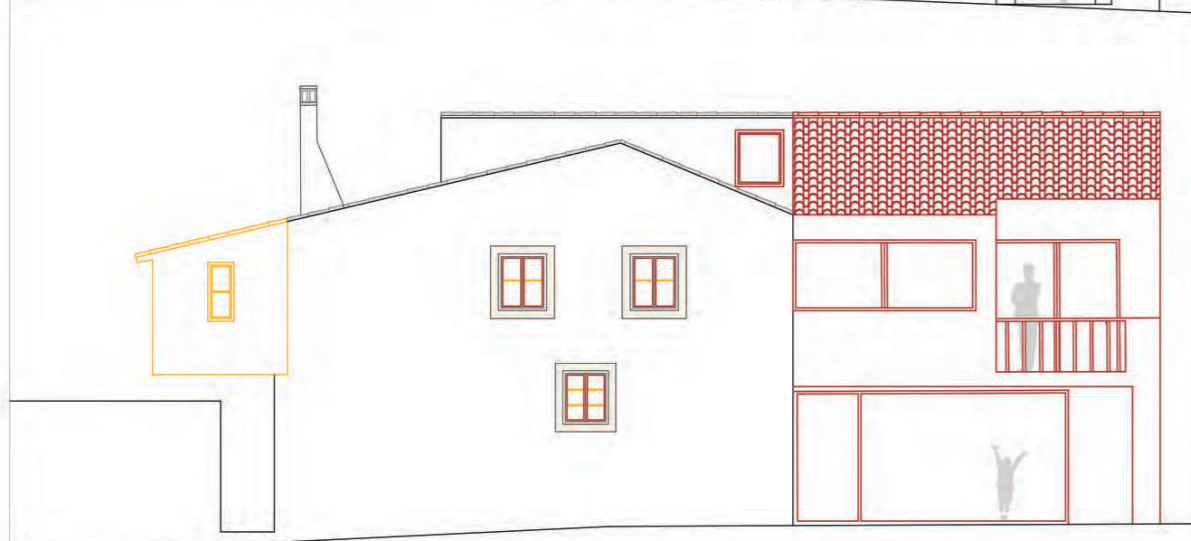
Autoria: Inês Gouveia
 Professor Orientador: Adelino Gonçalves

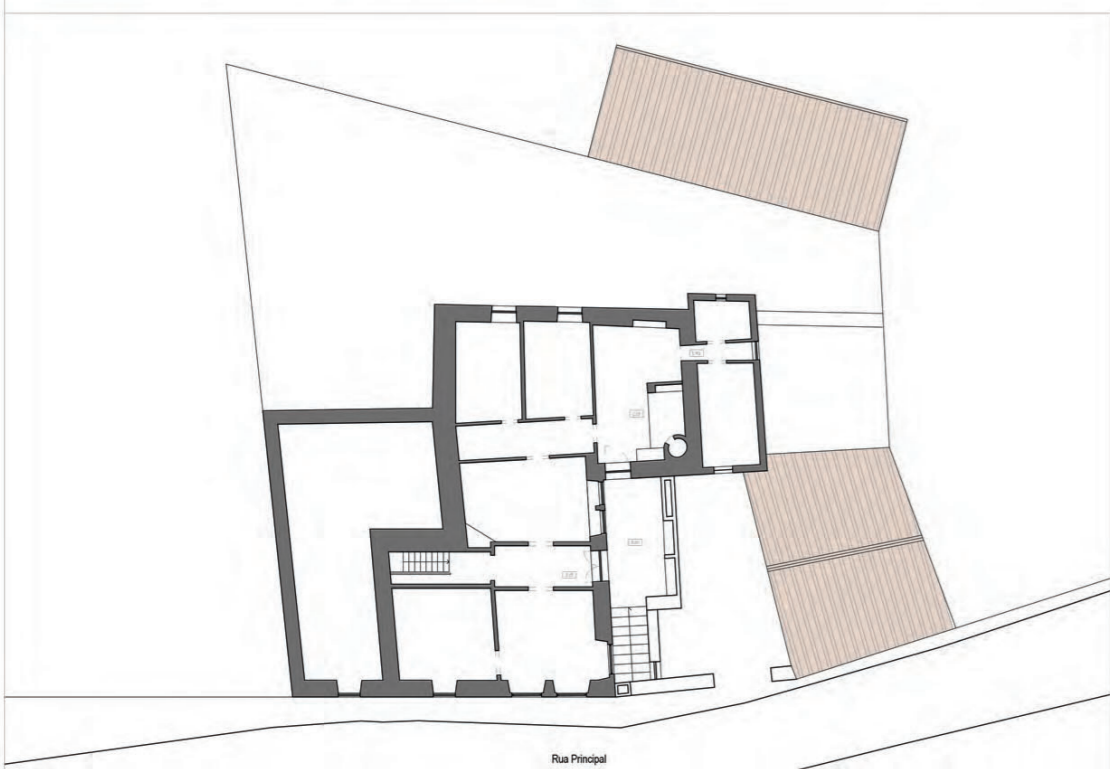
Edifício: Antiga Casa Paroquial
 Local: Aldeia de Pombalinho, Soure

Pavilhão da Comunidade

Escala : 1.200 | 1.50 | 1.10

05





SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO

Um Laboratório, com sede em Pombalinho

Autoria: Inês Gouveia | Professor Orientador: Adelino Gonçalves

Edifício: Antiga Casa Paroquial | Local: Aldeia de Pombalinho, Soure

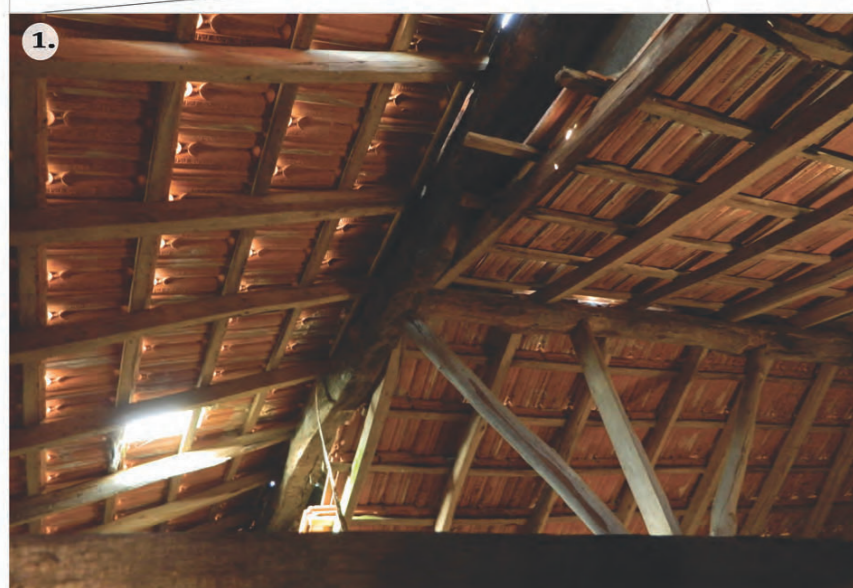
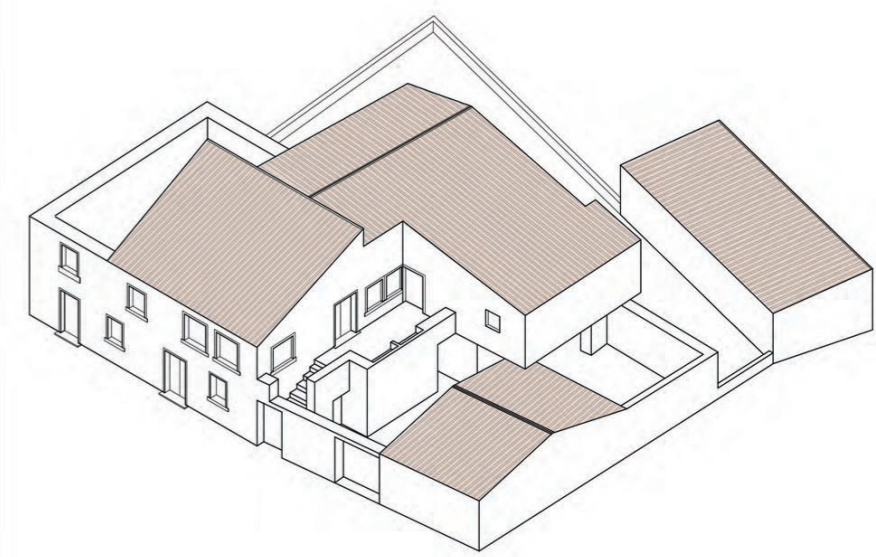
Análise do Existente (Piso Superior)

Escala: 1.100 e 1.200



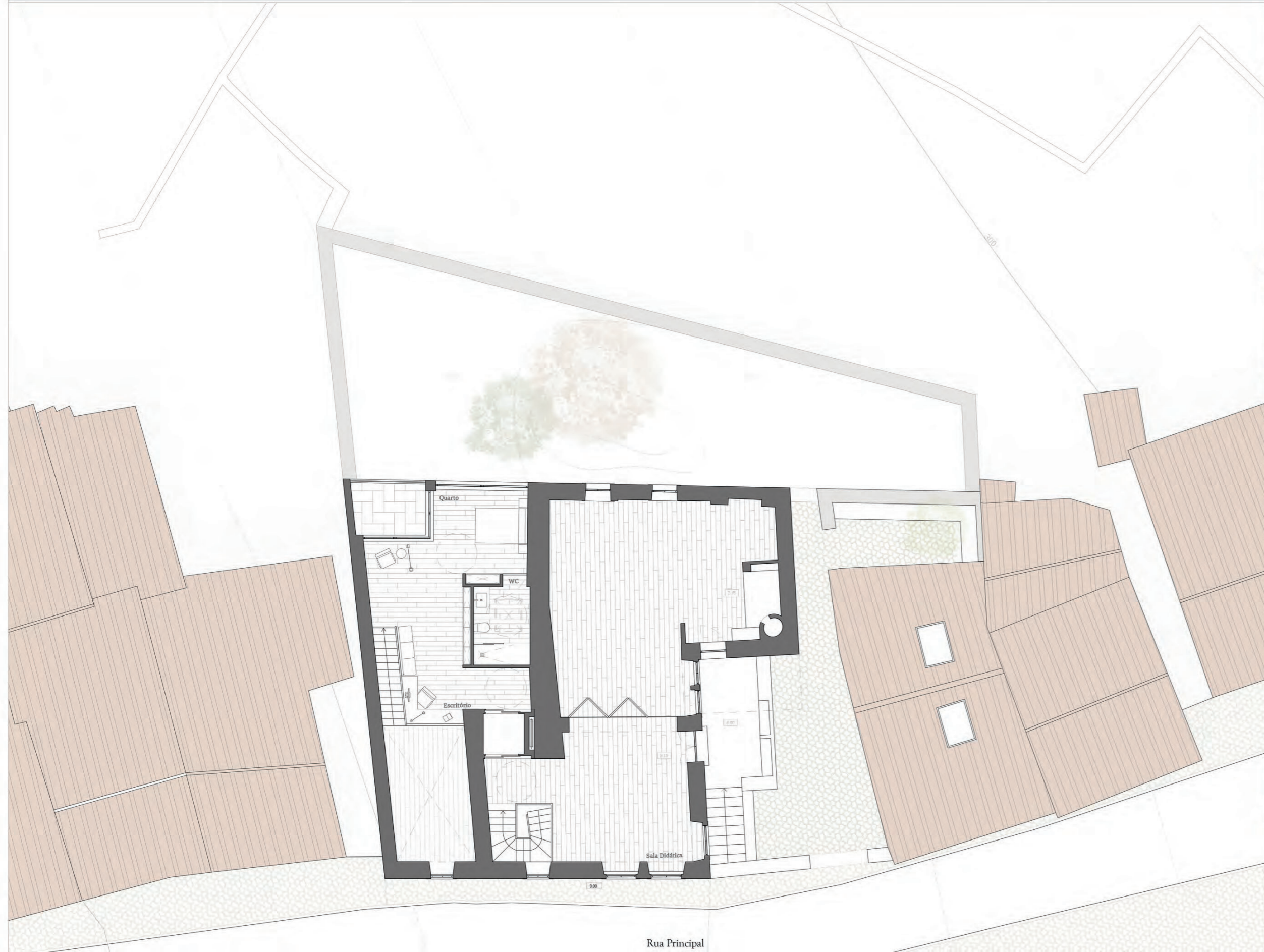
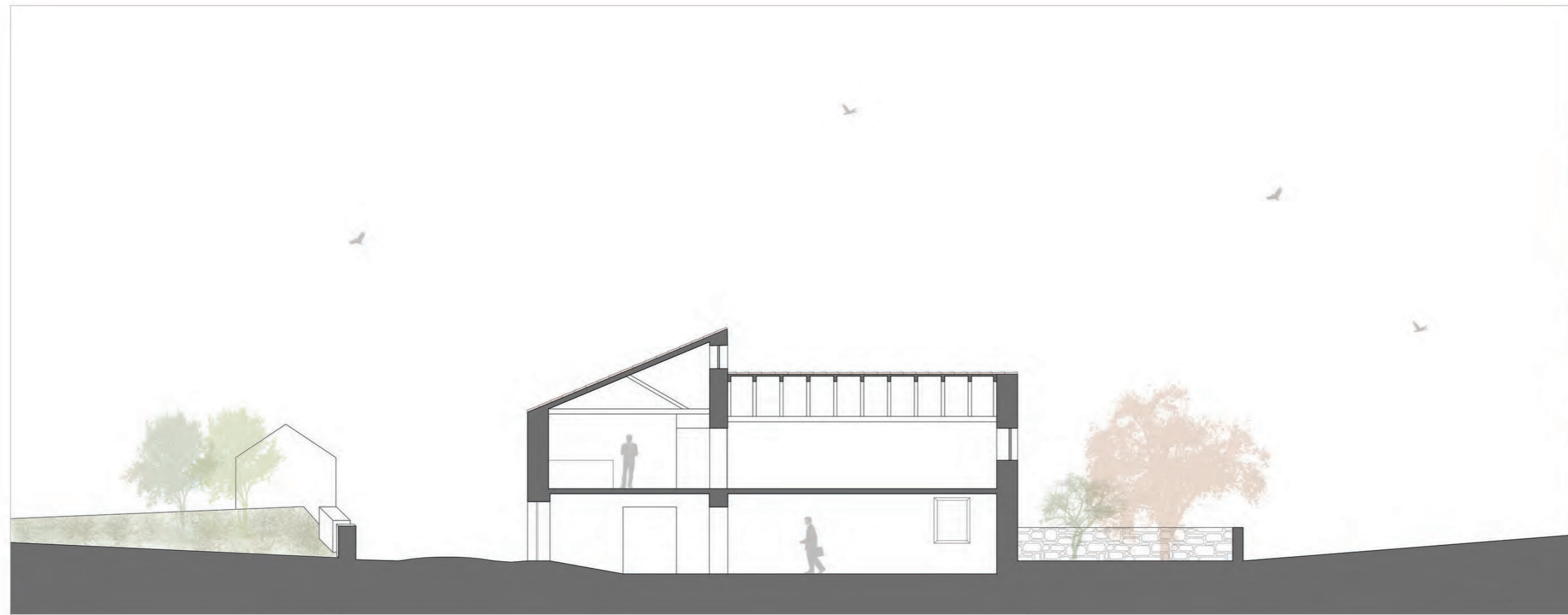
O Laboratório do Património integra-se na antiga Casa Paroquial da Aldeia de Pombalinho. Atualmente, esta encontra-se num estado avançado de degradação, da qual subsistem elementos arquitetónicos que possibilitam perceber a espacialidade e a organização de outrora. Apresenta uma tipologia de casa serrana e, organiza-se numa planta retangular, com dois pisos.

O piso térreo teria, originalmente, um carácter agrícola, no qual se guardava o gado e/ou produtos derivados da agricultura, já no piso superior funcionaria a habitação propriamente dita, com uma maior compartimentação do espaço. Esta habitação apresenta uma grande complexidade espacial, constituída por dois volumes, que se reflete na estrutura que suporta a cobertura, constituída por um telhado de uma água voltado para a fachada frontal e um telhado de duas águas para o alçado tardoz.





SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO		Laboratório do Património	
Um Laboratório, com sede em Pombalinho		(Piso térreo)	
Autoria: Inês Gouveia	Professor Orientador: Adélino Gonçalves	Escala: 1:100	09
Edifício: Antiga Casa Paroquial	Local: Aldeia de Pombalinho, Soure		



Quarto – Estúdio



Open Space – Estúdio



Sala Didática - Laboratório do Património



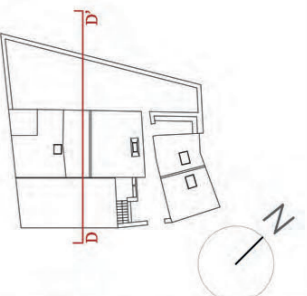
Sala da Comunidade

Dedicado à gestão, valorização, divulgação e salvaguarda dos recursos patrimoniais de Sicó, este Laboratório do Património é constituído por várias componentes: a pedagógica, que trabalhará em parceria com instituições de ensino superior e investigação, nomeadamente Coimbra e Leiria, no sentido de aliar o conhecimento científico ao estudo do património, essencialmente à sua gestão, de forma a acrescentar e produzir conhecimento e valor(es); formativa, ingrediente chave para um desenvolvimento sustentável e inclusivo, assente na partilha dos valores, dos saberes e das tradições com as gerações vindouras.

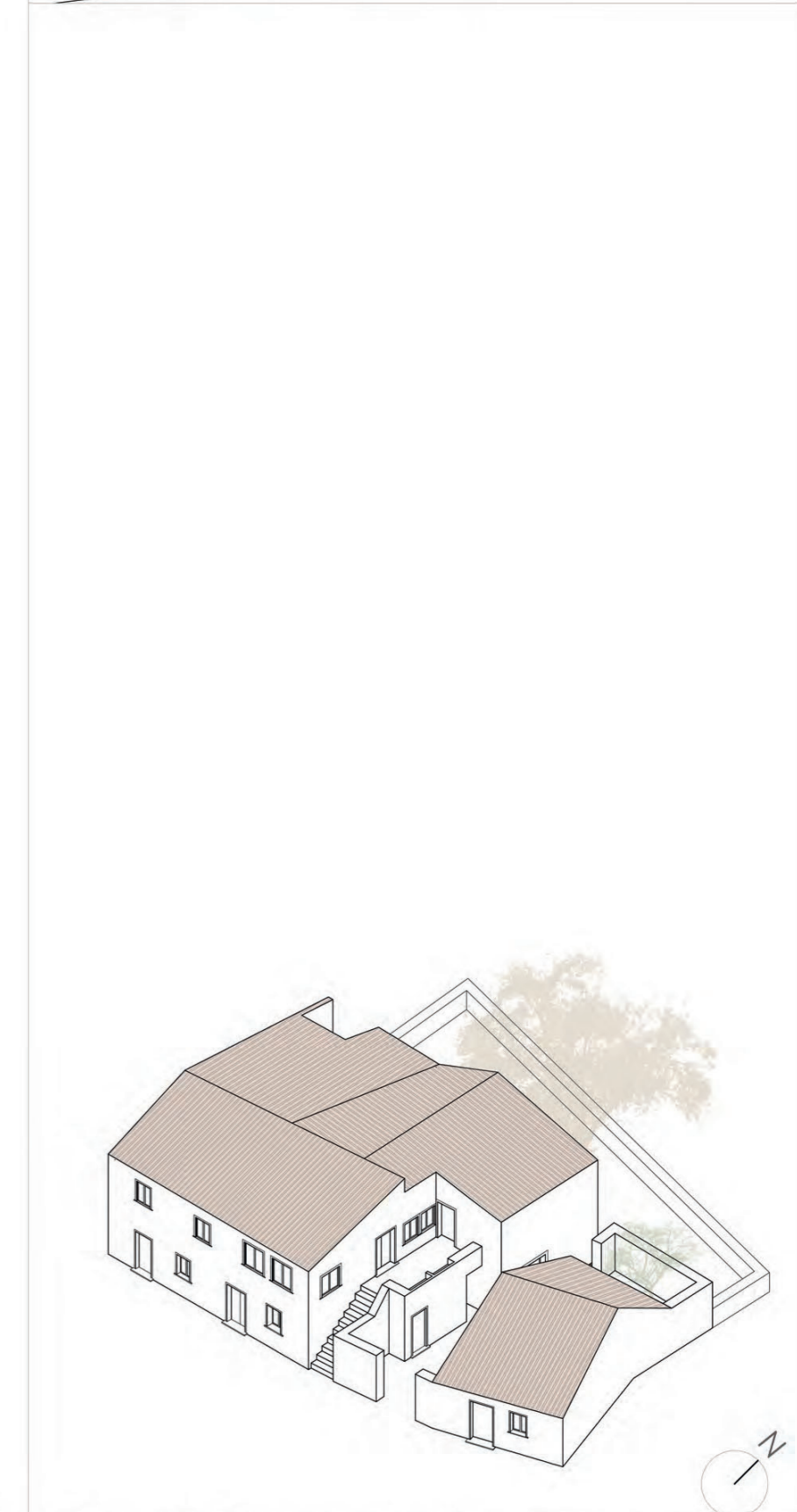
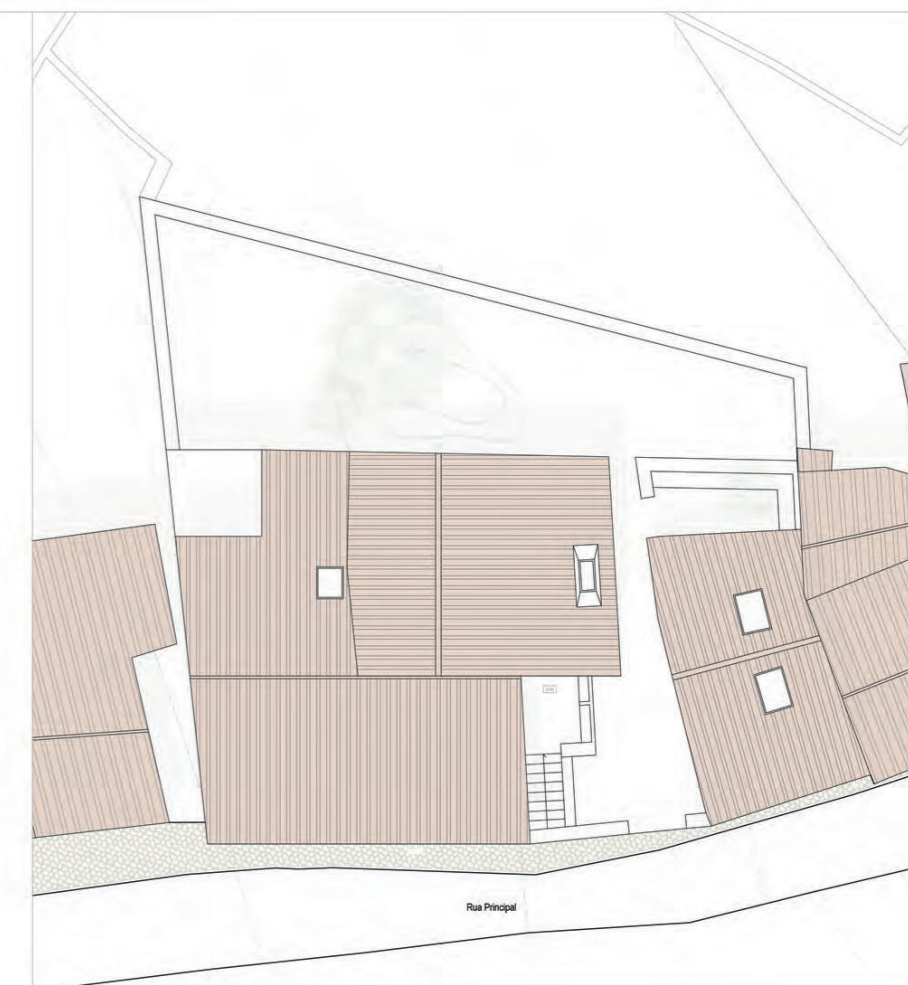
Além disso, deve estar, ao serviço da comunidade, procurando soluções adaptadas à realidade local, com o intuito de aproximar os técnicos e os locais, uma vez que, são as "gentes" os primeiros atores, a atuar na salvaguarda do património.

O programa funcional do Laboratório resolve-se nos dois pisos, e é organizada em dois programas que se interrelacionam, mas com funções autónomas, do lado nascente a parte operativa do Laboratório e do lado poente uma residência para investigadores. No piso térreo do Laboratório, opera um gabinete técnico, com um técnico permanente, responsável pela gestão do Laboratório em si, seguido de uma sala de reuniões, uma zona de copa e duas casas de banho, reaproveitando o espaço ocupado pelas escadas de pedra laterais, incorpora-se uma área de arrumos. No estúdio, o piso térreo é a parte social da casa, com um vestíbulo de entrada delimitado por um armário, uma sala de estar, uma cozinha e uma zona de jantar.

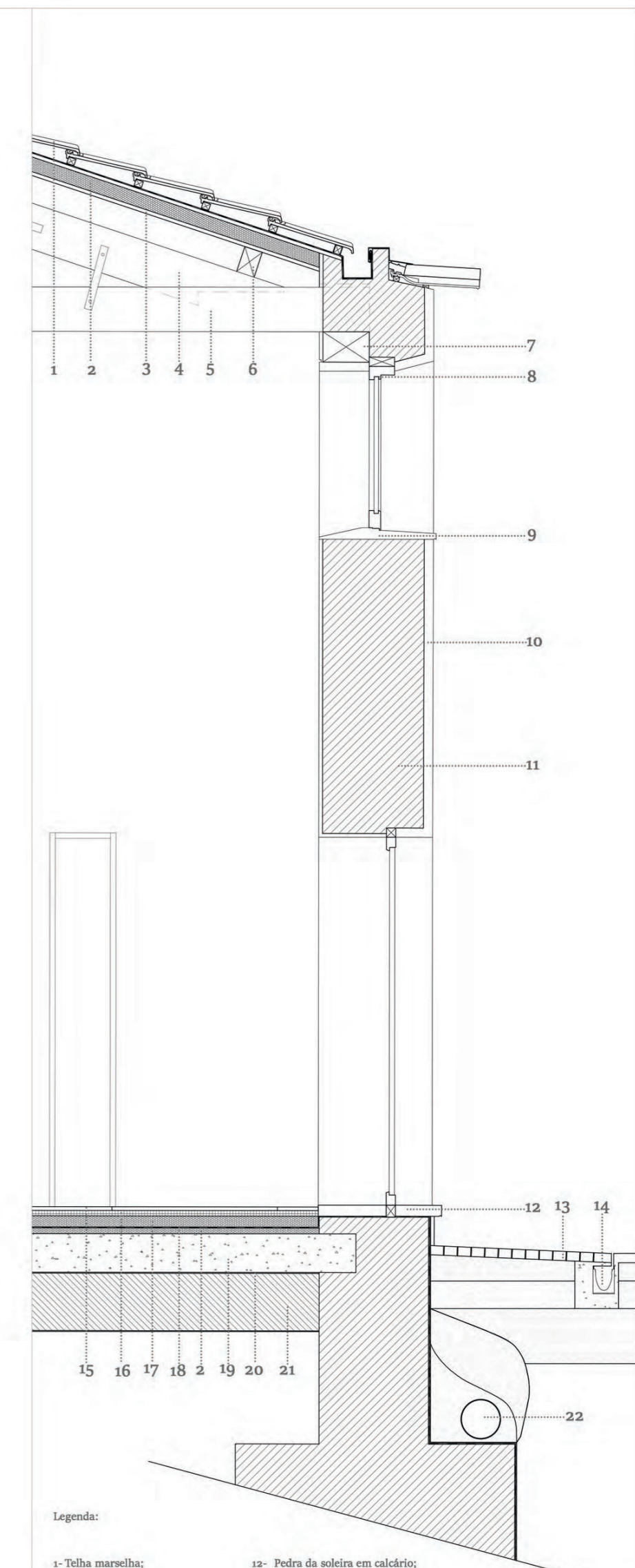
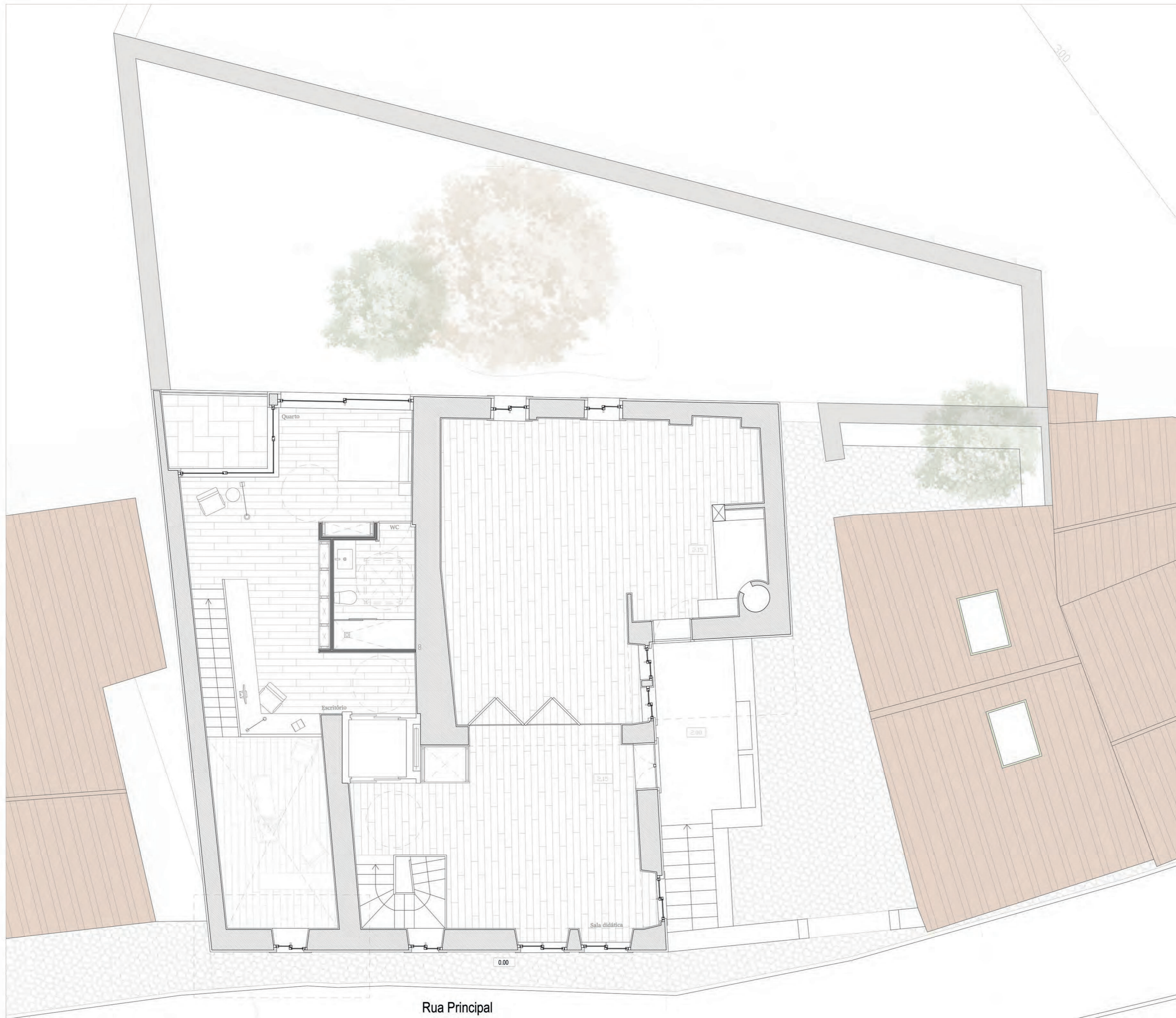
No piso superior, no Laboratório do Património, funciona uma área didática, espaço que se pretende de carácter multifuncional, onde decorreram diversos eventos como palestras, formações ou visitas de grupos. No estúdio, este piso é a parte mais privada, onde se organiza o quarto e um pequeno escritório, com um pequeno terraço.



SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO		Laboratório do Património
Um Laboratório, com sede em Pombalinho		(Piso superior)
Autoria: Inês Gouveia	Professor Orientador: Adelino Gonçalves	Escala : 1.100
Edifício: Antiga Casa Paroquial	Local: Aldeia de Pombalinho, Soure	10

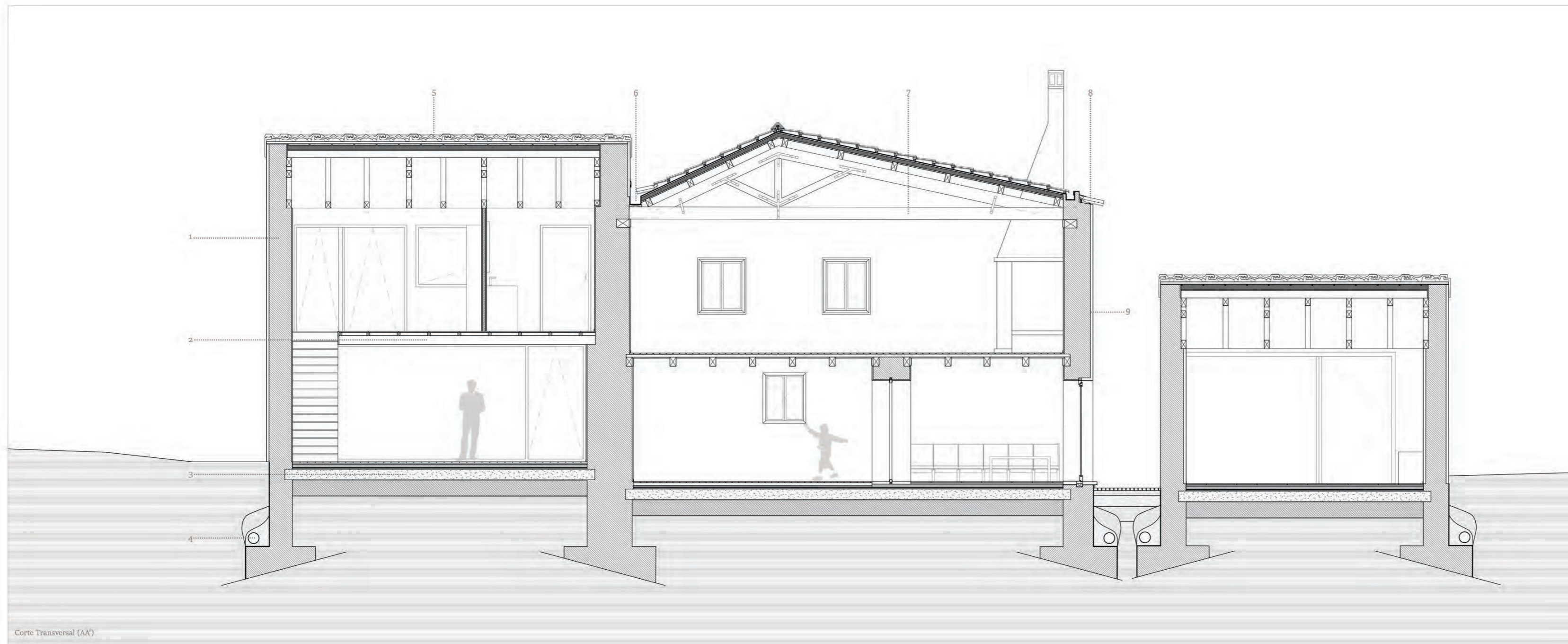


SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO		Laboratório do Património
Um Laboratório, com sede em Pombalinho		(Piso térreo)
Autoria: Inês Gouveia	Professor Orientador: Adelino Gonçalves	Escala : 1.50
Edifício: Antiga Casa Paroquial	Local: Aldeia de Pombalinho, Soure	11



Legenda:

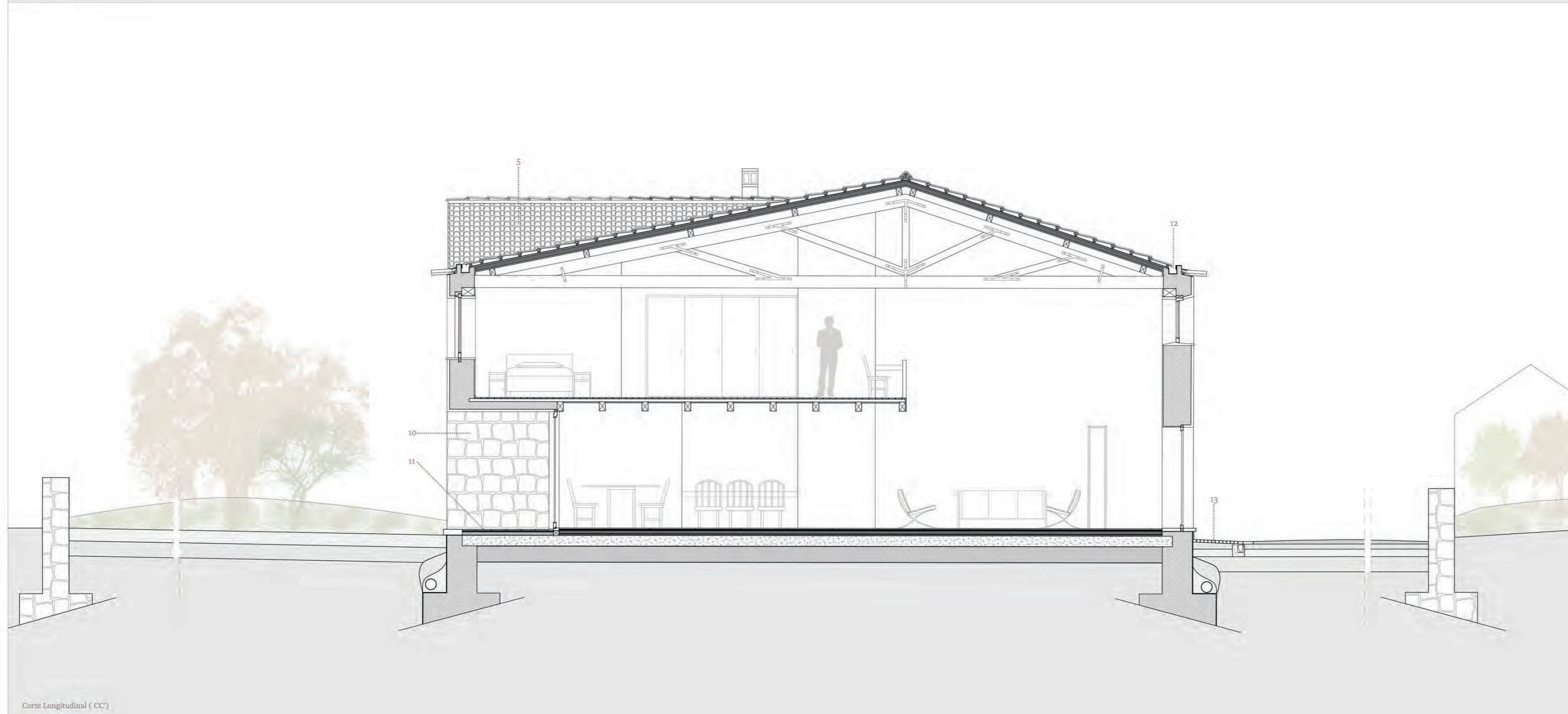
- | | |
|-------------------------------------|--|
| 1- Telha marseilha; | 12- Pedra da soleira em calcário; |
| 2- Isolamento térmico; | 13- Calçada de calcário irregular; |
| 3- Forro de madeira - carvalho; | 14- Canal de drenagem em aço inoxidável; |
| 4- Perna da asna em carvalho; | 15- Pavimento cerâmico (delaware natural porcelanosa); |
| 5- Linha da asna em carvalho; | 16- Camada de regularização; |
| 6- Terça em carvalho; | 17- Betonilha; |
| 7- Frechal; | 18- Tela de impermeabilização; |
| 8- Cabideira de madeira - carvalho; | 19- Laje de ensoleiramento geral; |
| 9- Parapeito em pedra calcária; | 20- Manta geotêxtil; |
| 10- Reboco térmico; | 21- Tout-Venant; |
| 11- Alvenaria de calcário; | 22- Geodreno. |



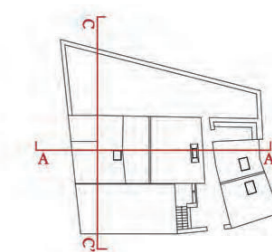
Corte Transversal (AA)

Legenda:

- 1- Alvenaria de calcário local;
- 2- Estrutura de soalho em carvalho;
- 3- Laje de ensoleiramento geral;
- 4- Geodreno;
- 5- Telha marselha;
- 6- Calceira em alumínio;
- 7- Estrutura da cobertura em carvalho;
- 8- Beirado com telha canudo;
- 9- Reboco térmico;
- 10- Paredé revestida em pedra calcária local;
- 11- Pavimento em lajetas de calcário local;
- 12- Calceira oculta em alumínio;
- 13- Calçada de calcário irregular (passeio).



Corte Longitudinal (CC)



SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO

Um Laboratório, com sede em Pombalinho

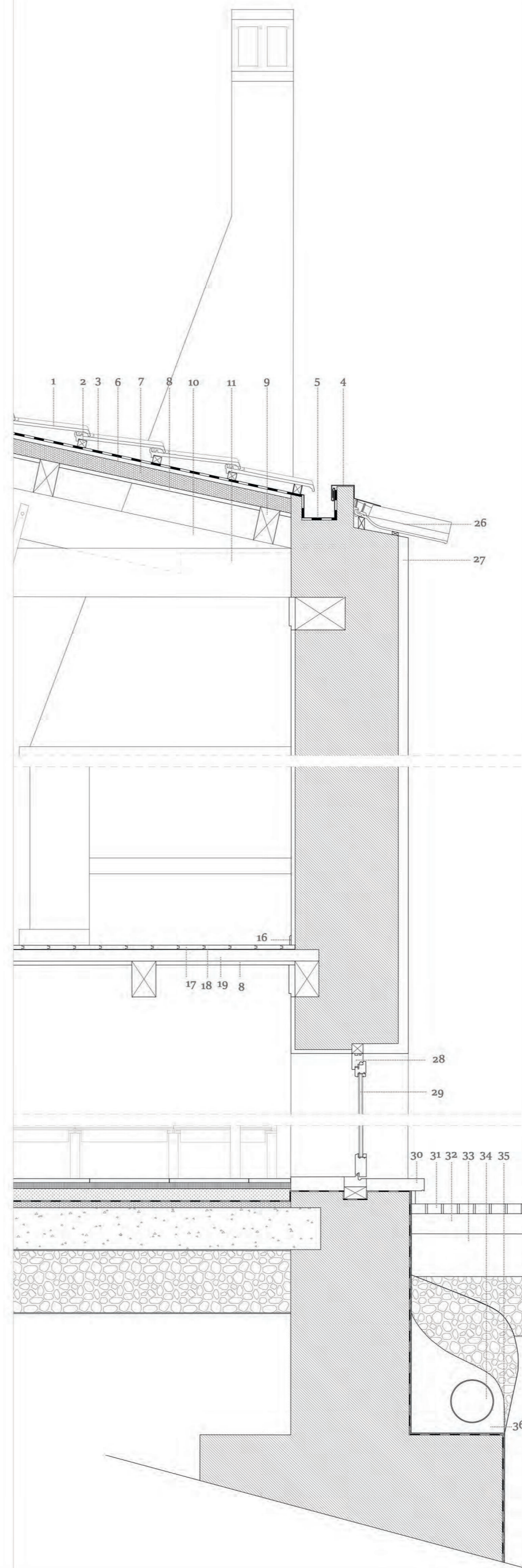
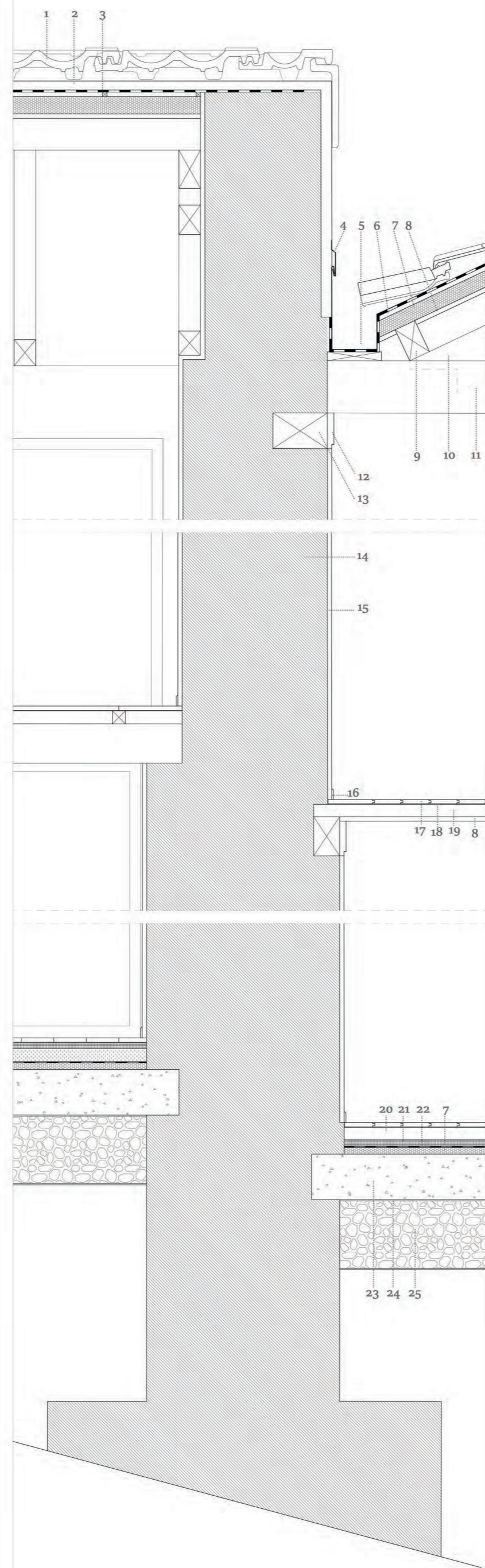
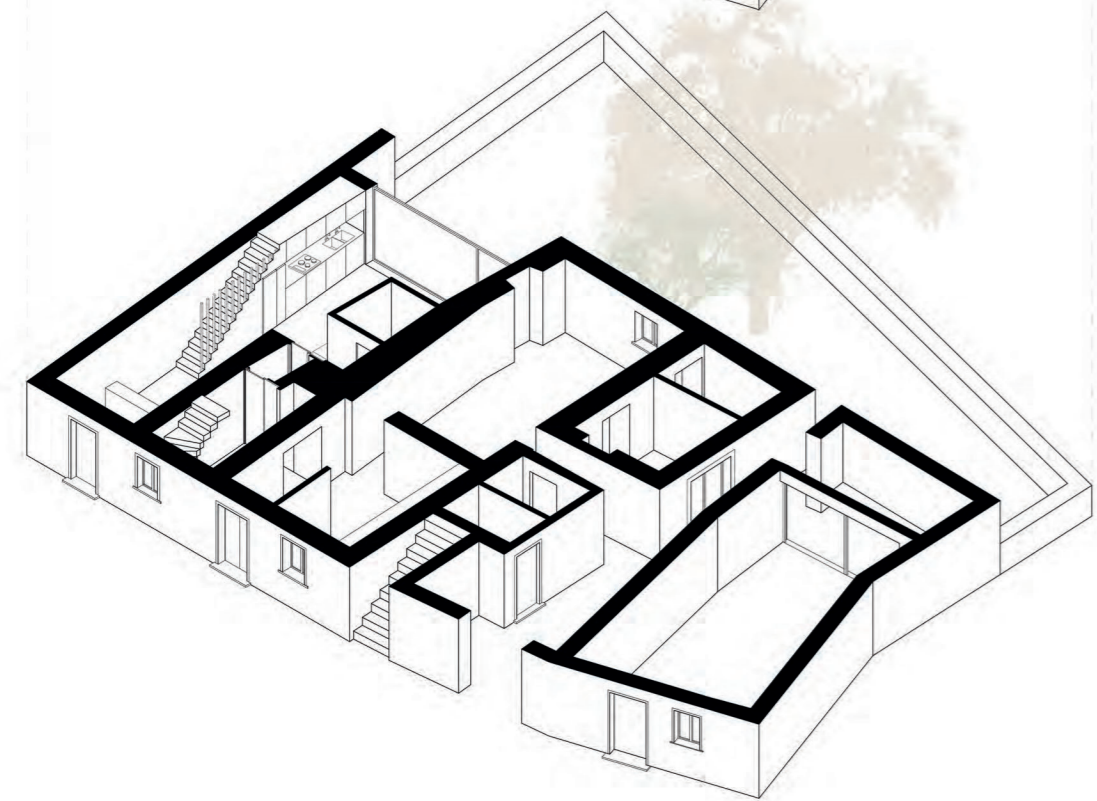
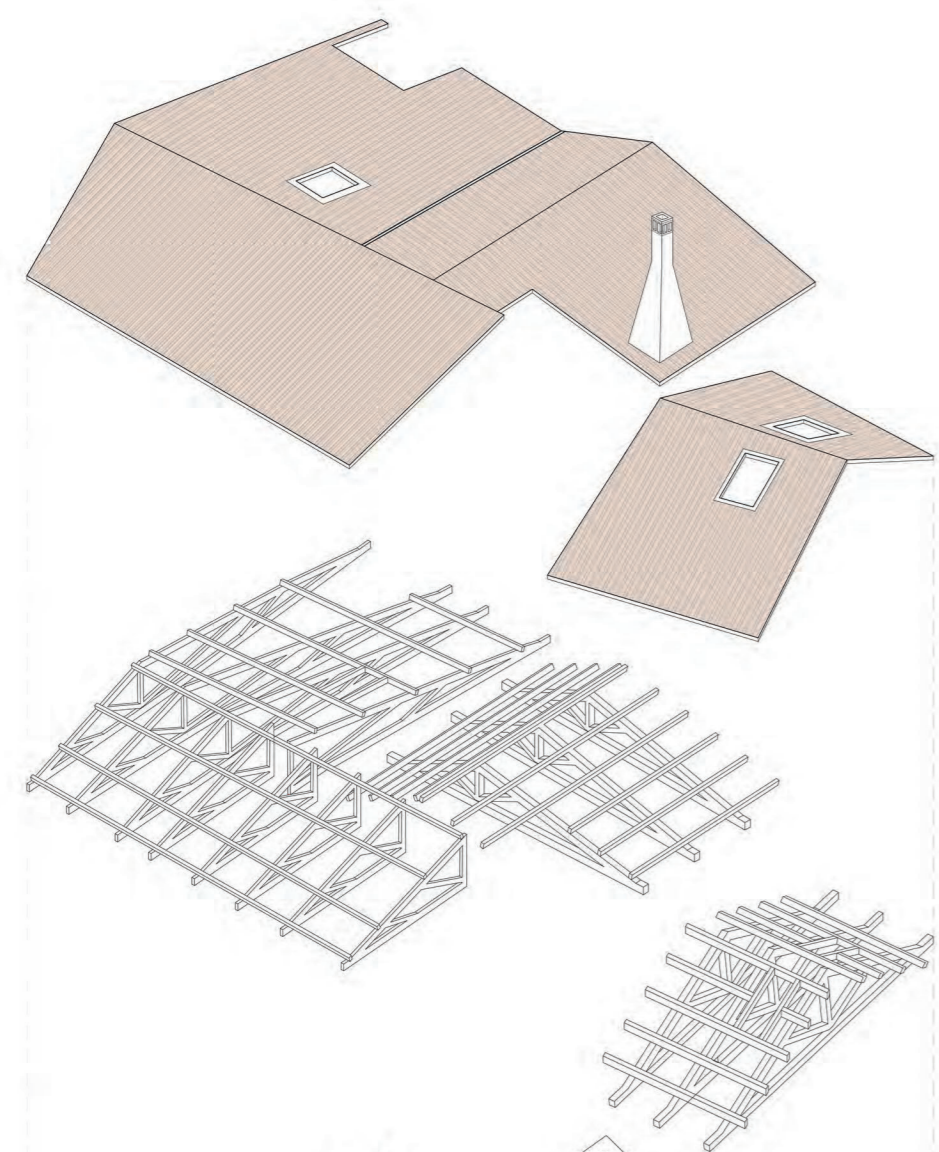
Laboratório do Património

(Cortes Construtivos)

Autoria: Inês Gouveia
 Edifício: Antiga Casa Paroquial

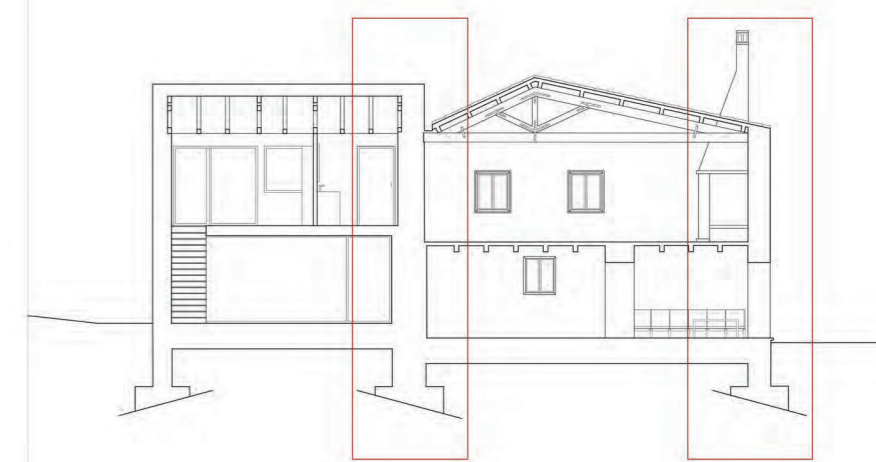
Professor Orientador: Adelino Gonçalves
 Local: Aldeia de Pombalinho, Spure

Escala: 1:50



Legenda:

- 1- Telha Marselha;
- 2- Régua de Madeiras em carvalho;
- 3- Barreira Para-Vapor;
- 4- Chapa de Capoteamento em alumínio;
- 5- Calceira em alumínio;
- 6- Calço em carvalho;
- 7- Isolamento térmico;
- 8- Ferro em carvalho;
- 9- Terça;
- 10- Perna da Asa;
- 11- Linha da Asa;
- 12- Rodateto em carvalho;
- 13- Frechal;
- 14- Alvenaria em calcário local;
- 15- Reboco interior;
- 16- Rodapé em carvalho;
- 17- Soalho em carvalho;
- 18- Membrana acústica;
- 19- Viga de pavimento;
- 20- Camada de regularização;
- 21- Betonilha;
- 22- Tela de impermeabilização;
- 23- Laje de ensoleiramento geral;
- 24- Manta geotêxtil;
- 25- Tost-Venart;
- 26- Beirado em telha casado;
- 27- Reboco térmico;
- 28- Calxilharia em carvalho;
- 29- Vidro duplo;
- 30- Soleira em pedra calcária local;
- 31- Calçada em calcário irregular;
- 32- Pó de pedra;
- 33- Caixa de lrixa;
- 34- Geodreno;
- 35- Tela pitonada;
- 36- Seixo rolado.



SICÓ: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO
Um Laboratório, com sede em Pombalinho

Laboratório do Património
(Pormenor Construtivo | Axonometria)

Autoria: Inês Gouveia
Professor Orientador: Adelino Gonçalves

Escala: 1:10 e 1:100

Edifício: Antiga Casa Paroquial
Local: Aldeia de Pombalinho, Soure